

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Engenharia

Departamento de Engenharia de Produção

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Vivian Franchi Tofanelli

**DOS TRABALHOS COLETIVOS AOS COLETIVOS DE TRABALHO:  
uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana**

Belo Horizonte

2018

Vivian Franchi Tofanelli

**DOS TRABALHOS COLETIVOS AOS COLETIVOS DE TRABALHO:  
uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais, para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, na Linha de Pesquisa Estudos Sociais da Tecnologia da Expertise.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Paula Antunes Lima.

Belo Horizonte

2018

T644d	<p>Tofanelli, Vivian Franchi.          Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho [recurso eletrônico] :          uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana / Vivian Franchi          Tofanelli. - 2018.          1 recurso online (149 f. : il., color.) : pdf.          Orientador: Francisco de Paula Antunes Lima.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,          Escola de Engenharia.</p> <p>Anexos: f. 146-149.</p> <p>Bibliografia: f. 139-142.          Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.</p> <p>1. Engenharia de produção - Teses. 2. Agricultura urbana - Teses.          3. Agroecologia - Teses. 4. Trabalho coletivo - Teses. I. Lima, Francisco          de Paula Antunes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de          Engenharia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 658.5(043)</p>
-------	--



## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA VIVIAN FRANCHI TOFANELLI

Realizou-se, no dia 12 de julho de 2018, às 09:00 horas, sala 1093, Escola de Engenharia, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 335ª defesa de dissertação, intitulada *Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho: uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana*, apresentada por VIVIAN FRANCHI TOFANELLI, número de registro 2016668460, graduada no curso de PSICOLOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Francisco de Paula Antunes Lima - Orientador (UFMG), Prof(a). Fabiana Goulart de Oliveira (UNA), Prof(a). Daniela Adil Oliveira de Almeida (UFMG), Prof(a). Viviane Zertolini Silva (PUC-MG).

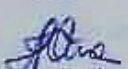
A Comissão considerou a dissertação:


Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.  
Belo Horizonte, 12 de julho de 2018.

  
Prof(a). Francisco de Paula Antunes Lima (Doutor)

  
Prof(a). Fabiana Goulart de Oliveira (Doutora)

  
Prof(a). Daniela Adil Oliveira de Almeida (Doutora)

  
Prof(a). Viviane Zertolini Silva (Doutora)



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho: uma experiência agroecológica em uma ocupação urbana**

**VIVIAN FRANCHI TOFANELLI**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, área de concentração PESQUISA OPERACIONAL E INTERVENÇÃO EM SISTEMAS SOCIOTÉCNICOS, linha de pesquisa Estudos Sociais da Tecnologia, Trabalho e Expertise.

Aprovada em 12 de julho de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Francisco de Paula Antunes Lima - Orientador  
UFMG

Prof(a). Fabiana Goulart de Oliveira  
UNA

Prof(a). Daniela Adji Oliveira de Almeida  
UFMG

Prof(a). Viviane Zerlotini Silva  
PUC-MG

Belo Horizonte, 12 de julho de 2018.

*Para Cadu,  
seguimos na missão.*

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a vida por me dar tanto e tantos, à Deus que existe em mim e em tudo o que há no universo, nos conectando de uma forma sutil, bela e sábia à mãe-terra e minha mãe-corpo por me gestar, parir, criar e nutrir. Aos meus pais por todos os cuidados e ensinamentos, agradeço pela fé e amor que edificaram em mim, o grande mistério da vida, no qual descanso e me nutro, vocês são meus portais. A minha irmã e irmão por toda a partilha e carinho, aventuras e bagunças de infância, crises e transbordos da adolescência e juventude, pelo companheirismo pra toda a vida. À toda minha ancestralidade e família pelos vínculos, encontros, sorrisos e acolhimento que me permitiram chegar aqui. Ao meu amor Bubu, parceria de todos os momentos, que abre pra mim os encantos, enxerga minha alma e eleva minha capacidade de amar, gosto muito raro trago em mim por ti. Aos amigos de longa data por estarem sempre comigo, nos momentos difíceis e felizes, que sorte ter vocês no meu caminho. Aos amigos da viola pelas cantorias, alegria e leveza. Aos companheiros da caracol-casinha, Lulu, Dinha e Lili, com quem morei durante os anos dessa trajetória, me dando suporte e acolhida, fizeram morada no meu coração, em especial ao William por todo apoio e provocação, por me fazer acreditar que eu era capaz e por me dar a mão do início ao fim. Aos inúmeros e singulares companheiros de militância, especialmente das Brigadas Populares, Agroecologia na Periferia e do Núcleo Alter-Nativas, que me trouxeram novas perspectivas, ampliaram minha visão de mundo e um oceano para navegar, me perder e me encontrar. À UFMG, aos colegas e professores da pós, à banca de qualificação e defesa pelas contribuições, e especialmente ao Chico meu orientador, pela oportunidade e por todos os ensinamentos, adentrar essa jornada foi uma das escolhas mais certas da minha vida, tem sido maravilhoso e engrandecedor. Aos moradores e moradoras das ocupações, que mudaram minha trajetória e acenderam em mim a missão de lutar pela justiça e igualdade, pela transformação social e vida digna, por um mundo onde caibam todas e todos. Às agricultoras e agricultores da Ocupação Vitória e Tomás Balduino, grandes mestras e mestres, protagonistas dessa história, especialmente Dão, Aninha, Matheus, Gildete, Lúcia, Antônio, Áureo, Paulim, Lena e Mara pela paciência, confiança e companheirismo, e toda a família agroecológica por semear em mim o desejo de dedicar a minha vida com amor à busca pela liberdade e comunhão entre todos seres.

## RESUMO

A cidade contemporânea, inserida na lógica de acumulação de capital, vem sendo produzida de forma segregativa, impedindo grande parte de sua população de ter acesso à moradia. As ocupações urbanas surgem como uma forma de fazer frente à esse problema. Ao falarmos destas, não resumimos moradia à dimensão da casa. Neste estudo, moradia deve ser compreendida como espaço social de reprodução cotidiana da vida, que transborda e remodela dinamicamente os limites do que é privado, do que é público e do que é comum em um dado território. Nesse trabalho de pesquisa, que parte do conhecimento acessado e produzido em minha experiência militante em movimentos centrados no espaço urbano, busco contribuir para o debate colocado sobre o desenvolvimento da agricultura e da agroecologia urbana. Em específico, me interesso pelas ações coletivas de grupos que se engajam em demandas sociais de famílias que se colocam na luta pelo direito à moradia e à cidade; em especial, àquelas que se organizam em ocupações urbanas. O coletivo Agroecologia na Periferia é um desses grupos de facilitadores e desafiadores; um conjunto de indivíduos que atua no intuito de trabalhar a cidade em suas dimensões ecológica, produtiva e inclusiva, por acreditar na agricultura urbana e nas práticas agroecológicas como alternativa para a promoção da qualidade e sustentabilidade de vida nos grandes centros urbanos. Como fruto dessa relação e método de intervenção, surge um projeto de um grupo de moradore(a)s da ocupação Tomas Balduino: a construção de uma *horta comunitária agrupada*, caso que será aprofundado nesta dissertação. Neste trabalho, pretendo orientar a análise para como se dá o processo de constituição e emergência desse grupos produtivo, nessa relação entre atores externos e moradores de ocupações; e como estes impactam na vida do conjunto das famílias e, também, como o fato de estar inserido neste contexto interfere, ou reverbera, em sua constituição. A organização do trabalho coletivo observada aponta indícios de como caminhar no sentido da necessária aproximação da dimensão produtiva, que no capitalismo se encontra centrada na acumulação de mais-valia, e da dimensão reprodutiva da vida, que nesse regime é reduzida à reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, nos parece que a organização do trabalho observada na constituição da horta coletiva na ocupação Tomás Balduino nos conduz a pensar a possibilidade de um trabalho não estranhado e de maior apropriação dos meios de (re)produção de vida, ou, em outras palavras, de autorregulação dos modos de vida por parte dos moradores da ocupação envolvidos nessa experiência.

**Palavras-chave:** Ocupações urbanas, agroecologia, agricultura urbana, trabalho coletivo, cotidiano, reprodução.



## ABSTRACT

The contemporary city in the logic of capital accumulation, has been produced in a segregated form, preventing most of its population to access housing. The urban occupations are emerging as a way to stand up to this problem. Here, we do not summarize housing in the dwelling standards. In this study, housing must be understood as social space of everyday life reproduction, which overflows and dynamically reshapes the boundaries of what is private, of what is public and what is common in a given territory. In this research work, which comes from the knowledge accessed and produced in my militant experience in movements centered in urban space, I seek to contribute to the debate about development of urban agriculture and agroecology. In particular, I am interested in the collective actions of groups that engage in social demands of families facing the struggle for the right to housing and to the city; in particular, those families who organize themselves in urban occupations. The collective 'Agroecology in the Periphery' is one of these groups of facilitators and challengers; a set of individuals who acts in order to work the city in their ecological, productive and inclusive dimensions, for believing in urban agriculture and agroecological practices as a real alternative to the promotion of quality and sustainable life in large urban centers. As a result of this relationship and method of intervention, a project of a group of residents of the occupation Tomas Balduino emerged: the construction of a community/grouped vegetable garden, case that will be deepened in this dissertation. In this work, I intend to guide the analysis to how the process of constitution and emergency of that productive groups is done, in this relationship between external actors and residents of occupations; and how these impact on the lives of the conjunct of families and, also, how the fact of being inserted in this context interfere or reverberates in its constitution. The organization of the collective work observed shows clues of how to walk towards the necessary approximation of the productive dimension, which in capitalism is centered on the accumulation of surplus value, and the reproductive dimension of life, which in this regime is reduced to the reproduction of the workforce. In this way, it seems to us that the organization of the work observed in the constitution of the collective vegetable garden in the occupation Tomás Balduino leads us, thus, to think about the possibility of an not-estranged work and of greater appropriation of the means of (re)production of life, or, in other words, the self-regulation of the forms-of-life by the residents of the occupation involved in this experience.

**Key words:** urban occupations, agroecology, urban agriculture, collective work, everyday life, reproduction.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1:</b> Localização da Região da Izidora.	37
<b>Figura 2:</b> Investimentos realizados pelo Poder Público no Vetor Norte de expansão urbana de BH	38
<b>Figura 3:</b> I Encontro dos Agricultores da Ocupação Tomás Balduino	50
<b>Figura 4:</b> Projeto de lixeira comunitária apresentado por um serralheiro da ocupação em assembleia	57
<b>Figura 5:</b> Projeto de lixeira comunitária apresentado por um serralheiro da ocupação em assembleia	58
<b>Figura 6:</b> Lixeira Comunitária e novo carrinho construído por meio do projeto Lixo Zero	58
<b>Figura 7:</b> Caminho das águas – Tomás Balduino	60
<b>Figura 8:</b> Etapas de construção do Círculo de bananeiras na casa de uma das moradoras	61
<b>Figura 9:</b> Dispositivo de tratamento de águas residuais desenvolvido por um dos moradores	61
<b>Figura 10:</b> Fotos em torno da concepção, projeto e execução da horta agrupada.	70
<b>Figura 11:</b> Mutirão de construção dos primeiros canteiros	80
<b>Figura 12:</b> Experiência da cobertura de capim em um dos canteiros	80
<b>Figura 13:</b> Plantio de couve	83
<b>Figura 14:</b> Construção de parte da cerca da horta	84
<b>Figura 15:</b> Bandeja de sementeiras	85
<b>Figura 16:</b> Visita ERE – Encontro Regional de Agroecologia do Sudeste	92
<b>Figura 17:</b> 1ª Feira FaEz UFMG.	95
<b>Figura 18:</b> Etapas do processo de constituição da horta coletiva e transformações no grupo produtivo	102
<b>Figura 19:</b> Representação gráfica do fluxo de entrada e saída do(a)s participantes da processo de constituição da horta coletiva	103

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Perfil dos quintais produtivos da Ocupação Tomás Balduino	48
<b>Tabela 2:</b> Ciclo de Oficinas na ocupação Tomás Balduino	51
<b>Tabela 3:</b> Lista dos atores participantes do processo de constituição da horta coletiva	68
<b>Tabela 4:</b> Cronograma de execução do projeto da horta.	75

## SUMÁRIO

Introdução	14
1 Revisão Bibliográfica	21
1.1 A produção do espaço: o urbano enquanto totalidade e virtualidade	23
1.2 Segregação socioespacial: o resíduo enquanto virtualidade do urbano	25
1.3 A cisão entre as esferas da produção e reprodução	29
1.4 Cisão humano-natureza	32
1.5 A agroecologia urbana como possibilidade emancipadora: situando a pesquisa	33
2 O Projeto de intervenção do grupo Agroecologia na Periferia: por cidades ecológicas, produtivas e inclusivas	37
2.1 Da resistência à (re)existência – do conflito ao cotidiano	38
2.1.1 Andar sem rumo: o acaso no caos	42
2.1.2 Entre hortas comunitárias e quintais produtivos	44
2.2 Economia da experiência - sistematização do acúmulo e do método	48
2.2.1 A ocupação Tomás Balduino	48
2.2.2 Replicação do projeto em vistas da formulação de um método	50
2.3 A solicitação do vazio - Ao fazer, fomos nos fazendo	55
2.3.1 Dimensões do projeto: espaços, processos e situações	56
2.3.2 Do privado ao público: a gestão dos resíduos e a perspectiva da agroecologia urbana	57
2.3.3 As práticas existentes e as invenções cotidianas	64
2.3.4 Desenvolvimento produtivo - agricultura urbana	66
3 O processo de constituição da horta coletiva	69
3.1 A concepção do projeto: a <i>horta comunitária agrupada</i>	70
3.2 A implementação da horta: entre o prescrito e o real	78
3.3 A manutenção: a complexidade da atividade e os problemas práticos	86
3.4 A comercialização	96

3.5	As transformações do grupo	103
4	Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho	109
4.1	A ocupação – trabalho coletivo e a intervenção de coletivos de trabalho externos	112
4.2	Caso da irrigação - a manutenção e o cotidiano enquanto balizadores do conflito entre projetos e pontos de vista diferentes	114
4.3	A perda do alface – dificuldade de organização da produção e o refreamento do poder de agir	119
4.4	A comercialização enquanto possibilidade de coletivo de trabalho	121
4.5	A virada do ano - a incapacidade de antecipação	126
4.6	Projetar-me: reflexões sobre o meu lugar	130
5.	Travessia: a experiência vivida como meio para se viver outras	134
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
	ENTREVISTADOS	143
	ANEXOS	144

## **Introdução**

A cidade é objeto de interesse de diversos atores sociais. Aos detentores do excedente produtivo, é local privilegiado para reprodução de seu capital. Aos que pouco ou nada tem, torna-se um lugar de cotidiana luta pela sobrevivência. Há também aqueles que reconhecem na cidade um espaço aberto para novas possibilidades de arranjos sociais. E, não somente acreditam nessas possibilidades, como se projetam em relações sociais na busca por sua realização. As pesquisadoras e os pesquisadores, por sua vez, se desdobram para compreendê-la, desde sua gênese, passando por elementos que a estruturam, até àqueles que se manifestam em sua configuração contemporânea.

Nesse trabalho de pesquisa, que parte do conhecimento acessado e produzido em minha experiência militante em movimentos centrados no espaço urbano, busco contribuir para o debate colocado sobre as possibilidades que se apresentam para aqueles que se interessam pela *agricultura urbana* e pelo conjunto de técnicas, práticas e relações que se enquadram naquilo que é denominado por *agroecologia*. Em específico, me interesso pelas ações coletivas de grupos que se engajam em demandas sociais de famílias que se colocam na luta pelo direito à moradia e à cidade; em especial, àquelas que se organizam em ocupações urbanas.

Ao falarmos destas, não resumimos moradia à dimensão da casa, enquanto espaço físico que garante o abrigo a uma certa quantidade de pessoas. Nesse estudo, moradia deve ser compreendida como espaço social de reprodução cotidiana da vida, que transborda e remodela dinamicamente os limites do que é privado, do que é público e do que é comum em um dado território. Nesse sentido, as ruas, o sistema de saneamento, iluminação e tudo aquilo que garante as condições de se viver em um dado espaço físico passam a fazer parte da casa.

O coletivo Agroecologia na Periferia (*AP*), do qual faço parte, um conjunto de indivíduos que atua na construção da agricultura urbana e da agroecologia, por acreditar nestas como alternativa real para a promoção da qualidade e sustentabilidade de vida nos grandes centros urbanos. Tal crença se origina desde diversos processos de formação pessoal; há aqueles com justificativas mais científicas, outros voltados a certo poder transcendental da terra e outros que talvez nem saibam muito bem como justificar sua crença. Certo é que se engajam na luta das ocupações urbanas, por meio da construção de alternativas agroecológicas para resolução de questões e necessidades desses territórios. atuamos na criação de situações de debate, prática e troca coletiva, mediadas por

propostas técnicas de intervenção, que funcionam como objeto intermediário nessa relação entre o interventor externo e o (a) ocupante.

Como desdobramento dessa relação e desse método de intervenção, surgiu um projeto elaborado por um grupo de moradore(a)s da ocupação Tomas Balduino, localizada em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte: a construção de uma *horta comunitária agrupada*, assim denominada por eles. A escolha desse caso, para ser aprofundado nesta dissertação, parte do entendimento de que o acompanhamento e sua análise podem nos ajudar a revelar elementos que nos permitam avançar na demanda de pesquisa aqui colocada: *como a constituição de um grupo produtivo de agricultura em uma ocupação urbana, que se dá a partir da atuação conjunta de militantes, técnicos e moradore(a)s, contribui para avançar nos processos de organização social?*

Essa demanda de pesquisa se constrói no interior da minha militância, a partir da inquietação constante de nossa atuação nas ocupações urbanas e do acúmulo coletivo de anos de ação, reflexão e esforço contínuo de formulação política e teórica.

Um dos trabalhos que nos servirá como ponto de partida será a dissertação construída por Valle (2015), também componente do grupo *AP* e assessor no processo de resistência e construção da ocupação Tomás Balduino. Ao atuar na criação e promoção de um sistema de coleta seletiva na ocupação, o pesquisador-militante afirma a necessidade de pensar estruturas produtivas e autogestionárias como forma de favorecer relações dialógicas entre os moradores. Para o autor, os mecanismos de mobilização (assembleia, mutirão e coordenação), implementados por militantes nas ocupações urbanas como ferramentas frente ao conflito fundiário, encontram dificuldades na promoção e participação do(a)s moradore(a)s em debates orientados à organização comunitária e ao desenvolvimento territorial, quando os mesmos não estão relacionados à luta contra o despejo.

Nesse sentido, para transpor esse limite propõe que esses mecanismos de representação e controle social sejam transformados em fóruns híbridos; ou seja, que transite de uma estrutura de democracia representativa para outra de democracia dialógica. Para tanto seria necessária a emergência de grupos produtivos que possibilitasse, nos termos de Callon, Lascoumes e Barthes (2001), o deslocamento de um regime de agregação para outro de composição. Em termos gerais, aposta na criação de estruturas produtivas orientadas para os elementos da vida cotidiana, que muitas vezes

são considerados secundários, como por exemplo o cuidado com o lixo, para que estas possam trazer os mesmos para o centro do debate, como, no caso, a coleta de resíduos.

Callon, Lascoumes e Barthes (2001) colocam alguns estágios para a efetivação dessa transição, quais sejam, a constituição de grupos produtivos, a afirmação de identidades emergentes e a consideração mútua entre elas para negociação na resolução das questões colocadas ao coletivo. Valle (2015) orienta seu estudo sobre as formas de negociação possíveis entre grupos produtivos emergentes e o conjunto da ocupação. Neste trabalho, pretendo orientar a análise para *o processo de emergência e constituição desses grupos produtivos, nessa relação entre atores externos e moradores de ocupações; e como estes impactam na vida do conjunto das famílias e, também, como o fato de estar inserido neste contexto interfere, ou reverbera, na constituição do mesmo.*

Nosso objetivo é contribuir nos processos de organização comunitária para o desenvolvimento territorial e promoção do direito à cidade, bem como apresentar reflexões pertinentes para a ação daqueles que se interessam pela articulação entre agroecologia e produção em ocupações urbanas. O propósito é, também, refletir a luz das experiências possíveis de se construir agora, os sentidos em direção à emancipação. Revelar, a partir das situações concretas, elementos que possam auxiliar no *como* produzir condições e construir experiências para caminhar no sentido da necessária reapropriação do trabalho e dos meios de reprodução da vida, orientando, assim, ações imediatas, mas que tenham no horizonte transformações sociais mais consistentes.

### *Percurso metodológico*

A pesquisa foi desenvolvida a partir dos aportes metodológicos da pesquisa qualitativa, da pesquisa-ação e da Grounded Theory (TAROZZI, 2011), bem como da Análise Ergonômica do Trabalho - AET (DURRAFOURG, 2013; GUÉRIN et al., 2001).

A pesquisa-ação tem como principal característica a atuação do(a) pesquisador(a) na realidade a ser estudada, com a qual “procura quebrar o método da pesquisa tradicional de pesquisar com o objetivo primordial de desenvolver conhecimento [...] e tem como meta auxiliar a construção de ações para a transformação da situação real estudada” (ADDOR, ALVEAR, p.130). Ou seja, ela contém um duplo objetivo: um prático e outro do conhecimento. Outro elemento importante, é sobre o foco de análise ser nas ações e não na estrutura, assim, “[...] normalmente, tem uma base indutiva, ou seja, parte do particular para o geral, porém, ela não se limita a isso, o objetivo é sempre um movimento



de vai e vem entre o particular e o geral, entre a ação e a reflexão” (ADDOR, ALVEAR, p.138)

São vários os métodos de se fazer pesquisa-ação, no caso deste estudo trata-se da pesquisa militante. Nesta a implicação do pesquisador toma um caráter em que este se torna, também, ator da própria ação que está sendo estudada, e, conseqüentemente, torna-se objeto de sua pesquisa, o que traz algumas potencialidades, mas também limites que devem ser observados no nível da explicação a ser produzida. Tanto pelos riscos de um entrelaçamento de subjetividades do tipo fusão e pela dificuldade de distanciamento e descolamento fundamentais ao processo reflexivo, quanto pela necessidade de se fazer uma autoanálise devido ao fato de ser agente da realidade estudada.

Assim, neste estudo me disponho à tarefa de transitar entre a posição de militante e pesquisadora, em projetos de intervenção e atividades de pesquisa. O objetivo é também experimentar e criar métodos de pesquisa-ação que possam auxiliar no trabalho de organização social para facilitar e desafiar processos de desenvolvimento local, que levam em conta o protagonismo e os aspectos locais. Facilitar, pois nesses processos colocamos nossos corpos e competências a serviço dos grupos sociais. Desafiar, porque ao nos implicar, carregamos nossos registros de percepção e desejos que se encontram com os dos moradores das ocupações urbanas que atuamos, e acabam por engendrar formas híbridas que suscitam diversos debates éticos sobre os lugares de cada um no processo.

Ocupar esses diferentes lugares foi desafiador para mim e me suscitou inúmeras reflexões que ainda precisam ser elaboradas. Durante a revisão percebo certa confusão na minha escrita, um certo “descuido” gramatical no uso dos pronomes. Acabo optando por não corrigir, pois acabaria forçando um enquadramento que apagaria traços desse movimento, os quais acredito que podem em uma análise futura revelar aspectos interessantes da minha própria atividade nesse percurso.

Em consonância à proposta da pesquisa militante utilizo a metodologia da Grounded Theory (TAROZZI, 2011) que propõe um processo emergente de formulação, conjugando pesquisa empírica e reflexão teórica. Nesta os quadros teóricos nos servem como possíveis apropriações que sejam pertinentes de serem confrontadas com as categorias interpretativas que emergem da realidade estudada e, por isso, nela estão enraizadas. Nos interessa a construção de elaborações teóricas fundadas nos dados, pois acreditamos que esse “enraizamento no vivido, nas vísceras da realidade é o que consente, depois, à teoria elaborada, ter um valor prático-operativo” (TAROZZI, 2011, p. 20), para

tanto é preciso lançar-se ao campo de forma aberta. O início da pesquisa consiste de uma imersão preliminar no campo, “[...] é importante, antes de tudo, ter um olhar geral sobre o todo, saber antecipar aquilo que é razoável esperar que aconteça. Isto pode contribuir para reduzir a ânsia e ajudar a habitar o caos.” (TAROZZI, p. 63).

Depois inicia-se o processo de coleta e codificação dos dados. A codificação inicial, chamada de “codificação aberta” por Strauss e Corbin (1998) “[...] o(a) pesquisador(a) se mantém aberto(a) aos dados, pronto(a) à acolher as solicitações que provém dos mesmos [...]” e, também, porque “[...] esse tipo de codificação visa abrir (open up) os dados, a explorar (explicitar) fragmentos de texto para fazer emergir todos os significados possíveis que o texto é capaz de gerar.” (TAROZZI, 2011, p.125). Em seguida dinamiza-se um processo que se alterna entre coleta e codificação de dados, se fazendo sempre necessário o retorno ao campo e o empenho metuculoso nos dados coletados, mantendo a convicção de que “[...] a codificação deve proceder em maneira lenta e progressiva, sem nunca perder a ligação com a base empírica. A codificação é estratificada em níveis sucessivos e progressivos” (TAROZZI, 2011, p.25). Até que esse aprofundamento nos dados permita que se revelem os processos subjacentes aos fenômenos e suas dinâmicas, “a GT tem por fim fazer emergir os processos sociais e os processos psicológicos de base que subjazem aos fenômenos indagados.” (TAROZZI, 2011, p.22).

Toda essa abertura e amplitude de possibilidades, cria uma certa confusão em relação ao rumo que a pesquisa está tomando, “trata-se de uma fase que a um neófito pode parecer muito dispersa e, por vezes, gerar ânsia.” (TAROZZI, 2011, p.125). As orientações coletivas, as trocas com os colegas de mestrado e militância são valorosas para nos ajudar a “aprender a conviver com o caos externo e com as ânsias internas.” (TAROZZI, 2011, p.125).

Paralelamente adotei também a perspectiva da Análise Ergonômica do Trabalho - AET (DURRAFOURG, 2013; GUÉRIN et al., 2001) e do Curso da Ação, para revelar o ponto de vista da atividade dos agricultores envolvidos na construção da horta. Procurando compreender o trabalho real, o que de fato os sujeitos realizam e como realizam, através da análise da atividade que possibilita revelar os processos de subjetivação, bem como os determinantes sociais e culturais presentes na atividade.

### *Estrutura da dissertação*

No primeiro capítulo, trataremos das bases teóricas, dos conceitos sensibilizantes que já me orbitam e são referência. O caminho que pretendemos traçar é a partir do conceito de produção do espaço em Henri Lefebvre (1991 [1974]), reconstruindo sua leitura do processo histórico de urbanização, para, então, adentrar na discussão do fenômeno da segregação espacial, que tem as ocupações urbanas como um dos seus desdobramentos. Em seguida, redirecionaremos nossa atenção para alguns elementos do processo de formação da economia capitalista, dentre eles a industrialização, a separação no espaço-tempo entre produção e reprodução, a ressignificação do trabalho e a visão instrumental da natureza. Por fim, apontamos que, contra a visão instrumental do ser humano sobre a natureza, há, atualmente, coletivos que, apoiados em conceitos e práticas do que se denomina por agroecologia urbana, acreditam ser possível uma reconexão da natureza e da sociedade.

Nos capítulos seguintes dedico boa parte da escrita à sistematização das experiências que a constituem em uma tentativa de acolher na escrita o trajeto percorrido e os sentidos que se construíram, “e também articular a trajetória que ainda se percorre, aquela das palavras soltas em busca de sentidos, o ‘construir cartografias enquanto se fazem os caminhos’ (Hissa, 2013, p. 26). Caminhos que, materializados em palavras, podem possibilitar várias rotas de leituras e interpretações.” (RABELO, BARROS, CUNHA, 2015, p. 397). Acredito que assim a dissertação possa manter um fluxo narrativo vivo, garantir uma memória e ser germe de outras histórias.

No capítulo 2, no intuito de investigar elementos que ensejam a emergência de grupos produtivos será feita uma sistematização da experiência de atuação do coletivo, *Agroecologia na Periferia*. A partir da narrativa da história do coletivo, bem como das ocupações urbanas onde o coletivo desenvolveu seus trabalhos busca-se trazer elementos de formulação do método de intervenção desenvolvido pelo coletivo. Passaremos pela experiência do conflito fundiário, enquanto provocação existencial de imersão do coletivo nesses territórios, no sentido de poder ir além da dimensão conflitual, na almejada construção de uma nova sociabilidade, que permite o encontro desses indivíduos com os moradores das ocupações. É, então, através deste encontro que se desenrola uma série de atividades, tais como oficinas, intercâmbios, assessorias, feiras e mutirões, até chegar na experiência da horta coletiva na ocupação Tomás Balduino, que nos conduz ao capítulo seguinte.

No capítulo 3, faremos então a reconstrução do desenvolvimento da horta coletiva, na busca de tentar captar como se dá o processo de constituição desse grupo e da organização do seu trabalho coletivo. Como se dá a emergência e o processo de constituição de grupos produtivos em Ao descrever certos conflitos e barreiras enfrentados pelos moradores, técnicos e militantes que se implicam nessa experiência, assim como os processos de tomada de decisão que reorientam as práticas desses atores, busco explicitar os elementos e categorias solicitadas pelos dados, bem como da articulação entre elas que nos permitirão, no capítulo 4, enfrentar a seguinte questão: *como se dá a passagem do trabalho coletivo ao coletivo de trabalho? Quais os sentidos de transformação e emancipação social parecem despontar no curso dessa experiência?*

Por fim, no capítulo de considerações finais, trago uma reflexão pessoal sobre a experiência objeto de estudo e do percurso metodológico dessa pesquisa, de seus limites e de suas potencialidades. Como dito mais acima várias foram as perspectivas metodológicas que auxiliaram na produção desse trabalho, tais como a *Grounded Theory* (TAROZZI, 2011), o Curso da Ação (THEUREAU, 2004) e a Clínica da Atividade (CLOT, 2010). Contudo, a dificuldade central que pretendo refletir nessas considerações finais diz de minha implicação nesse processo, tanto como militante, quanto como pesquisadora. A partir de uma série de provocações que se deram no decorrer dessa pesquisa, procuro localizar os momentos em que me senti mais afetada pela experiência, e como esses momentos foram definitivos nas escolhas de como me posicionar, no entendimento e na resolução dos conflitos nos quais estive implicada.

## 1 Revisão Bibliográfica

*Como é possível criar novos modos de apropriação dos meios de reprodução da vida - da natureza, do espaço, do trabalho e de si próprio - num mundo capitalista?* Esta é uma questão prática que nos vemos implicados ao nos relacionarmos com as famílias que vivem em ocupações e, por isso, buscamos desenvolver no presente trabalho, a partir da mobilização de teorias e conceitos, reflexões sobre essas possibilidades. Ao resgatar os conceitos, porém, não buscamos a sua genealogia, tampouco uma reflexão aprofundada sobre o limite dos seus pressupostos teóricos. Nessa tentativa de um processo emergente de formulação, os quadros teóricos utilizados nos servem como possíveis apropriações que se dão justamente pela aproximação com as categorias interpretativas enraizadas na realidade estudada. Em outras palavras, não buscamos esgotá-los em toda sua riqueza, mas propor uma chave de leitura que auxiliará na análise do caso empírico, a ser apresentado no capítulo 3, para, dessa forma, conjugar pesquisa empírica e reflexão teórica, como proposto pela *Grounded Theory* (TAROZZI, 2011), umas das metodologias que nos suportaram. Nos interessa a construção de elaborações teóricas fundadas nos dados, pois acreditamos que esse “enraizamento no vivido, nas vísceras da realidade, é o que consente, depois, à teoria elaborada, ter um valor prático-operativo” (TAROZZI, 2011, p. 20).

Partimos do entendimento de que o desenvolvimento e a reprodução do capital, enquanto metabolismo social historicamente específico, ou seja, como a forma de interdependência social para sobrevivermos, pressupõe uma série de cisões, quais sejam a produção e a reprodução, o humano e a natureza, o trabalho concreto e o trabalho abstrato, o centro e a periferia, o trabalho doméstico e o produtivo, o trabalho intelectual e o manual, o trabalho masculino e o feminino, o tempo de trabalho e o tempo livre, a economia e a política, dentre outras. Dentre essa, propõe-se o estudo de três: 1) a diferenciação entre centro e periferia, oriunda da segregação socioespacial ocasionada a partir da inserção da produção do espaço na lógica de acumulação capitalista; 2) a separação no espaço-tempo entre produção e reprodução; e 3) o trabalho enquanto processo de dominação instrumental da natureza, aprofundando a cisão desta com o ser humano. O segundo e o terceiro fenômenos se consolidam com o processo de industrialização, enquanto o primeiro se apresenta a partir do aprofundamento das consequências desse processo.

Karl Polanyi (2000 [1944]), em sua obra *A Grande Transformação – As origens da nossa época*, faz um resgate histórico centrado na formação da economia capitalista de mercado e em suas implicações sociais. A partir do estudo da evolução do mercado, enquanto esfera autônoma, e da transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadorias, o autor traça elementos específicos à era industrial e suas respectivas consequências na transformação das estruturas de organização social. Se antes se trabalhava na própria comunidade onde se vivia, com o advento da indústria, a separação no espaço-tempo entre moradia e trabalho, que implicou na separação entre produção e reprodução, traz novas características para o enquadramento daquilo que é considerado trabalho.

Essa nova atribuição de sentido ao trabalho, assim como a reorientação econômica por meio da primazia das trocas monetárias, são elementos centrais que rompem com as esferas vigentes da vida social, a partir do movimento inicial dos cercamentos de terra e da expulsão dos camponeses do campo, que promove as condições para a instauração do processo de industrialização e de reorientação da produção do espaço das cidades, para onde migra essa massa expulsa de suas terras.

Lefebvre (1999), tendo a produção do espaço como objeto de estudo, aponta o período de industrialização como parte de um processo mais amplo, cujo acirramento de suas contradições internas acaba por levar a um processo de “implosão-explosão” das cidades. Em outras palavras, o desenvolvimento do processo de urbanização, no contexto da lógica de acumulação capitalista, por meio da produção do espaço e marcado pela segregação socioespacial, gera, enquanto resíduo do processo de urbanização da sociedade contemporânea, as periferias (CANETTIERI, 2014).

Como forma de resgate bibliográfico das consequências do modo de produção capitalista na produção do espaço urbano, e de seus desdobramentos na resignificação do trabalho e na relação com a natureza, propõe-se, neste capítulo, uma organização em quatro seções. Primeiramente, pretende-se aprofundar o conceito de produção do espaço em Lefebvre, a partir de leituras do autor e de outros teóricos que nele se baseiam para construção de seus trabalhos, tais como Monte-Mór (2006), Euclides (2016) e Almeida (2016). Em um segundo momento, pretendemos discutir o fenômeno atual da segregação espacial e o surgimento do que Lefebvre (1991) denomina por espaços diferenciais, tendo como leitura de suporte a dissertação de Canettieri (2014), dentre outros estudos que tem por centralidade o fenômeno recente das ocupações urbanas na Região Metropolitana de

Belo Horizonte, como Vasconcelos de Freitas (2015), enquanto desdobramento desse processo de segregação. E, em um terceiro momento, retornamos nossa atenção para a ressignificação do trabalho, apontada por Polanyi (1944) como característica substancial para o entendimento do processo de industrialização, ao ter como enfoque a visão instrumental da natureza pelo homem, objeto da quarta seção.

Por fim, na quinta seção, pretende-se apresentar a conexão deste capítulo com o conjunto do trabalho. Frente a visão instrumental do ser humano sobre a natureza, há, atualmente, coletivos que, apoiados em conceitos do que se denomina por agroecologia urbana, acreditam ser possível uma reconexão da natureza e da sociedade. Nesse sentido, colocam-se em relação com populações periféricas organizadas nas denominadas ocupações urbanas, por acreditar que no cotidiano desses lugares há algo como embriões<sup>1</sup> do que poderia ser uma nova forma de se construir e pensar o espaço urbano. A partir desse encontro entre esses grupos sociais distintos, que se colocam em relações de negociação, cooperação e conflito, pretendemos levantar as questões centrais para o desenvolvimento desta dissertação.

A partir do trabalho de campo e das reflexões teóricas realizadas, nos propomos avaliar, a partir de um caso específico, a possibilidade de efetivação da hipótese de Lefebvre (1999), de que para um processo de emancipação é necessário a (re) apropriação do trabalho, do espaço e da natureza, por meio da integração das dimensões da produção e da reprodução, bem como da reconexão do ser humano com a natureza (mundo externo e natureza humana).

### **1.1 A produção do espaço: o urbano enquanto totalidade e virtualidade**

Lefebvre (1991), em seu livro *A produção do espaço*, desenvolve sua teoria do espaço social, colocando a sua produção como categoria de análise e realidade prática. Propõe a produção do espaço como produto social e como processo histórico e de desenvolvimento, a partir da qual a sociedade constrói o que lhe é próprio, ao mesmo tempo em que esse espaço construído produz a sociedade. Ou seja, há uma dupla determinação nessa relação. A produção do espaço seria, assim, a forma pela qual o ser humano busca atender suas necessidades, ao mesmo tempo que o espaço sobredetermina

---

<sup>1</sup> Nessa concepção, poderíamos no referenciar em Zibechi (2015, p.157): “as periferias das cidades são a esperança de uma mudança radical anticapilista”; e em Tonucci Filho e Magalhães (2017, p.447): “abre-se, portanto, um espaço de gestação do comunismo, tal qual defendido por Marx, por meio das próprias contradições agenciadas pelo capital”.

a experiência humana; “o espaço é produto e produtor das relações sociais” (LEFEBVRE, 1991).

Em sua obra *A Revolução Urbana*, Lefebvre (1999) propõe a reflexão do processo de urbanização em três eras (rural, industrial e urbana), que apresentam cada qual uma dominância de representação universal de modos de pensamento, ação e vida. No decorrer dessas eras, a cidade sempre esteve presente e, segundo o autor, passa gradativamente a ser entendida enquanto centralidade da vida social organizada. Ela possuiria m, assim, distintas configurações, por meio da fixação de certos sentidos espaço-temporais de organização da sociedade. Para tanto, apresenta uma narrativa desde o grau zero de urbanização, passa pela cidade política, depois pela cidade comercial, até a cidade industrial. Na cidade política:

(...) o campo se encontra dominado pela cidade política, ‘espaço não-produtivo privilegiado do poder político e ideológico’, que ‘retira do excedente produzido no campo as condições de reprodução da classe dominante e de seus servidores diretos, militares e civis, que a habitam’. Nessa relação campo-cidade se manifestam as oposições, ‘inicialmente complementares, virtualmente contraditórias, depois conflituosas’ entre trabalho material e trabalho intelectual, produção e comércio, agricultura e indústria (LEFEBVRE, 1999, p.42).

Com o desenvolvimento das trocas e do comércio, ocorre a passagem da cidade política para a mercantil - espaço de comércio dos excedentes, pois o centro do poder se desloca do núcleo urbano para os mercados.

Com a cidade mercantil, a relação campo-cidade tem sua primeira inflexão, deixando a extração do excedente do campo de ser possibilitada apenas pela coerção político-ideológica e militar, e passando a ser realizada por ‘um movimento voluntário do campo em direção à capacidade articuladora da cidade enquanto lócus do mercado’ (MONTE-MÓR, 2006c, p. 8). Trata-se de uma inflexão marcada pela economia, que modifica e amplia a dominação da cidade sobre o campo (EUCLYDES, 2016, p. 44).

O fenômeno da industrialização, ao adentrar na cidade, expressa a “entrada da produção no seio do espaço do poder” (MONTE-MÓR, 2006, p. 8), impondo a lógica produtiva industrial e da mercadoria, sobre a reprodução da sociedade, e transformando a própria cidade em produto industrial. “A relação campo-cidade deixa de ser apenas de controle e comercialização da produção do campo por parte da cidade, passando a envolver agregação de valor, ampliação de escala e inserção da produção rural em mercados cada vez mais internacionais” (MONTE-MÓR, 2006, p. 8). Nesse processo, o campo, até então predominantemente isolado e autossuficiente, “passa a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para



alimentos e bens de consumo básico” (MONTE-MÓR, 2006, p. 8) - o que corresponde, para Lefebvre (1999), na subordinação total do campo à cidade.

Nesse processo, marcado pela intensificação do êxodo rural, pela extensão do tecido urbano e pela subordinação completa do agrário ao urbano, as contradições internas da industrialização se agudizam e criam-se as condições para adentrarmos na *zona crítica*, correspondente ao declínio da era industrial e advento da era urbana. Isso se dá a partir de um duplo processo que Lefebvre (1999) chamou de implosão - concentração urbana de pessoas, meios de produção e infraestrutura - e, explosão - projeção de fragmentos por todo o território.

Na fase atual, esse processo se apresenta como totalidade, “anuncia-se, assim, a transição para o urbano - espaço-tempo em que a realidade urbana se impõe à escala mundial, modificando as relações de produção, e tornando-se, ela mesma, uma força produtiva” (LEFEBVRE, 1999, p. 26, apud EUCLYDES, 2016, p. 46). Tal totalização, levada à cabo pelo que Monte-Mor (2006) define por *urbanização extensiva*, carrega inerentemente suas contradições na produção capitalista do espaço. Em outros termos, ao se colocar como totalidade, subjaz uma inconsistência, dado que “em qualquer sistema totalizante, deixa-se um resíduo que lhe escapa e que lhe é resistente” (LEFEBVRE, 1967, p.309). O urbano, como processo de totalização, ao se efetivar, deixa escapar um resíduo que revela sua própria inconsistência interna. Por isso, entendemos que o resíduo do processo de urbanização enquanto totalidade, no contexto da lógica de acumulação capitalista, são as periferias.

## **1.2 Segregação socioespacial: o resíduo enquanto virtualidade do urbano**

A formação das periferias se dá através da forma urbana denominada segregação socioespacial. A forma urbana é, desta maneira, um resultado de um processo histórico de produção do espaço. Como toda forma social, ela é, também, histórica. No caso do capitalismo, uma sociedade organizada por meio de classes e baseada na exploração de uma sobre a outra, a expressão espacial desta relação social – que também, por sua vez, garante essa dominação acontecer – é uma forma urbana segregada e fragmentada.

É possível descrever o processo de urbanização capitalista como um processo de totalização em que tudo é dragado à sua própria determinação. Este processo de totalização, como nos diz, Lefebvre (1967), produz um resíduo – algo que resiste, que sobra à esta totalização. Seu argumento não é apenas que o resíduo é uma coisa diferente, mas, ao contrário, a existência do resíduo é condição para a existência da totalidade. Sua

análise, propriamente dialética, ajuda a entender o que está fora como sendo, simultaneamente, aquilo que há de mais interior à totalização. O resíduo, como parte negativa, carrega, em si uma dimensão potente – exatamente por ser a negação capaz de operar a negação determinada. Assim, a tarefa da metafilosofia de Lefebvre (1967, p. 64) é, de alguma forma, “dar sentido ao residual.”

Diante da atual forma de produção capitalista do espaço, na qual ocorre uma tendência, já identificada em Marx (2013 [1867]), de concentração e monopólio, é necessário entender os rebatimentos disso na produção do espaço, da vida cotidiana e das possibilidades de mudança, tarefa essa a qual se dedicou Lefebvre (1991 [1974]). O autor argumenta que a centralização própria à dinâmica de reprodução do capitalismo cria simultaneamente uma diferenciação de centralidades e periferias. Assim, assumindo a periferia como o espaço negativo do centro, é nela que existe a possibilidade de produzir o espaço de maneira diferente.

Para Canettieri e Valle (2015), se a cidade contemporânea é produzida coletivamente pelo trabalho humano e apropriada individualmente pela classe dos proprietários dos meios de produção, a moradia, por exemplo, é produzida para atender as demandas de acumulação impostas pelo capital, se transformando em mercadoria. Nesse sentido, há um impedimento de que grande parte da população possa acessá-la, configurando um processo de urbanização que se caracteriza pela distribuição socioespacial das cidades de forma segregadora.

As ocupações urbanas se apresentam, assim, como uma das respostas à demanda social de milhares de famílias sem-teto, que se colocam na luta pelo direito à moradia e à cidade. Estas não se constituem apenas como um coletivo de casas. As atividades necessárias para a construção e manutenção das casas não são as únicas que configuram esses espaços, onde se estendem outras dimensões da reprodução da vida do trabalhador urbano, como a consolidação da infraestrutura urbana e de equipamentos coletivos, a produção de hortas e de serviços urbanos. Nesse sentido, retomemos o conceito de ocupações urbanas apresentado por Vasconcelos de Freitas (2015), que, em sua dissertação no campo do direito, *Do Profavela à Izidora – a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*, busca compreender o processo histórico de formação de periferias na RMBH, desde de sua perspectiva constituinte:

(...) considera-se que as ocupações urbanas são formadas por pessoas sem-teto, que constituem identidades coletivas insurgentes territorializadas por relações sociais contestatórias, que se projetam no espaço e que exercem posse

qualificada pela função social. Os ocupantes efetivam não apenas o direito à moradia, mas também o direito à cidade, entendido como direito de transformar a cidade e a si mesmos de forma a garantirem a sua reprodução material e simbólica com dignidade (VASCONCELOS DE FREITAS, 2015, p. 73).

Nesse sentido, em *Crítica da Razão Dualista*, Francisco de Oliveira (2012 [1972]) constrói um argumento contra as interpretações correntes à época. Era corrente a ideia de que o atraso observado no Brasil, como perpetuação de formas arcaicas e pré-capitalistas, era a causa do nosso subdesenvolvimento. O desenvolvimento então, para estas interpretações, deveria passar por uma efetiva modernização do Brasil, o que significaria uma revolução propriamente burguesa, para “atualizar” as relações sociais e, assim, seguir o desenvolvimento histórico numa ideia de linearidade.

A crítica de Chico de Oliveira (2012 [1972]) a esse dualismo vai demonstrar como a existência dos setores pré-modernos são, na verdade, funcionais à acumulação de capital nos países periféricos. Toda a industrialização do Brasil foi feita nos marcos do capitalismo que se globalizava, e que, portanto, estavam sujeitas as trocas desiguais entre os países, como apontava Ruy Mauro Marini (2005 [1973]), em sua obra *Dialética da Dependência*.

Essa natureza profundamente desigual, para o autor, diz do passado de colonização do Brasil, que o inseriu numa posição subalterna e dependente no capitalismo globalizado. Essa forma de inserção criou uma forma *sui generis* de relação de trabalho, que não era mera exploração como acontece nos países centrais. Para compensar as perdas das trocas desiguais, a burguesia nacional lança mão de um regime de superexploração da força de trabalho, seja ao aumentar a jornada de trabalho, seja ao reduzir o salário da classe trabalhadora. O resultado é, como observou Francisco de Oliveira (2012 [1972]), uma industrialização dos baixos salários.

Sua consequência imediata na produção das cidades, como observa Ermínia Maricato (1979) é uma urbanização de baixos salários. Ou seja, para que o Brasil integre as raias da acumulação de capital internacional, a classe trabalhadora brasileira está sujeita a uma exploração intensificada, e encontra, como uma das formas de sobreviver, a *autoconstrução*, característica central a qualquer ocupação urbana. Ou seja, a paisagem das cidades, marcadas por favelas, é funcional à acumulação. A necessidade imediata das pessoas de residirem nas cidades é, de certa forma, absorvida pela necessidade do capital de acumular a partir da manutenção desta forma social precária. Ou seja, a segregação

social não deve ser entendida como disfunção do sistema, mas como um resultado para seu funcionamento normal.

Entretanto, a lógica contraditória própria do capitalismo, ao criar as periferias de forma precária e excludente, ainda que isso seja funcional ao funcionamento do capital, propicia nesses espaços, ao mesmo tempo, condições para se pensar o urbano de forma diferente. Estando excluídos da cidade formal, com nenhum ou pouco acesso aos bens e serviços públicos urbanos, essas famílias, portanto, não se encontram totalmente conformadas à lógica hegemônica, em certos aspectos da reprodução da vida urbana.

Diante da ausência e da necessidade concreta de acesso a água, a energia elétrica, a sistemas de drenagem, a serviços de coleta de lixo e esgotamento, o(a)s moradore(a)s das ocupações criam outras estratégias para lidar com essas questões, enquanto parte da reprodução cotidiana da vida coletiva. Como diz Milton Santos (1997), a experiência cotidiana da escassez possibilita a descoberta do novo, abre portas para reinvenção da organização da vida.

Viver em ocupações urbanas é também viver o imperativo de buscar soluções coletivas autoproduzidas para problemas que atualmente se encontram na esfera de políticas públicas, as quais o projeto hegemônico ainda não absorveu. Se não há uma rede de esgotamento única para os moradores, as águas residuais de minha casa podem ser um problema para o(s) meu(s) vizinho(s). Se não há coleta de lixo porta a porta, o descuido de um vizinho que descarta seus resíduos pela rua traz consequências ao modo de vida coletivo. Uma ocupação urbana, assim, é um espaço em que esses elementos da vida reprodutiva coletiva devem ser negociados, devido à ausência (temporária) do projeto hegemônico de vida urbana.

Lefebvre (1991 [1974]) busca, portanto, destacar a importância da diferença, já que estas estão à margem da homogeneização. As diferenças contra-atacam a produção homogeneizante própria do capitalismo e, dessa forma, estão sempre latentes de forma a experimentar as (im)possibilidades cerradas pela produção capitalista do espaço. Claro que as ocupações são, dessa maneira um espaço dialético: ao mesmo tempo em que são lugares de exploração e de precarização, existe ali a possibilidade de emancipação<sup>2</sup>. Enquanto espaços que surgem da dominação de classes, neles reside, ao mesmo tempo, o potencial para efetivar a liberdade.

---

<sup>2</sup> Sobre isso, conferir Bastos *et al* (2017).

Eu chamo esse novo espaço de “espaço diferencial”, porque, uma vez que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação das diferenças ou peculiaridades, um novo espaço não pode nascer (ser produzido), a menos que ele acentue as diferenças (LEFEBVRE, 1991 [1974], p.51).

Apostamos que na realização dessas atividades (re)produtivas cotidianas nesses espaços diferenciais existem processos que apontam para insurgências espontâneas (HARVEY, 2012). Embora o processo de urbanização já esteja em curso, “o urbano define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora” (LEFEBVRE, 2008 [1999], p. 26). Sendo assim, contém no presente um futuro em potência? Nessa transição para o urbano, pode-se continuar um processo de aprofundamento das lógicas capitalistas de dominação do espaço e da vida, ou uma produção voltada às necessidades sociais e à transformação do cotidiano, no sentido da apropriação das condições sociais e da natureza, com vistas à autogestão.

### **1.3 A cisão entre as esferas da produção e reprodução**

Imbricada à constituição desse processo de urbanização, está a industrialização. Polanyi (2000 [1944]), em seu livro *A Grande Transformação*, demonstra como a tendência ao progresso econômico, que leva ao advento da revolução industrial, desarticula violentamente o sistema de organização social.

O estabelecimento da indústria têxtil foi o veículo da Revolução Industrial e os fatores que criaram condições para seu desenrolar são inúmeros, porém Polanyi (2000 [1944]) chama a atenção para uma mudança básica, o estabelecimento da economia de mercado, ou seja:

(...) um sistema auto-regulável de mercados (...) é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado. Um tal sistema, capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa (POLANYI, 2000 [1944], p. 62).

Para o estabelecimento do modo de produção capitalista foi preciso reconfigurar o trabalho, convertê-lo em força de trabalho disciplinada, o que, a partir de sua separação dos meios e das condições de produção e reprodução, coincidentes até então, pressupunha a cisão produção-reprodução. Para tanto subjazem à esse processo três fenômenos, 1) a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores (MARX, 2004 [1844]). (POLANYI, 2000 [1944]); 2) a subordinação da reprodução da vida (cotidiano) à reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2004); e 3) a transformação do trabalho em mercadoria, configurando-o como trabalho estranhado (MARX, 2004 [1844]).

O primeiro se realiza a princípio na Inglaterra com os chamados cercamentos, nos quais as áreas comuns do povo eram cercadas pelos senhores: “eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas [...] atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões.” (POLANYI, 2000[1944], p. 53). A Inglaterra pôde sobreviver à “calamidade dos cercamentos” apenas porque se fez uso do poder da Coroa:

(...) para diminuir o ritmo do processo de desenvolvimento econômico, até que ele se tornou socialmente suportável - utilizando o poder do governo central para socorrer as vítimas da transformação e tentando canalizar o processo de mudança de forma a tornar o seu curso menos devastador” (POLANYI, 2000 [1944], p. 56 e 57).

Os camponeses, sem lugar e despossuídos dos seus meios de subsistência, convertem-se na massa de trabalhadores absorvida pelo espaço produtivo da fábrica. Com o advento da indústria e do comércio internacional, esse fenômeno ganha escala mundial.

O segundo fenômeno, que se refere ao trabalho reprodutivo, é evidenciado por Silvia Federeci (2004), em seu livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, como “o trabalho que produz a força de trabalho” (FEDERECI, 2016, p.407, apud VILLAR, 2017). Com o advento do capitalismo, o trabalho reprodutivo passa a ser considerado um não-trabalho e ser definido como tarefa doméstica. A reprodução da vida se transforma apenas em um meio para produção da força de trabalho.

Além disso, Federeci (2004) nos traz que esse processo se deu em consonância com o processo da caça às bruxas, confinando as mulheres em casa, ao excluí-las do mercado de trabalho. “Este ataque caiu duplamente sobre as mulheres que, despossuídas dos meios de produção, também ficaram reduzidas ao papel de reprodutoras da força de trabalho.” (VILLAR, 2017). Podemos dizer que, na nossa sociedade contemporânea, a atividade reprodutiva é resíduo da produtiva: “Permanece central a ideia de sobreviver para produzir e não a lógica contrária, em que a existência de pessoas se torna o fim e não o meio para a produção” (KAPP; LINO, 2008 apud ZERLOTINI, 2014, p. 25).

A existência de qualquer sociedade humana, capitalista ou não, pressupõe o trabalho de reprodução ou o conjunto de operações diárias realizadas em prol da sobrevivência dos seres humanos: Reprodução é a produção para a permanência de determinado estado de coisas, a começar pela subsistência orgânica dos indivíduos e pela subsistência da espécie, mediante a procriação. Essas são as bases e condições de possibilidade de qualquer sociedade humana. Sem reprodução, não há produção, pois ela não teria objeto, nem teria quem a realizasse [...] Portanto, a reprodução tem precedência lógica sobre a produção, ainda que, do ponto de vista gramatical, isso pareça estranho (KAPP; LINO, 2008, 13). Contudo, numa sociedade capitalista, o universo da reprodução da vida humana passa a ser determinado pelo universo da reprodução (ampliada) do capital, à qual se dá o nome de produção. Do ponto

de vista do capital, apenas o trabalho que contribui diretamente para a sua acumulação é denominado produtivo. (ZERLOTINI, 2014, p. 37)

Destaca-se ainda a reflexão de Agnes Heller, (1977 [1970]) que inicia seu livro *Sociologia de la vida cotidiana*, com a seguinte afirmativa:

(...) para reproducir la sociedad es necesario que los hombres particulares se reproduzcan a si mismos como hombres particulares. La vida cotidiana es el conjunto de actividades que caracterizan la reproduccion de los hombres particulares, los cuales, a su vez, crean la posibilidad de la reproduccion social.” (HELLER, 1977 [1970], p. 19)

Sendo a vida cotidiana o conjunto de atividades que asseguram a reprodução do seres humanos e, esta, condição para a reprodução social, é a vida cotidiana o espaço-tempo no qual se engendram os mecanismos de manutenção do capitalismo:

“Somente o hábito da vida quotidiana faz considerar como banal e como evidente o fato de uma relação social de produção tomar a forma de um objeto, dando às relações entre as pessoas no seu trabalho o aspecto de uma relação que se estabelece entre as coisas e entre estas coisas e as pessoas.[...]” (MARX, 2003, p. 20 apud COSTA, 2010, p. 12).

Por fim, o terceiro fenômeno, da transformação do trabalho em mercadoria, aprofunda-se com o avançar do sistema fabril e da utilização de máquinas especializadas, que, por serem dispendiosas, precisavam se fazer rentáveis, o que acarreta na necessidade de produzir grandes quantidades, assim como na necessidade de se ter garantida a saída das mercadorias e o suprimento das matérias primas necessárias. A forma para se ter essa provisão é colocando-as à venda, tornando-as “disponíveis, nas quantidades necessárias, para quem quer que esteja em condições de pagar por eles” (POLANYI, 2000 [1944], p. 60) tornando, assim, a produção com máquinas especializadas um tanto quanto arriscada, o que “implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (POLANYI, 2000 [1944], p. 60). A “produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma transformação que é a da substância natural e humana da sociedade em mercadorias” (POLANYI, 2000 [1944], p. 61).

Dessa forma, o trabalho, convertido em mercadoria, passa a estar sob o controle do capital, e os trabalhadores, desapropriados dos meios de produção, possuem sua força de trabalho como única mercadoria que lhe pertence, a qual tem que vender para sobreviver; “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria” (MARX, 2010 [1844], p.80).

A efetivação do trabalho é um processo de objetivação, ou seja, produz seu produto e se fixa num objeto. Nessa objetivação, ocorre concomitantemente um processo

de exteriorização e alienação do trabalhador; o primeiro diz da produção do seu trabalho enquanto existência autônoma e externa a ele ao passo que o segundo representa uma separação de si mesmo. Isso uma vez que, ao produzir um objeto, o trabalhador nele imprime sua subjetividade e parte do seu ser se esvai com ele. Em seguida, através do movimento de apropriação, o mesmo é apossado novamente pelo seu produtor, transformando-o. No entanto, o que acontece no modo de produção capitalista é que esse duplo movimento – alienação e apropriação - não se retroalimenta e a apropriação se dá como estranhamento; “[...] a perda do objeto, do seu produto.” (MARX, 2010 [1844], p. 81), pois o produto do trabalho não retorna ao trabalhador que o produz. O trabalho torna-se então *trabalho estranhado*:

(...) externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho (...). O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (...) O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação ( MARX, 2010 [1844], p. 82 e 83).

#### 1.4 Cisão humano-natureza

A natureza é imprescindível ao ser humano, ela é nosso meio de vida, tanto no sentido de ser a matéria na qual efetivamos nossa atividade vital, o trabalho, quanto no sentido de ser nosso meio de subsistência física, orgânica. “A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer” (MARX, 2010 [1844], p. 84).

O renascimento e o iluminismo, em resposta à racionalidade mítica, instauram a cisão homem-natureza a partir de uma visão instrumental da natureza, enquanto objeto do ser humano, sujeito. Sendo o ser humano parte integrante da natureza, quanto mais desintegrado está desta, também estará de sua própria natureza interna. O trabalho ao tornar-se estranho ao ser humano, sob três aspectos: “1) estranha do homem a natureza, 2) [o homem] de si mesmo”; e, 3) “ela estranha do homem o gênero [humano].” (MARX, 2010 [1844] p. 84), aprofunda esta cisão. Pois, em última instância, ao arrancar do homem o objeto de seu trabalho, arranca-lhe “o seu corpo inorgânico, a natureza” (MARX, 2010 [1844], p.85).

E sendo o ser humano parte da natureza, então, quando o trabalho estranhado reduz a atividade livre a um meio, impedindo a autorrealização e a elaboração do mundo objetivo pelo sujeito, ele estranha não só o ser humano de sua



atividade vital e de si mesmo, como também o estranha de sua existência como ser da espécie humana e como integrante da natureza (EUCLYDES, 2016, p. 53)

Com a revolução industrial, essa relação se atualiza na acentuação dessa objetivação da natureza na forma de uma dominação instrumental da mesma e sua transformação em mercadoria, para servir às necessidades do capital, o que também se expressa no processo de produção do espaço. A deterioração das cidades a partir do processo de industrialização acarretou em determinadas “formas e práticas espaciais, assim como nas ideias e nas representações sociais relacionadas à oposição cidade-campo e à natureza” (EUCLYDES, 2016, p. 72).

A natureza passou a ser concebida nesses espaços como objeto de proteção e tutela, o que é expresso na constituição das áreas verdes e áreas protegidas, que “remetem à ideia geral da destinação de certos espaços à natureza - seja na perspectiva de sua experiência, por meio do lazer, da contemplação e do conforto ambiental, seja na perspectiva de sua tutela, por meio da restrição de sua exploração direta pela sociedade.” (EUCLYDES, 2016, p. 13).

(...) expressão espacial das contradições inerentes ao conceito de natureza que carrega a sociedade moderna. Trata-se de um conceito que vem, desde o período clássico grego, afirmando-se no mundo ocidental como aquilo que se opõe à razão/cultura - esta entendida como algo superior, que conseguiu controlar e dominar a natureza, a inconstância, o imprevisível, o instinto, as pulsões, as paixões (...). A instituição de um espaço dedicado à natureza pode ser entendida, nesse contexto, como uma forma de demarcação dos limites espaciais da separação sociedade-natureza. A criação de uma área verde destinada ao lazer na cidade, por exemplo, reflete e fortalece o entendimento da natureza como objeto domesticado (...)” (EUCLYDES, 2016, p. 20 e 21)

Ao longo de seu trabalho, Euclides (2016, p. 20) vai explorar a contradição fundamental que está colocada “(...) a ação que destina um espaço à proteção ou à experiência da natureza opera, simultaneamente, destinando todo o entorno dessa área à exploração nos moldes vigentes.” A partir dessa ideia, a autora vai apontar algumas perspectivas otimistas de superação da sociedade urbano industrial, por exemplo a agroecologia urbana como uma ferramenta possível para o desenvolvimento de novas formas urbanas que nos possibilitem uma relação de apropriação da natureza e do espaço.

### **1.5 A agroecologia urbana como possibilidade emancipadora: situando a pesquisa**

Daniela Almeida (2016), em sua tese de doutorado *Isto e Aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, anuncia a agroecologia urbana como prática socioespacial que pode auxiliar na reconfiguração da relação do ser humano com a natureza no espaço urbano:

[A] aproximação entre a agroecologia e a agricultura urbana pode levar à configuração de um novo campo - a agroecologia urbana - que relacione e explicita os princípios e dimensões do enfoque agroecológico aos sistemas produtivos, aos sujeitos sociais e aos territórios urbanos (ALMEIDA, 2016, p. 165).

A agroecologia desponta-se como uma das abordagens críticas ao processo de mercantilização e industrialização da agricultura. Seu potencial transformador se dá por duas vias complementares, “uma delas denuncia a lógica mercantil, produtivista e depredadora do modo capitalista de organização da produção agrícola e do sistema agroalimentar em geral” e outra que “anuncia possibilidades de agriculturas diversas e formas distintas de organizar a produção e o consumo de alimentos” (ALMEIDA, 2016, p. 129).

O conceito de agroecologia ainda encontra-se em construção. Seus diferentes usos e sentidos atribuídos conduzem a três abordagens principais: “como ciência, movimento e prática – que convergem com a definição de agroecologia da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)” (ALMEIDA, 2016, p. 130).

(...) um conjunto de princípios, práticas e processos aplicados ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis e à reestruturação do sistema agroalimentar com base em princípios de sustentabilidade e justiça social. Estas mudanças envolvem não apenas transformações tecnológicas na agricultura, mas buscam também orientar um movimento mais amplo de reorganização dos processos sociais e ecológicos relacionados à produção e ao consumo de alimentos a partir de um enfoque agroecológico. A agroecologia implica, portanto, em mudanças nas atitudes, valores e formas de organização dos atores sociais na conservação e manejo dos recursos naturais, na perspectiva de um bem viver, fomentando relações virtuosas entre a produção e o consumo, a conservação e o manejo dos agroecossistemas e ecossistemas naturais a eles associados, o espaço urbano e o espaço rural (ABA, 2017, p.1).

A agricultura, como prática socioespacial urbana, além de proporcionar uma maior aproximação entre produção e consumidor, configura-se como um trabalho cotidiano de experiência da transformação direta do espaço, sendo sua inscrição no solo urbano relevante para a melhoria não só da qualidade de vida, mas até da sustentabilidade nas cidades, por exemplo, ao promover o desenvolvimento da segurança alimentar e na infiltração da água no solo. Sendo assim, pode ser entendida:

Tanto [como] luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução social quanto luta pela comunalização da natureza. Partindo das insignificâncias do cotidiano, essa práxis conecta, física e virtualmente, experiências emancipatórias, ecológicas e solidárias, transformando os espaços em que se realiza.” (EUCLYDES, 2016, p. 200)

Se a produção do espaço urbano e o processo de segregação espacial, como já abordado nas seções acima, tem como um dos seus desdobramentos a constituição das

ocupações urbanas; e a agroecologia urbana, como viemos a expor, é tida para algumas pessoas como ferramenta de possível reconfiguração do viver urbano.

Nessa oportunidade aprofundaremos na experiência de produção agroecológica promovida na ocupação urbana *Tomás Balduino*, localizada na região de Areias em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

É certo que as ocupações, enfrentam resistência de diversos agentes estatais do poder público, acusadas de serem um problema ambiental, argumento utilizado em processos de criminalização e para encontrar fundamentos para processos de reintegração de posse<sup>3</sup>. Todavia, existem grupos que, mobilizados por um sentimento de transformação social, legitimam esses espaços e se propõe a trabalhar junto dos moradores, de forma a minimizar e controlar os possíveis impactos ambientais decorrentes do processo de autoprodução precária do espaço, no qual a ausência do acesso à serviços públicos é regra. O coletivo *Agroecologia na Periferia (AP)* seria um exemplo desses grupos, que acreditam que nas ocupações há a possibilidade, a partir do uso de técnicas agroecológicas e tecnologias sociais de se desenvolver novos ordenamentos urbanos. Sua relação com os moradores da ocupação *Tomás Balduino* será objeto desse trabalho.

Enquanto pesquisadora, sou também integrante do *AP* e pessoa atuante desse processo que pretendo aprofundar nesse trabalho. Enquanto grupo, investimos no processo de (re)existência desses espaços, por acreditar que no cotidiano desses lugares há algo como embriões do que poderia ser uma nova forma de se construir e pensar o espaço urbano, como uma possível resposta a esses processos de cisões explorados acima.

A partir da interação do *AP* com a ocupação *Tomás Balduino*, melhor detalhada nos capítulos seguintes, surge uma demanda dos moradores de construção de uma horta coletiva. O desenvolvimento desta constitui o caso prático que será analisado neste trabalho, na tentativa de encontrar elementos que nos permitam avançar na demanda de pesquisa aqui colocada: analisar como a constituição e a afirmação de um grupo produtivo, que se dá a partir da atuação conjunta de militantes políticos, técnicos e moradore(a)s e que tem como atividade a agricultura em uma ocupação urbana, faz

---

<sup>3</sup> Diretor da Urbel, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, culpa omissão do poder público por onda de invasões na capital: “O crime ambiental na região do Isidoro, por exemplo, é uma coisa absurda.” Disponível em: <http://hojeemdia.com.br/horizontes/diretor-da-urbel-culpa-omiss%C3%A3o-do-poder-p%C3%BAblico-por-onda-de-invas%C3%B5es-em-bh-1.325183>. Acesso em 20 de junho de 2018.

emergir elementos que apontam para uma nova possibilidade de organização social, apropriação e individuação dos meios de (re)produção da vida.

Não se pretende, nessa construção, resolver as questões levantadas a partir dos pressupostos teóricos da teoria crítica urbana, ou das práticas e reflexões associadas ao campo da agroecologia urbana. Por outro lado, adotamos a perspectiva da Análise Ergonômica da Atividade (AET) (LIMA, 2000), para revelar o ponto de vista da atividade agroecológica situada na periferia de uma metrópole urbana, como possível referencial que pode auxiliar nas questões colocadas e nos rumos desses debates, e, principalmente, contribuir com o grupo social com o qual me envolvi nesse processo. A escolha pela AET diz da possibilidade que ela traz de uma análise refinada da atividade, capaz de recolocar novas questões aos pressupostos gerais que o debate sobre a economia política urbana nos traz.

## 2 O Projeto de intervenção do grupo Agroecologia na Periferia: por cidades ecológicas, produtivas e inclusivas

O coletivo *Agroecologia na Periferia* surge no final de 2014, por meio de uma parceria entre integrantes da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e da organização política Brigadas Populares, ao se somarem à luta das três maiores ocupações da RMBH: Rosa Leão, Esperança e Vitória, conflito esses que ganhou a alcunha de *Izidora*, onde vivem, hoje, cerca de 30 mil pessoas<sup>4</sup>. Nesse ano, os integrantes do coletivo se envolveram no desenvolvimento e no fomento de práticas agroecológicas junto aos moradores, principalmente da ocupação Vitória. A intervenção do grupo visava fortalecer iniciativas de produção agroecológica e agricultura urbana existentes, bem como fomentar ações de conservação ambiental no processo de ocupação do espaço.

A AMAU<sup>5</sup> é uma plataforma de articulação da sociedade civil, ONGs, agricultores, empreendimentos de economia solidária, grupos de estudos, moradores de ocupações urbanas e rurais, coletivos e movimentos de agricultura urbana, dentre outros, que tem em comum a defesa, promoção e divulgação da agroecologia. Busca aprofundar o debate político com movimentos sociais, poder público e academia, sobre a relação campo-cidade e a contribuição da agroecologia na construção de um projeto popular de cidade, como alternativa real para a promoção da qualidade e da sustentabilidade de vida nos grandes centros urbanos.

As Brigadas Populares<sup>6</sup> é uma organização política que se orienta à construção do que define por *poder popular*, enquanto a construção de autonomia coletiva, a satisfação de necessidades humanas e a formação de uma sociabilidade ética e comunitária. Busca,

---

<sup>4</sup> Na luta 30.000 pessoas, nas Ocupações da Izidora, se libertam da cruz do aluguel. Disponível em: <http://freigilvander.blogspot.com/2017/04/na-luta-30000-pessoas-nas-ocupacoes-da.html>. Acesso em 29 de Junho de 2018.

<sup>5</sup> A origem da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) remonta a 2001, (<http://www.rede-mg.org.br/?iid=162>) quando o Fórum Mineiro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (FMSANS) em parceria com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (CONSEA-MG) realizou um levantamento de iniciativas de agricultura urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e criou um grupo de trabalho do FMSANS, para aprofundar a discussão sobre esta temática. Esse grupo promoveu, em 2004, a “Caravana Dignidade e Vida - Segurança Alimentar e Agricultura Urbana”, que realizou 23 iniciativas de agricultura urbana na RMBH. Como resultado dessa Caravana, foi formada, ainda em 2004, a AMAU, como um coletivo de pessoas, de grupos comunitários, de organizações, pastorais e movimentos sociais que desenvolvem e apoiam iniciativas de agroecologia na RMBH.

<sup>6</sup> As Brigadas Populares é uma organização que surge em 2005 na capital mineira, a partir da experiência do Núcleo de Estudos Marxistas, fundado em 2003, que reunia grupos de jovens universitários e não universitários interessados no estudo dos clássicos da tradição marxista. Dentre esses jovens, alguns se enveredaram para atuações nas periferias da cidade, em especial no Aglomerado da Serra, e dessas experimentações e vivências e de um interesse em fomentar processos de transformações sociais e políticas, decidem por criar as Brigadas Populares.

por meio de seu trabalho, fortalecer iniciativas e ações coletivas, por entender estas como elementos fundantes dessa perspectiva de *poder popular*.

Após dois anos de um trabalho de experimentação conjunta entre esses coletivos na ocupação Vitória, os resultados obtidos e as relações construídas, como a constituição de um grupo produtivo dos moradores participantes das atividades propostas pelo *AP*, nos fez refletir sobre a relação existente entre os dois processos. Através de um exercício de sistematização da experiência do *AP*, alguns nexos causais foram revelados e um método de atuação formulado, o qual decidimos aplicar durante um ano na ocupação Tomás Balduino. Este desemboca em um projeto de constituição de outro grupo produtivo, dessa vez de três moradores que estiveram presentes nos encontros promovidos pelo *AP*.

Assim, interessada em aprofundar no processo de emergência e de constituição de grupos produtivos nas ocupações, relato nesse capítulo a experiência do *AP*, tentando apreender elementos que criam condições para essa emergência, para nos capítulos seguintes aprofundar na sistematização e análise do processo de constituição desse novo grupo, na ocupação Tomás Balduino.

## **2.1 Da resistência à (re)existência – do conflito ao cotidiano**

As ocupações da região da Izidora - Rosa Leão, Esperança e Vitória - surgiram no bojo das Jornadas de Junho de 2013<sup>7</sup> na cidade de Belo Horizonte e são a expressão popular do levante que ocorreu nas ruas centrais da cidade e que questionou o sistema de poder político com pautas diversas, mas que guardavam relação com serviços públicos de qualidade para a população e efetividade de direitos urbanos, como a mobilidade expressa na pauta da redução do preço da tarifa.

Tais ocupações aconteceram de forma dita espontânea, em uma área de forte especulação imobiliária, até então destinada para a reprodução do capital imobiliário, por via de uma Operação Urbana Consorciada (OUC)<sup>8</sup>. A OUC é, na realidade, uma espécie de parceria pública privada, que prioriza o valor de troca das cidades de maneira a garantir a reprodução capitalista das cidades. Se, de um lado, se encontrava uma grande área de

---

<sup>7</sup> Em junho de 2013 mais de 100 cidades brasileiras foram tomadas por grandes marchas, marcadas pela ação direta, pela crítica da representação política e pelo repúdio às formas tradicionais de fazer política e pela pluralidade de pautas e vozes de luta. Tal evento político passou a ser conhecido com Jornadas de Junho de 2013.

<sup>8</sup> O referido instrumento urbanístico está previsto no Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257-2001) e é definido em seu Art. 32, § 1, da seguinte forma: “Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.”

terra abandonada há décadas, sem cumprimento de sua função social e destinada a um grande empreendimento imobiliário, de outro lado, encontravam-se milhares de famílias em estado de necessidade, sem a garantia de seu direito à moradia.

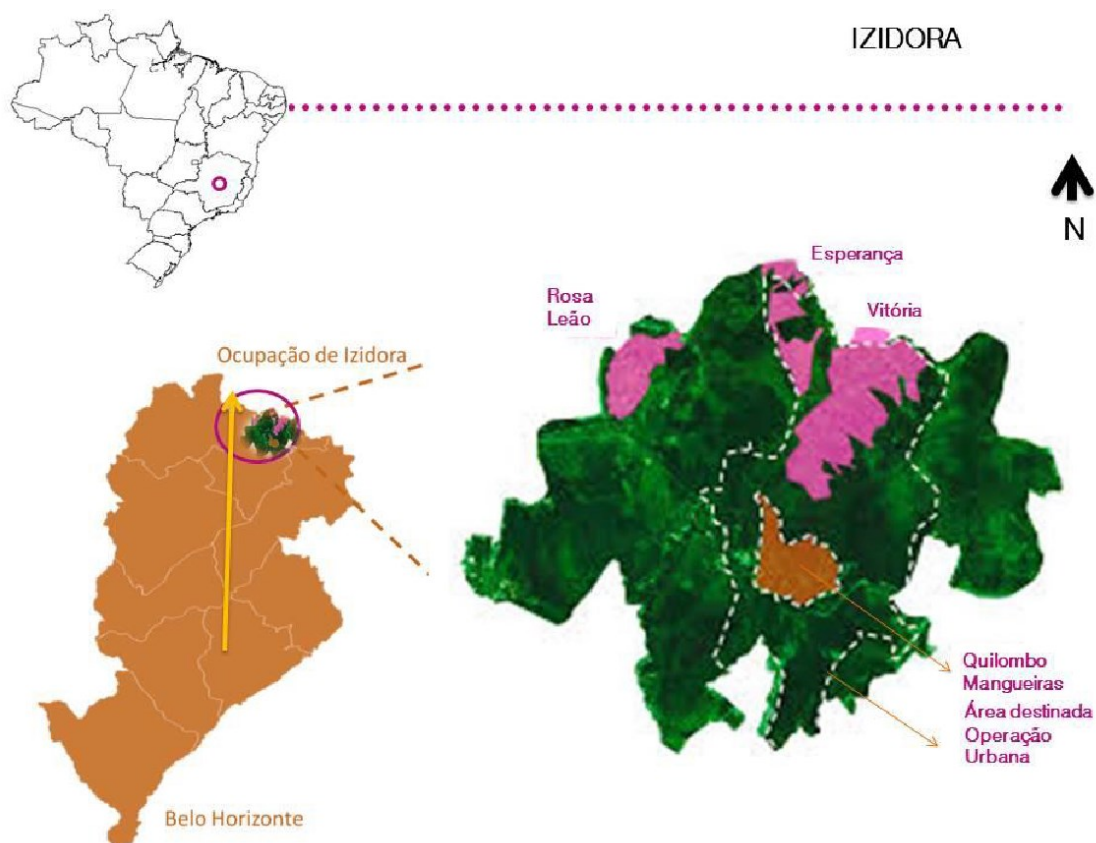


Figura 1: Localização da Região da Izidora.

Fonte: Indisciplinar (2015)

Situadas no chamado Vetor Norte de Belo Horizonte, setor da capital que conta com vários investimentos públicos, como a construção da Cidade Administrativa, da Catedral Católica, também projetada por Oscar Niemayer, e da Linha Verde, que dá acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, as ocupações são um exemplo de reapropriação do espaço urbano, para forjá-lo em seu valor de uso direto. Essa região, que se encontra na divisa com o município de Santa Luzia, de aproximadamente 9,5 milhões de metros quadrados, até então conhecida como da Mata do Isidoro, constitui a última grande área verde remanescente da cidade, repleta de nascentes e de mata nativa preservada. Circundada por bairros populares, como Zilah-Spósito, Ribeiro de Abreu, Novo Lajedo e Tupi, a região é marcada ao longo das décadas por ocupações taxadas de irregulares.



*Figura 2: Investimentos realizados pelo Poder Público no Vetor Norte de expansão urbana de BH  
Fonte: Indisciplinar (2015)*

O projeto urbanístico proposto pela OUC, previsto para esse espaço, seria o de implantação de sistemas viários de grande porte, do programa habitacional do Minha Casa Minha Vida/FAR, com aproximadamente 11 mil unidades e o loteamento do território, para absorver forte adensamento populacional e diversas atividades econômicas. O recente refluxo da política federal de moradia, assim com a gradativa consolidação das ocupações parecem apontar, atualmente, para inviabilidade de execução da proposta. Como exposto em Valle (2015), a política institucional de moradia colide com os processos emergentes de efetivação desse direito, que se instauram em processos de luta coletiva.

A ocupação Vitória possui a maior área dentre as três ocupações da Izidora e, ainda, conserva em seu amplo perímetro parcelas com caráter pastoril ou com vegetação nativa, cursos d'água, nascentes e atividades típicas do ambiente rural, como criações de animais e plantios diversos. Em termos populacionais, essa ocupação é uma das maiores da cidade, contando com mais de 4.500 (quatro mil e quinhentas) famílias, o que pode chegar a mais de 12.000 (doze mil) pessoas.

As famílias da Izidora passaram a ser acompanhadas, logo em seu nascedouro, por movimentos sociais: as Brigadas Populares, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas



e Favelas (MLB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, no decorrer da resistência, por uma ampla rede de apoio que se identificou sob a insígnia *ResisteIzidora*. Essa confluência de atores, em torno da luta e em conjunto com as famílias, conseguiu potencializar a resistência a dois processos de despejos eminentes (em 2014 e 2015) e, ainda hoje, contribuem com as famílias que lutam pela regularização fundiária plena, em um território que foi apontado como um dos maiores conflitos fundiários do mundo<sup>9</sup>.

A dimensão do conflito era de tamanha proporção e violência que vivemos estes anos no registro da urgência. Tínhamos que estar sempre em prontidão, armados de convicções para conseguir fazer resistência às pesadas investidas do capital imobiliário especulativo e dos governos municipais, estadual e federal. Nesse território, acabo por encontrar um novo significado para a palavra resistência: (re)existência! Se era necessário se colocar a postos para resistir ao conflito, também o era buscar uma nova forma de (re)existirmos no cotidiano, marcado pelas diferenças entre os atores que foram agregados ao processo.

O coletivo *AP*, que até então não existia, surge de atores que compunham a rede de apoio às ocupações da Izidora e que vivenciavam esses momentos de resistência<sup>10</sup> com os moradores. Dentre as várias iniciativas culturais, de comunicação e de produção que eram propostas por esses componentes da rede *ResisteIzidora*, as pessoas que vieram a se agregar no *AP* se propunham, inicialmente, a incursões pelo território, em busca de favorecer a troca de saberes dos moradores com a ampla rede de apoio que acessavam, fortalecer vínculos sociais em torno de práticas agroecológicas e pensar e executar ações em torno do equilíbrio do meio ambiente, ao promover uma atuação territorial que ampliasse a dimensão do conflito possessório pela terra para além dos atos, manifestações, vigílias e afins.

Dessa forma, criou-se um ambiente propício entre as pessoas que viviam nas ocupações e tinham uma conexão com a terra e com o plantio, para que pudessem compartilhar os seus saberes, entre si e com a rede de atores envolvidos com a agricultura urbana na RMBH.

---

<sup>9</sup> Despejo da Izidora está entre os 7 conflitos de terra mais graves do mundo. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/10/11/despejo-da-izidora-esta-entre-os-7-conflitos-de-terra-mais-graves-do-mundo/>. Acesso em 13 de Junho de 2018.

<sup>10</sup> Vasconcelos de Freitas (2015), em sua dissertação, apresenta alguns exemplos desses momentos compartilhados de resistência.

### 2.1.1 *Andar sem rumo: o acaso no caos*

Se as Jornadas de Junho são reconhecidas por alguns autores enquanto manifestações caóticas e sem um centro bem definido, ou em outros termos, processos multitudinários (MAYER, 2015), os dois principais momentos de articulação da rede *Resiste Izidora*, em julho de 2014, e em julho de 2015, também afirmavam certa potência pouco ordeira ou incontrolável<sup>11</sup>, mesmo que compartilhassem do foco de impedir o despejo das famílias.

Tratou-se de um período de cerca de dois meses, em que, mobilizados pela possível ameaça de despejo das famílias ocupantes, esses apoiadores se propuseram a dormir na ocupação e estabeleceram uma série de relações com algumas famílias. Nessa época, a ameaça era iminente e a ofensiva violenta, com constantes ataques de todos os lados, pelos ditos proprietários, pelo poder público, pela polícia e pela mídia.

Entre manifestações e passeatas constantes, vigílias 24 horas por dia, e assembleias comunitárias quase diárias, construía-se uma potente rede de apoiadores, com narrativa própria dos fatos, que buscava reverter a opinião contrária de parte significativa da sociedade civil e forçar o poder público a instaurar um processo de negociação. Esse processo de alerta constante foi relatado recentemente por um dos moradores da Izidora, em uma oportunidade de ministrar uma aula aos alunos do curso de Nutrição, da UFMG:

Vai fazer 5 anos, agora em agosto, que a gente tá lá [...] a gente já teve muitas ordem de despejo. Inclusive teve uma que... toda ordem de despejo, seja lá em que lugar que for, é ruim! Mas essa que a gente teve lá foi pior [...] cês imaginam o helicóptero da polícia militar sobrevoando suas casas 24 horas [...] ninguém dormia, a gente num tinha tempo nem de tomar banho. Às vezes, cê pensava vou tomar um banho aqui ai já chegava, 'a polícia vai derrubar suas casas daqui 3 horas, 4 horas' [...] a gente ligava o rádio [...] 'ah tem nove mil policial fazendo treinamento lá no campo do independência' e a gente só escutando aquilo [...]. (AD, VITÓRIA, 2018).

Após uma dessas noites de vigília, T., na época integrante da AMAU e do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da UFMG (AUÊ)<sup>12</sup>, decide, de última hora, não

---

<sup>11</sup> Ver em Mayer (2015) conceitos como o de inteligência de enxame ou processos rizomáticos, retirados da obra de Hardt e Negri.

<sup>12</sup> Grupo de Estudos em Agricultura Urbana da Universidade Federal de Minas Gerais (AUÊ) "Inserido na trajetória de iniciativas de ensino e pesquisa realizadas no âmbito do Instituto de Geociências (IGC/UFMG), o AUÊ! reúne pesquisadores/as, estudantes de graduação e de pós-graduação de outras unidades da UFMG e instituições de pesquisa, aproximando a temática da agricultura urbana (AU) a diferentes campos de investigação em curso na universidade, dentre eles: planejamento urbano, agroecologia, espaço público cotidiano, questão ambiental urbana, conflitos socioambientais, questão agrária, organização popular, segurança alimentar, economia popular e solidária. Promove o encontro entre pesquisadores/as e

participar da manifestação<sup>13</sup> que saía da ocupação naquela manhã e, nos conta, em entrevista, que resolveu “*andar sem rumo pela ocupação, tirando fotos das hortas*” (T, AP, 2018) e conversando com os moradores sobre sua história de vida e seus cultivos. Nessa época, T. realizava um mapeamento das práticas agrícolas da RMBH junto ao AUÊ.

Dessa atividade “despretensiosa” e sem rumo, porém com certa intencionalidade em movimento, inicia-se o contato com dois moradores agricultores da ocupação. Enquanto T. trazia falas sobre a agroecologia, Ad. falava sobre sua vontade de fazer uma horta comunitária. Dessa conversa, surge a ideia de se fazer o I Encontro do(a)s Agricultore(a)s da ocupação Vitória.

No dia 24 de agosto de 2014, foi, então, realizado o I Encontro do(a)s Agricultore(a)s da Ocupação Vitória, como forma de compartilhamento de experiências de vida entre os participantes. Ao longo dessa troca, alguns projetos acabavam sendo desvelados, como criar um espaço de saúde natural na comunidade; uma horta comunitária e uma casa de sementes; e, realizar a gestão dos resíduos orgânicos. Deste encontro, resultou-se o planejamento de implementação da horta comunitária, por meio de uma série de mutirões, em um terreno ao lado da horta de Ad., um dos agricultores que assim definia sua relação com o espaço da ocupação: “*Não gosto de apartamento, me sinto passarinho na gaiola. Aqui eu volto à minha infância*” (Ad., Vitória, 2014).

Para a implementação da horta, era preciso lidar com um primeiro entrave, a dificuldade de acesso à água. Para tanto, decidiu-se por limpar o poço de água contíguo ao terreno, na tentativa de implementar um projeto de irrigação. Tratava-se de preservar o curso de água, promovendo seu uso para o plantio. O sistema, inicialmente exitoso, deixou de ser utilizado quando se “normalizou” o abastecimento de água, por via da rede de tubulação informal.

Após essa ação, foram realizados mutirões de preparo do solo, formação de canteiros e plantio agroecológicos. Contou-se com a participação de cerca de 20 pessoas, dentre moradores e apoiadores, de diferentes faixas etárias, o que tornou possível a fase de implementação da primeira horta comunitária da ocupação Vitória.

---

representantes de experiências populares, movimentos sociais e órgãos públicos que já desenvolvem ações que dialogam com a temática da agricultura urbana.” <https://aeufmg.wordpress.com/sobre/>

<sup>13</sup> Tratava-se de uma marcha desde a Izidora ao centro de Belo Horizonte, algumas milhares de pessoa e de 30 km de caminhada.

### 2.1.2 *Entre hortas comunitárias e quintais produtivos*

Passado certo tempo da implementação da horta comunitária, “foi constatada a baixa adesão dos/as moradores/as no processo de cuidado diário e manutenção dos cultivos, havendo uma mobilização mais expressiva apenas nos dias de mutirões” (FONSECA; TOFANELLI; LUZ, 2015, p. 6)<sup>14</sup>. Nas conversas com os moradores, houve um entendimento dos integrantes do AP de que uma maior apropriação deste espaço era dificultada pela distância de suas casas à horta e pela falta de tempo, uma vez que este era tomado por suas atividades cotidianas. Outro fator observado na época, e levantado como possível barreira à mobilização, era a necessidade de se passar pelo quintal da casa de Ad. para acessar a horta comunitária, embora a restrição do acesso fosse uma escolha consensual, para impedir possíveis furtos de cultivos.

Mesmo com as dificuldades encontradas, pouco a pouco a horta comunitária se tornou um lugar de visibilidade da ocupação para atores externos, ao se tornar espaço de acolhimento de visitantes e apoiadores<sup>15</sup>, principalmente dos interessados pelo tema da agroecologia, ao haver se tornado um exemplo que os moradores apresentavam aos/às visitantes. O argumento da luta por moradia se expandia, assim, nas falas dos moradores envolvidos, para luta pela terra e as diversas possibilidades de uso que ela permite (produção, lazer, educação, saúde, etc).

Com o crescente interesse de novas pessoas por esse processo e com o aparecimento de demandas de outras ocupações por ações de intervenção similares, decidiu-se fazer uma reunião entre a AMAU e as Brigadas Populares, como forma de tentar organizar o que já estava em andamento e planejar novas ações para o ano seguinte. Na época, os participantes das Brigadas, estavam perturbados com uma questão: *como atuar para além do conflito fundiário?* As experiências anteriores com ocupações urbanas já nos demonstravam os limites da luta centrada apenas na resistência contra o despejo. “*O conflito pode ser um chamado, uma provocação à ação, mas o que faz perdurar [a atuação] são as relações.*” (S., AP, 2017)<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Esse artigo, cuja escrita participei, foi escrito por integrantes do Agroecologia na Periferia.

<sup>15</sup> Como exemplo, Em duas das visitas mais marcantes de agentes políticos à ocupação, a do ex-presidente Lula e a do atual prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, ambos foram recebidos no espaço da horta.

<sup>16</sup> Encontro realizado pelo coletivo em conjunto com AUÊ, a partir da metodologia desenvolvida pela ABA – Associação Brasileira de Agroecologia para o projeto de Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia.

Começamos, então, a ver na dimensão da produção cooperada e na agroecologia elementos que apontavam nessa direção. Como T. nos relata em entrevista:

(...) eu pensava na potência que seria juntar a AMAU e as ocupações, assim, no sentido de cê pensar o território pra além da questão da moradia (...). A relação com a terra e tudo mais (...). Você construir a cidade, você construir os espaços nessa perspectiva, assim, tendo a agroecologia como um norte (T., *AP*, 2018).

Por fim, nesta reunião, estabelecemos como objetivo geral a promoção do que compreendemos por desenvolvimento comunitário socioambiental e o fortalecimento da agricultura urbana na RMBH. Diante das barreiras de envolvimento que se afirmavam na estratégia de construção de hortas comunitárias<sup>17</sup>, que passado certo tempo, ou se findam ou recaem aos cuidados de alguns poucos, decidimos por adotar outra metodologia: realização de oficinas e mutirões nos quintais dos agricultores com os quais estávamos envolvidos, segundo a demanda que cada um apresentasse. Tratava-se de apropriação de uma metodologia que já era aplicada pela Rede de Intercâmbios de Tecnologias Alternativas, organização integrante da AMAU, que há vinte anos realiza ações de promoção da agroecologia na RMBH, mas até então não nas ocupações urbanas.

Foi feito, então, um novo mapeamento de moradoras(e)s que já desenvolviam algum tipo de cultivo em seus quintais, por meio de visitas às casas que apresentavam hortas, árvores frutíferas, roçados ou criações de animais. Com esse mapeamento, possibilitou-se a identificação das potencialidades de cada um deles, bem como demandas práticas de intervenção nos quintais. Observou-se uma variedade considerável de gêneros alimentícios - mais de 60 tipos - e a criação de animais como galinhas, codornas e tilápias. Além disso, pode-se conhecer um pouco mais sobre o perfil dos agricultores<sup>18</sup>.

Após o mapeamento, fez-se um novo encontro com os moradores, para fazer o planejamento de um ciclo de oficinas e definir as temáticas e os quintais onde seriam realizados os encontros e os mutirões<sup>19</sup>.

Além de proporcionar a formação do (a)s agricultore(a)s em práticas agroecológicas, o ciclo de oficinas trouxe à tona, para os integrantes do *AP*, o potencial produtivo dos quintais dos moradores. A metodologia empregada parecia permitir a valorização dos saberes de todos, como expressou uma das moradoras em uma das

---

<sup>17</sup> Essas barreiras das hortas comunitárias já haviam sido observadas em experiências em outros territórios. Cabe lembrar que uma das primeiras atuações das Brigadas Populares foi com a horta comunitária da Vila Cafezal.

<sup>18</sup> A tabela com o perfil dos agricultores mapeados se encontra no Anexo A.

<sup>19</sup> A tabela com o cronograma das oficinas realizadas se encontra no Anexo B.

oficinas: “*aqui não tem professor. Cada um fala um pouco do que sabe e construímos o conhecimento de todos*” (Vir., Vitória, 2015). O convívio permanente, dentro da intimidade dos lares, proporcionou o fortalecimento das trocas entre os/as moradores/as, desde mudas, sementes e experiências de vida. Ao adentrar o espaço do outro, os moradores percebiam dificuldades - construtivas e produtivas - similares, e soluções diversas e criativas.

Pouco a pouco, passamos a compreender que, por se tratarem de atividades, propostas pelo AP, que requeriam certa manutenção diária após a implementação, o espaço da casa de cada pessoa seria mais adequado para seu desenvolvimento, e que, assim, a dimensão coletiva se daria a partir do encontro no espaço privado, da ajuda mútua na melhoria do quintal do outro, nas trocas e relações construídas. Além disso, de alguma forma, pelo menos por alguns momentos, poderíamos tornar coletivos os espaços familiares.

Observou-se, também, como um dos resultados dessa experiência, que os sujeitos participantes da oficina demonstraram um maior envolvimento na vida política da comunidade. Passaram a atuar como multiplicadore(a)s dos saberes compartilhados nos encontros: “*como eu aprendi, não adianta só pra mim não, eu explico pra todo mundo*” (Ad., Vitória, 2018).

A partir da contribuição de Callon, Lascoumes e Barthe (2001), em sua obra *Acting in an Uncertain World* (Agindo num mundo incerto), poderíamos dizer que o tema da agroecologia nas ocupações permitiu a agregação de um grupo de técnicos e moradores, assim como cada oficina era um espaço de composição desse grupo, no sentido de que a demanda particular de cada um era colocada como o centro de debate de todo o grupo.

Se o regime de agregação, para os autores, seria o momento em que as singularidades ficam em segundo plano, como forma de estruturar a unidade entre os membros, o regime de composição, seria aquele em que “as singularidades, ao invés de serem deixadas de lado, são reivindicadas e a afirmação de seu conteúdo constitui a substância do debate político” (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001, p. 187-188).

Sem o regime da agregação, que conforma os grupos de maneira a fazerem emergir o coletivo geral, não é possível compor. Por outro lado, um coletivo agregado que não encontra as formas de se compor não consegue avançar para um regime de

democracia dialógica, e a participação se limita às estruturas de democracia representativa (VALLE, 2015).

Valle (2015), integrante do *AP*, em sua dissertação, ao estudar processos de produção de espaços e processos coletivos em ocupações urbanas das RMBH, aponta que apenas o desenvolvimento imbricado desses dois regimes, agregação e composição, parece fazer avançar o sistema de mobilização, participação e tomada de decisão interno nas ocupações. Nesse sentido, nos parece que esse processo de atuação do *AP* na ocupação Vitória, que se agrega inicialmente a partir da horta comunitária, e que se desloca para um processo de composição posterior, tendo como centro as oficinas nos quintais produtivos, parece caminhar no mesmo sentido.

Desde essa reorientação, os participantes passaram a assumir mais responsabilidades junto às coordenações e assembleias comunitárias, como por exemplo, na mobilização para manifestações, na organização de eventos e visitas de apoiadores. Além disso, parte dos moradores chegaram a se afirmar uma identidade coletiva, sem a presença de atores externos, autodenominada *G20*. Esse grupo se propunha a realizar serviços de infraestrutura da ocupação e chegou a requalificar o sistema de distribuição de água, ampliando para famílias que até então não o acessavam.

Embora a experiência fora muito exitosa, não sabíamos ainda se teria e como seria sua continuidade. Foi quando surgiu uma oportunidade de realização de uma oficina de tinta de terra, em parceria com a REDE. Desde as atividades na horta comunitária, seria a primeira vez que realizaríamos atividades em um espaço comunitário, na praça onde ocorriam as assembleias comunitárias. Segundo uma das integrantes do *AP*, essa oficina “*mexeu muito com o simbólico de todos os presentes, sentimento de unidade*” (T., *AP*, 2015).

Como desdobramento desse encontro, surgiu a demanda de construção de um banheiro para o espaço da associação comunitária. Nos encontramos para discutir e projetar como seria o mesmo. Porém, tivemos que interromper nossas atividades devido a morte de Ricardo Freitas, o “*Cadu*”, um dos moradores envolvidos nesse processo do banheiro. Com o assassinato de nosso companheiro, o abalo psicológico de todos, bem como por questões de segurança, uma vez que desconhecíamos os autores e a motivação do crime, tivemos que interromper momentaneamente nossas atividades e as idas ao território.

## 2.2 Economia da experiência - sistematização do acúmulo e do método

No ano seguinte, diante do impedimento de dar prosseguimento às atividades na ocupação Vitória, como exposto na sessão acima, decidimos, a partir do acúmulo do trabalho lá desenvolvido, sistematizar a experiência vivida para reproduzi-la na ocupação Tomás Balduino, na qual alguns integrantes do *AP*, que eram das Brigadas Populares, já atuavam na dimensão de resistência ao despejo. A mudança de território nos provocou para o começo de uma formulação, como forma de possibilitar a “replicação da experiência”, ao realizar encontros e trocas, a partir do existente e propondo a agroecologia enquanto um instrumento.

Inicialmente, conversamos com algumas pessoas da ocupação e apresentamos a proposta. Uma vez acordada, realizamos a aplicação de um questionário de identificação de perfil do(a)s agricultore(a)s e de sua produção, em 70 moradias, possibilitando certa imersão preliminar do grupo no território. A escolha do *AP* por atuar na ocupação Tomás Balduino deveu-se ao fato de alguns de seus integrantes já possuírem inserção no território, por meio do processo de resistência ao despejo, bem como por enxergarem ali certo potencial para o desenvolvimento desse tipo de trabalho, uma vez que, há uma quantidade expressiva de quintais construídos com práticas agrícolas. Situada na periferia da RMBH, em uma região que há algumas décadas era composta por fazendas e chácaras que produziam artigos agrícolas e animais para a capital mineira, na ocupação resistem uma série de práticas de cultivo, plantio e cuidado com animais.

### 2.2.1 *A ocupação Tomás Balduino*

A Ocupação Tomás Balduino está localizada no bairro Santa Margarida, no distrito de Justinópolis, na divisa com Vespasiano, em uma região conhecida como Areias, em Ribeirão das Neves. Esse município mineiro é marcado por uma ocupação recente e vertiginosa, num processo de informalização fundiária e de abrangência limitada da infraestrutura urbana pública. “A cidade apresenta déficit habitacional de mais 16.400 domicílios, sendo que 41% do total dos domicílios encontram-se em assentamentos precários, além de 46 loteamentos irregulares” (SALGADO, 2016). Com a quarta menor arrecadação per capita do país e com o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da RMBH (IBGE, 2017), sofreu violenta urbanização nas últimas quatro décadas: passou de 12 mil habitantes, no início da década de 1990, a 328.871 habitantes em 2017, de acordo com o IBGE (2017). Esse aumento da população, também observado em outros



municípios da RMBH, porém em proporções menores, diz da própria expansão da metrópole, assim como dos problemas que assolam suas periferias:

A dissociação entre o local de residência e o local de trabalho e estudo, leva seus moradores a deslocarem-se diariamente para outro município, caracterizando Ribeirão das Neves como uma “cidade dormitório”. São altos também os níveis de violência e criminalidade, o que contribui para a formação do estigma negativo da cidade, muito explorado pela mídia. Neves enfrenta ainda muitas carências relacionadas aos serviços e equipamentos públicos, como a assistência à saúde e assistência social, por exemplo, que é insuficiente para atender às necessidades mais básicas dos moradores que por sua vez, tem que se deslocar em busca de atendimento, para Belo Horizonte e outras cidades próximas (SALGADO, 2016, p.8)

A região de Areias, na qual se encontra a ocupação, recebe este nome devido ao ribeirão homônimo, que margeia a ocupação, e insere-se na sub-bacia do Ribeirão da Mata, localizada no trecho médio do Rio das Velhas, em sua margem esquerda. Encontra-se em uma das frentes de expansão da malha urbana metropolitana e, por isso, apresenta características rurais e urbanas: áreas pastoris ou de vegetação nativa, com cursos d’água, nascentes e atividades típicas do ambiente rural; assim como problemas comuns às periferias urbanas: fluxo de veículos, lançamentos irregulares de esgoto, poluição hídrica e desmatamento, dentre outros. Essa expansão urbana, apesar de constranger, não impede a manutenção de práticas agrícolas na região, mesmo que outras atividades, como nos mostra Salgado (2016), caracterizem uma deterioração contínua da região, por meio de atividades econômicas irregulares fomentadas pela demanda de recursos da RMBH:

(...) a cidade apresenta graves problemas [ambientais], com relação a extração e o comércio ilegal de areia constantes no Ribeirão da Mata, afluente do Rio das Velhas, na região de Areias, que geram elevados índices de degradação ambiental, provocada pela extração ilegal dos recursos, o que acarreta o assoreamento de cursos d’água e destruição da vegetação e flora da região. (SALGADO, 2016, p.12)

Em princípios de 2014, a ocupação Tomás Balduino nasce, na Região de Areias, quando algumas famílias adentram parte do terreno de uma fazenda que há décadas se encontrava em situação de abandono, segundo as mesmas. Os moradores, em face de uma ameaça de despejo, logo da entrada, buscam organizações de militantes sociais e, nessa relação estabelecida, conseguem suspender o despejo.

Nesse processo, constroem-se as bases de uma reorientação da organização política e comunitária, instituindo-se mecanismos de mobilização, debate e decisão, como a assembleia comunitária. Atualmente, a ocupação está constituída por cerca de 300 famílias, com casas de alvenaria construídas, muitos quintais com práticas agrícolas - quintais (re)produtivos - e vias públicas que obedecem o traçado viário da vizinhança e

as dimensões requeridas em legislação urbanística. A luta para suspender a liminar de reintegração de posse e pela negociação e regularização do bairro permanece.

### 2.2.2 *Replicação do projeto em vistas da formulação de um método*

Dentre as primeiras atividades desenvolvidas pelo coletivo AP na ocupação, deu-se a aplicação de um questionário<sup>20</sup> que buscava traçar o perfil do(a)s moradores que cultivavam em seus quintais. Nesse primeiro momento, o questionário era compreendido enquanto ferramenta que visava a identificação e mobilização para o I Encontro do(a)s Agricultore(a)s da Tomás Balduino.

Quanto ao perfil do(a)s agricultore(a)s, a maioria é de adulto(a)s de ambos os gêneros. Aproximadamente, 60% está ativo no mercado de trabalho, sendo metade autônoma e metade assalariada, e cerca de 20% está desempregado. A naturalidade é bem diversa, porém a maioria é de origem interiorana e cerca de 50% tiveram pais e mães que trabalhavam com agricultura.

Em relação à produção, foram identificados mais de 100 tipos diferentes de cultivos, sendo que a variedade na maioria dos quintais é de 5 à 10 tipos de plantas. O principal uso dado para a produção é o próprio consumo, 97%; em seguida, a doação e a distribuição na comunidade, 28%; apenas 4 dos agricultores disseram usar para trocas e 3 para vender. No que se refere à motivação para produzir, 70% diz fazer por prazer; 21% por necessidade financeira, “alivia o orçamento”; 15% por costume, “nasci assim”, “sou da roça”; 7% por ser terapêutico, “alivia o estresse”, “para encher a cabeça”, “para distrair”; e 4% pela qualidade do alimento consumido, “sacolão tem muito veneno”, “para consumir alimento orgânico”. Sobre o tipo de adubo utilizado, 60% diz utilizar esterco, 8,5% cinzas, 13% o lixo orgânico, 10% usa adubos químicos e 26% disse não utilizar nada. Sobre controle de pragas: 58% não utiliza nenhuma técnica específica, 16% usa químicos, remédios e venenos, 11% sabão e detergente e 8,5% utiliza estratégias naturais, como fumo, borra de café, óleo de *neen*, “simpatia” e “trocar a planta de lugar”.

<b>Perfil dos quintais produtivos Ocupação Tomás Balduino (70 quintais)</b>		
<b>Usos da Produção</b>	<i>Consumo Próprio</i>	97%
	<i>Doação e distribuição na comunidade</i>	28%
	<i>Trocas</i>	4%
	<i>Venda</i>	3%

<sup>20</sup> O modelo do questionário aplicado se encontra no Anexo C desse estudo.

<b>Motivação pra Produzir</b>	<i>Prazer</i>	70%
	<i>Necessidade Financeira</i>	21%
	<i>Costume</i>	15%
	<i>Terapia</i>	7%
	<i>Segurança Alimentar</i>	4%
<b>Tipo de adubo utilizado</b>	<i>Esterco</i>	60%
	<i>Nada</i>	26%
	<i>Lixo Orgânico</i>	13%
	<i>Adubos Químicos</i>	10%
	<i>Cinza</i>	9%
<b>Controle de pragas</b>	<i>Nada</i>	58%
	<i>Químicos, remédios e venenos</i>	16%
	<i>Sabão e detergente</i>	11%
	<i>Estratégias naturais</i>	9%

*Tabela 1: Perfil dos quintais produtivos da Ocupação Tomás Balduino*

*Fonte: Elaboração Própria*

O I Encontro de Agricultore (a)s da Ocupação Tomás Balduino contou com a presença e envolvimento de 34 moradores(a)s. Apresentamos às famílias, organizações e coletivos envolvidos a experiência anterior do AP na ocupação Vitória e a proposta inicial. Foi feito também um exercício de localização das casas dos participantes em um mapa da área da comunidade, com a representação espacial das ruas, rio, valas e linhas de alta tensão. Em seguida, dividiu-se os participantes em grupos para elaboração de diagnóstico participativo, a fim de identificar as demandas e desejos dos moradores em relação aos seus quintais e à comunidade.

Neste encontro, foi possível sintetizar as demandas em relação à produção agrícola, sendo elas técnicas de controle de pragas (“lagartas nas couve”, “percevejo”, “formiga”, “cupim”, “aranha”); técnicas de plantio (“repolho que não fecha”); e técnicas de adubação (“fazer adubo com o lixo”, “composteira”). Foram levantadas, também, as demandas em relação às condições de infraestrutura da ocupação, a saber, os problemas relacionados ao lixo - “costume de deixar o lixo no chão e no horário errado”, “lixo espalhado na rua” e soluções apontadas como “fazer uma lixeira grande”, “maior colaboração”; a necessidade de tratamento das águas residuais - “direcionar águas para canteiros” - ou de seus impactos e conseqüente necessidades - “passar trator nas ruas”; mecanismos de drenagem das águas pluviais para controlar as “enxurradas” (uma possibilidade apresentada foi “melhorar as valas por onde a água escorre”); iluminação pública - “levantar fios”; cuidado e embelezamento do espaço público e comunitário - “plantar próximo à vala e nos passeios”, “rua com flores, frutas e sombra”, “calçamento

e passeio, por causa do barro”, “limpar o mato”, “limpar o rio”, “limpar a vala”, “praça na entrada”; e, por fim, colocou-se também o desejo em ter um “lugar para crianças brincarem” e uma “comunidade católica”.



*Figura 3: I Encontro dos Agricultores da Ocupação Tomás Balduino  
Fonte: Acervo Agroecologia na Periferia*

A partir do I Encontro do(a)s Agricultore(a)s, das discussões em assembleias comunitárias e dos relatos de moradore(a)s, o coletivo *Agroecologia na Periferia* escolheu trabalhar no desenvolvimento produtivo agrícola, prática expressiva entre os moradores e que confere singularidade ao modo de vida e produção do espaço no território; o tratamento do lixo (resíduo sólido), dada a inexistência de um serviço de coleta público no local, que implica em certas práticas e problemas aos moradores; e, por fim, o tratamento das águas cinzas residuais, ou seja, de pias, chuveiros, tanques, etc, descartadas após o uso e que, também diante da ausência de um sistema público de saneamento, escoam de forma descontrolada pelas ruas, causando erosão, abertura de ravinas nas ruas e água empoçada.

O ciclo de oficinas e mutirões proposto foi constituído por onze encontros, cada uma em um quintal diferente da comunidade, segundo as necessidades e objetivos traçadas no encontro e reunidos nas categorias apresentadas na Tabela 2:

<b>Ciclo de Oficinas - Tomás Balduino (11 oficinas)</b>		
<b>Oficina</b>	<b>Local</b>	<b>Participantes</b>
<b>Manejo de Solo</b>	<i>Quintal Gilson</i>	17
<b>Compostagem</b>	<i>Quintal Ediana Mariana</i>	24
<b>Adubação Verde</b>	<i>Quintal Ediana de Jesus</i>	26
<b>Controle de Pragas</b>	<i>Quintal Cidinea e Áureo</i>	21
<b>Círculo de Bananeiras</b>	<i>Quintal Genalda</i>	26
<b>Segurança Alimentar</b>	<i>Quintal Marilda</i>	18
<b>Plantio e Sementes</b>	<i>Quintal Maria da Guia</i>	15
<b>Comunicação Comunitária</b>	<i>Quintal Valquíria</i>	16
<b>Gênero</b>	<i>Quintal Lúcia</i>	23
<b>Aquecedor Solar</b>	<i>Quintal Dona Ademir</i>	30
<b>Plantas Medicinais</b>	<i>Quintal Dona Geralda</i>	25

*Tabela 2: Ciclo de Oficinas na ocupação Tomás Balduino*

*Fonte: Elaboração Própria*

A partir da experiência na ocupação Vitória, tínhamos a percepção da importância de escolher bem o dia e horário das oficinas, pois uma série de afazeres cotidianos, a maioria domésticos, impossibilitava a participação, principalmente das mulheres. Foi escolhido então os domingos, na parte da tarde, como tentativa de conciliar com as tarefas de arrumação de casa, lavar roupa, fazer almoço, etc. Outro ponto importante era não colidir com os horários dos cultos e missas frequentados pelos moradores. Estabelecemos, também, uma periodicidade quinzenal, para que não sobrecarregar os moradores com encontros, ao mesmo tempo que tentávamos imprimir um ritmo ao grupo, e, assim, as oficinas poderiam se incorporar à rotina dos participantes.

Em outubro desse mesmo ano, diante de uma oportunidade de doação de mudas de árvores de grande porte, por parte do canteiro de mudas da prefeitura do município, o grupo participante do projeto, apoiadores e moradores, decidiram realizar um mutirão de limpeza e de plantio de árvores, como ipês e pata de vaca, na beira do córrego Areias, que margeia a ocupação. Foi feito, também, o plantio de algumas mudas em algumas ruas, demanda apresentada por alguns moradores de embelezá-las e arborizá-las, para formação de sombras.

Outras atividades propostas foram a realização de dois intercâmbios, denominados por nós como *Trocas de Saberes*, nos quais, durante um dia inteiro, fazíamos um circuito de visitas em experiências em outros territórios, também periféricos, que desenvolviam práticas agroecológicas. Em julho de 2016, fomos ao Aglomerado da

Serra, onde conhecemos a horta comunitária do Sr. Durvalino<sup>21</sup>, que há anos trabalha em sua manutenção, fornecendo mudas, hortaliças e plantas medicinais para a comunidade. Conhecemos o coletivo Roots Ativa, grupo rastafári que desenvolve trabalhos de agroecologia, tecnologias sociais e economia popular solidária - e seu projeto Vidas Compostas, no qual realizam o recolhimento do lixo orgânico do entorno e produzem adubo orgânico através da compostagem do mesmo.

Fomos conhecer também a experiência da Vila Santana do Cafezal, que desde 2013 é ameaçada de despejo por parte da prefeitura de Belo Horizonte, que alega que a mesma se encontra em área de risco geológico. A partir do desenvolvimento, por um geólogo e uma arquiteta, de um contra laudo, foi atestado que não havia um risco generalizado e sim riscos pontuais que poderiam ser contornados. Diante disso, um grupo de moradores e apoiadores uniram-se para construção do Pomar do Cafezal em uma encosta da vila, como forma de tratamento do risco e produção de um espaço comunitário.

A segunda visita foi realizada em dezembro do mesmo ano, e ocorreu na Ocupação Vitória. Pretendíamos apresentar a experiência de resistência das ocupações da Izidora aos inúmeros ataques de reintegração de posse vivenciados, a organização comunitária e os trabalhos agroecológicos ali desenvolvidos. Em seguida, fomos conhecer a região do Baixo Onça, passamos pelo quintal de dona Vera, que desenvolve cultivos e criações e beneficia e comercializa seus produtos na Feira Terra Viva. Por fim, tivemos contato com a experiência de Dona Júlia que além da produção em seu quintal, é responsável pela horta comunitária que funciona no fundo da igreja e desenvolve o trabalho de recuperação do Córrego do Onça<sup>22</sup>.

Esse processo de *Troca de Saberes* gerou algumas impressões nos integrantes do coletivo AP, relatadas em uma sistematização de experiência do grupo:

A partir dessas vivências foi possível a integração do(a)s moradore(a)s com uma rede regional de agroecologia, agricultura urbana e economia solidária, o compartilhamento de saberes e experiências e a projeção de sonhos. (FONSECA; TOFANELLI; LUZ, 2015)

Ao longo do projeto, os intercâmbios eram estimulados em algumas dimensões. Uma delas, na troca entre os próprios moradores do território, durante as oficinas e através das relações e trocas possibilitadas por elas. Em uma outra dimensão, ocorriam trocas

---

<sup>21</sup> Interessante ressaltar que essa horta comunitária, situada na vila Cafezal, do Aglomerado da Serra, é atribuída a uma pessoa, o que reforça a percepção aqui desenvolvida de que os projetos de horta comunitária enfrentam problemas de mobilização de moradores.

<sup>22</sup> Essas experiências agroecológicas eram contatos já estabelecidos pela articulação histórica da AMAU.

com outros territórios, por meio das excursões realizadas e da participação dos moradores da ocupação Vitória nas oficinas realizadas na Tomás Balduino. Por fim, no decurso do processo, desenvolviam-se trocas com diversos atores das redes de agroecologia da RMBH, com a participação em encontros e viagens promovidos por essa rede, em outros estados, inclusive.

Contou-se, nesse processo, com o envolvimento de diversas organizações, movimentos e coletivos, especialmente: as Brigadas Populares, organização política que desenvolve o trabalho político de resistência, mobilização e organização comunitária; a AMAU (Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana), rede que auxiliou com técnicos para realização das oficinas; a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas que forneceu insumos, cartilhas e suporte técnico; os coletivos AUÊ e Aroeira<sup>23</sup>, no desenvolvimento em conjunto de metodologias, visando ampliar as possibilidades de criação e compartilhamento de tecnologias sociais; o coletivo Roots Ativa, auxiliando com oficinairos e recebendo as famílias em sua comunidade, na primeira Troca de Saberes. Por fim, o Núcleo Alter-Nativas, do departamento de Engenharia de Produção da UFMG, com a pesquisa realizada no território, no intuito de desenvolver iniciativas produtivas, de infraestrutura urbana e de gestão de resíduos no mesmo.

### **2.3 A solicitação do vazio - Ao fazer, fomos nos fazendo**

Findado o projeto *Agroecologia na Periferia*, o coletivo responsável por este, diante do vazio e do desejo de dar continuidade ao trabalho, é impelido a buscar uma nova identidade e a traçar novos rumos, desenvolver novas ações e projetos. Começamos então a nos deparar com vários questionamentos: quem somos? Somos um projeto, um coletivo, um movimento social? O que queremos? Temos um horizonte? Temos um projeto político? Temos uma estratégia, uma tática, um método?

O coletivo surge por um acaso no caos, acaso esse possível pela imersão provocada pelo conflito fundiário e pelo acúmulo histórico de alguns dos integrantes em experiências agroecológicas. Na noite, véspera da operação do despejo na Izidora, não sabíamos o que fazer, tínhamos apenas nossos corpos. Nessa imersão, íamos nos construindo, na vontade do encontro, do sentimento de poder, ali, construir outra cidade,

---

<sup>23</sup> “O Grupo Aroeira – Ambiente, Sociedade e Cultura nasceu no final de 2006 no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, por iniciativa dos estudantes. Composto inicialmente por estudantes das Ciências Biológicas e da Geografia, surgiu com a proposta principal de levantar, discutir e realizar ações na área socioambiental e contribuir para o diálogo entre a Universidade e a sociedade.” <https://aueufmg.wordpress.com/grupo-aroeira/>

num caminhar ritmado, em que não queríamos apenas ações eventuais; queríamos que esse encontro e esse praticar fizesse parte da nossa vida, do nosso dia-a-dia. Desse jeito, ao fazer, fomos nos fazendo.

### 2.3.1 *Dimensões do projeto: espaços, processos e situações*

Uma das premissas colocadas pelo coletivo AP era a de não operar numa lógica heterônoma, e, para tanto, entendemos que era importante avançar para uma construção dialógica, desejo esse expresso na fala de uma das recentes integrantes do coletivo: “*o fato de ser participativo é exatamente não chegar com algo construído (...), quando chegam lá, vocês já perguntam o que eles querem e é a partir daí que vocês querem algo.*” (S., AP, 2017).

O projeto não é, a priori, orientado à produtividade, senão à reflexividade: “*o nosso foco é a prática, mas a prática no sentido de estar praticando. Mas o que a gente vai estar praticando a gente não tem apego*” (T, AP, 2017). Embora tínhamos uma intenção e um propósito, que era promover a agroecologia nos territórios, nossa ação era um meio: “*a agroecologia era uma desculpa pra gente se encontrar*”, projetávamos situações de encontros, trocas e experimentações.

A escolha por atuar no espaço privado diz de partir do que já existe, do que lhes é próprio, do projeto de vida deles que está implícito e explícito nesse espaço e na interação cotidiana com o mesmo. “*O projeto é deles, as oficinas vão requalificar o projeto de vida deles [...] compor o projeto de vida deles.*” (W., AP, 2017) “*Pra gente, parece que começou ali, mas pra eles foi o meio da história, a gente foi um ator no projeto deles.*” (N., AP, 2017). O que fazíamos era, através das situações das oficinas, suspender o cotidiano, o que estava dado, e propor adequações, transformações, a partir do instrumental da agroecologia e do saber dos presentes, que tinham nesses momentos condições de se explicitar, nas situações interacionais que projetávamos. Ou seja, “*o ambiente nos projeta*” (N, AP, 2017) e a gente projeta as situações, que vão nos reprojeter em um movimento cíclico. “*A gente aplica e o resultado muda o nosso projeto. (...) O impacto do resultado é muito sobre a gente.*” (W, AP, 2017).

Não projetamos orientados ao espaço, nem tampouco ao processo; projetamos, senão, a situação, e na situação se dá as relações entre nós e eles, em uma transformação mútua. O espaço privado possibilita, portanto, a criação de relações coletivas: “*as relações de intimidade se constroem no espaço privado e não no espaço público*”. (T, AP, 2017); “*o privado é exatamente o espaço da confiança*” (W, AP, 2017).



Além disso, ao ter no centro das nossas intervenções atividades que fazem parte do cotidiano dos moradores, nas quais são eles os especialistas, dado que a vida cotidiana é o conjunto de atividades de reprodução do homem particular (HELLER, 1977), podemos dizer que cada particular é especialista do seu cotidiano. Nesse sentido, se é colocado no centro da situação o objeto do saber deles, ainda que tácito, não se configuraria, assim, uma outra relação, entre os ditos técnicos especialistas e os especialistas da vida?

Acontece que, com o passar do tempo e o aprofundamento das relações entre os integrantes do coletivo *AP* e dos moradores da ocupação Tomás Balduino, inicialmente por intermédio das situações projetadas de oficinas e encontros, mas também para além delas, surgiram demandas e inquietações, de ambos os lados, de um deslocamento da atuação para processos e espaços coletivos. Terminado, então, o ciclo de oficinas, o coletivo começa a experimentar formas de atuação que transbordam os espaços das casas.

### 2.3.2 *Do privado ao público: a gestão dos resíduos e a perspectiva da agroecologia urbana*

A inexistência de infraestrutura formal de saneamento e de serviços públicos de coleta traz problemas aos moradores, assim como certas soluções arrançadas por eles próprios, articuladas ou não. Por exemplo, o lixo jogado por algumas famílias em locais e/ou horários inadequados, favorecem a proliferação de vetores de doenças e trazem problemas com a vizinhança. As águas residuais das casas, que escoam de forma descontrolada pelas ruas, causam abertura de ravinas nas ruas e poças de água. Além disso, a ausência de um sistema de drenagem faz com que a água da chuva escoe também de forma descontrolada, causando enxurradas nas ruas e, também, por dentro dos terrenos, alagando casas, derrubando muros e comprometendo fundações.

Ao longo do projeto, dentro do que era possível a partir de seu escopo, essas demandas foram consideradas através da tentativa de difusão das técnicas apresentadas no ciclo de oficinas, sejam as de compostagem (produção de adubo a partir do resíduo orgânico), ou do círculo de bananeiras (sistema unitário de tratamento de águas residuais). Ademais, devido à relação, anterior ao ciclo de oficinas, de alguns integrantes da *AP* com a ocupação, alguns processos já se encontravam em andamento.

Em 2015, foi implementado na ocupação Tomás Balduino um sistema de coleta autogestionário, com o auxílio do Núcleo Alter-Nativas de Produção (NAP)<sup>24</sup>, da UFMG. A ideia inicial era de ser uma gestão integrada de resíduos, que associava o serviço de limpeza com a “criação de alternativas produtivas de geração de trabalho e valor.” (VALLE, 2015, p. 60). Nessa época, os moradores enfrentavam um problema de acúmulo de lixo na vala que circunda a ocupação, preocupados com a proliferação de doenças. Essa vala, cavada a mando do dito proprietário do terreno, como forma de impedir a expansão da ocupação, dita os contornos da ocupação, com uma profundidade de cerca de 2 metros.

O apoiador externo responsável pela intervenção do NAP e atual membro do AP, a partir de conversas com lideranças locais e com moradores que se interessavam na realização do serviço, propôs, em assembleia comunitária, a criação um sistema de contribuição por parte das famílias pela prestação do serviço de limpeza urbana, sobre o qual concordou-se com a separação dos resíduos em recicláveis, orgânicos e sanitários (VALLE, 2015).

Devido ao peso do resíduo, do tipo de coleta e da topologia do terreno, uma das atividades realizadas foi a troca do carrinho do coletor. O equipamento que possuía o coletor era utilizado para reaproveitamento de eletrodomésticos e sucatas, porém tratava-se um carrinho desnecessariamente robusto e pesado para atividade pensada. O carrinho proposto foi construído com peças de um ferro velho e restos de uma bicicleta (VALLE, 2015).

Outro processo foi a destinação de um terreno para ser o galpão de armazenamento dos recicláveis. Os demais materiais, não aproveitados, seriam repassados aos coletores do serviço público de coleta do município, com os quais os catadores da comunidade se articularam, e combinaram local e horário de entrega.

Valle (2015) avalia que essa atividade transformou a relação entre as pessoas e delas com o espaço, “seja ao restringir usos, como no caso da limpeza da vala na qual eram jogados resíduos, ou a produzir novos; o serviço de coleta e o terreno onde se encontra armazenado o material reciclável”. (VALLE, 2015, p.82).

---

<sup>24</sup> A descrição e análise da experiência de implementação desse sistema de coleta autogestionado foi desenvolvida na dissertação de mestrado, em 2015, de William Azalim do Valle “PRODUÇÃO COLABORATIVA DE VALORES DE USO EM OCUPAÇÕES URBANAS: concepção técnica e política do espaço”.

Passados dois anos, porém, muitas mudanças ocorreram. O carrinho projetado não durou nem três meses, e o coletor do bairro voltou a utilizar o seu próprio. O terreno projetado para o galpão não era mais utilizado e o material reciclável era conservado em uma caçamba, na porta da casa do coletor/catador. Até que, em 2017, o coletor/catador se mudou da comunidade e repassou a responsabilidade do serviço para outro morador, o qual se encontra atualmente na função, junto a seu enteado.

Posterior a essa transição, o novo catador aumentou por conta própria a mensalidade da coleta, sem passar a proposta pelo espaço da assembleia comunitária. Houve uma redução no número de contribuintes e, com isso, da abrangência da coleta, fato este que começou a aparecer nas discussões comunitárias, em assembleias e reuniões de conselho. O acúmulo de lixo em locais inadequados havia aumentado, provocando mal cheiro, proliferação de vetores de doença e reclamações da vizinhança do bairro ao lado da ocupação, onde é acumulado o lixo a ser recolhido pela coleta formal da prefeitura.

Diante dessa demanda, e de outras que necessitavam de um espaço para aprofundamento da temática e construção de alternativas, os militantes das Brigadas Populares e do *AP* sugeriram aos moradores um espaço para construção propostas de solução, a serem levadas para o espaço de decisão coletiva - a assembleia comunitária. Assim, um serralheiro da comunidade propôs um projeto de lixeira comunitária (Figura 4), financiado e implementado (Figura 5) com recursos dos próprios moradores, para armazenar a quase totalidade dos resíduos colocados à espera do serviço de coleta prestado pela prefeitura, no bairro ao lado. A atividade se mantém, ainda, pelo seu caráter de limpeza urbana e facilitadora do transporte dos resíduos das residências à lixeira comunitária.



Figura 4: Projeto de lixeira comunitária apresentado por um serralheiro da ocupação em assembleia  
Fonte: Acervo próprio



*Figura 5: Projeto de lixeira comunitária apresentado por um serralheiro da ocupação em assembleia  
Fonte: Acervo próprio*

Atualmente, está sendo desenvolvido o projeto Lixo Zero Tomás Balduino, por meio da captação de recursos via uma entidade financiadora da Igreja Católica. O objetivo colocado é a reestruturação da coleta já existente na comunidade, para avançar em seu componente seletivo e no aproveitamento dos resíduos sólidos, de acordo com as potencialidades locais apresentadas. Os eixos estruturantes do projeto são: i) melhoria nos meios de produção dos catadores, e ii) na infraestrutura necessária à separação, coleta e armazenamento dos resíduos. A perspectiva é de avançar em um sistema integrado entre gestão dos resíduos e produção local de itens de necessidade dos próprios moradores, como produtos de limpeza, a partir do óleo residual, e de adubos para horta, por meio do lixo orgânico gerado na própria comunidade.



*Figura 6: Lixeira Comunitária e novo carrinho construído por meio do projeto Lixo Zero  
Fonte: Elaboração Própria*

No que tange o tratamento das águas residuais, no 1º Encontro de Agricultores, essa foi uma das questões colocadas. Durante o ciclo de oficinas, apresentamos o círculo de bananeiras, enquanto técnica alternativa para seu tratamento. Nos meses seguintes à realização das oficinas, as iniciativas de replicação da técnica foram poucas. Em sua maioria, tratava-se de moradores que já possuíam bananeiras em seus terrenos e deslocavam o curso d'água em sua direção.

No final de 2016 e princípio de 2017, um período de intensas chuvas, agravou-se o estado de conservação das ruas da ocupação, pois os cursos de água, cotidianamente, constituídos pelo somatório das águas residuais da maioria dos lotes, foram potencializados pelo volume das águas pluviais. A dificuldade de trafegar com veículos pelas ruas comprometidas, as enxurradas e a invasão de algumas casas pelas águas, inclusive com o derrubamento de algumas paredes, foram alguns dos problemas enfrentados pelos moradores.

Nesse período, alguns moradores entraram em contato com integrantes do *AP*, com uma demanda mais urgente de avaliação de algumas casas que poderiam, inclusive, estar em situação de risco geológico, dado o impacto das chuvas. Os geólogos do coletivo *AP* fizeram sua avaliação e, apesar de algumas casas demonstrarem necessidade de observação, segundo os mesmos, nenhuma apresentou risco iminente.

Diante desses últimos acontecimentos, o coletivo *AP* decidiu buscar formas de trabalhar essa temática em conjunto com o(a)s moradore (a)s. A primeira ação foi fazer um mapa com o caminho das águas nas ruas (Figura 7), de modo a facilitar a visualização dos principais pontos de lançamento e acúmulo e, assim, pensar um plano de ações. Em uma fala de um dos integrantes da *AP*, tem-se a dimensão do problema que pensamos tratar: “*E tem a coisa do coletivo, porque se o pessoal do topo não age o pessoal de baixo vai ficar na lama*” (N, *AP*, 2017).



*Figura 7: Caminho das águas – Tomás Balduino*  
*Fonte: Elaboração do Agroecologia na Periferia*

Começamos, então, a conceber o que seria um saneamento básico comunitário, a partir da requalificação das práticas existentes e com a implementação de tecnologias sociais. Foram pensados 4 eixos de atuação: i) social; ii) águas cinzas ou residuais – são aquelas provenientes de pias, chuveiros e tanques, descartadas após uso; iii) águas pluviais; e iv) águas pretas – são as águas provenientes de vasos sanitários, descartadas após uso. Para cada um desses, pensaram-se estruturas e técnicas possíveis de serem implementadas, de baixo custo e a partir do reaproveitamento dos recursos locais.

O primeiro eixo se refere à formação e capacitação de um grupo de agentes comunitários, promotores da gestão hídrica e sanitização da comunidade. O segundo se refere ao tratamento das águas cinzas ou residuais, que consiste na implementação dos círculos de bananeira. Em relação ao terceiro eixo, que trata da estratégia para drenagem da água pluvial, pensou-se na instalação de poços e canaletas de infiltração. Por fim, para o tratamento das águas pretas, pensamos como possibilidade a construção de Fossas Biodigestoras, nas casas próximas ao córrego.

Iniciamos com a apresentação para os moradores do mapeamento que havíamos feito e as propostas para avançarmos na gestão hídrica da comunidade. Sugerimos como primeira proposta de intervenção avançar no tratamento das águas que estavam sendo lançadas das casas para as ruas. Explicamos a técnica do círculo de bananeiras e nos colocamos disponíveis para assessorar aqueles que se dispusessem a implementá-la e marcamos uma oficina/mutirão, como forma de acessar mais moradores que ainda não

havia entrado em contato com a técnica, na casa de uma das moradoras, localizada em um dos locais de alta concentração de cursos d'água.



*Figura 8: Etapas de construção do Círculo de bananeiras na casa de uma das moradoras*  
*Fonte: Elaboração própria*

Simultaneamente, um outro dispositivo de tratamento de águas residuais foi desenvolvido por um dos moradores da ocupação, e replicado por seu vizinho. Tratava-se da construção de um buraco, no limite entre a rua e a cerca que determina o lote de sua casa, com cerca de 1 metro de profundidade e 30 centímetros de diâmetro. Ademais, havia uma pedra que buscava tapá-lo, para evitar acidentes, sem que interrompesse o curso d'água direcionado para o buraco.



*Figura 9: Dispositivo de tratamento de águas residuais desenvolvido por um dos moradores*  
*Fonte: Elaboração Própria*

Ao serem comunicados pelo proponente do dispositivo, os integrantes do AP o apresentaram aos moradores, como outra possível forma de tratamento, relatando suas limitações – como o não tratamento e o não aproveitamento das águas, além da possível intensificação de “processos erosivos escondidos” debaixo da terra – e sugerindo

incrementos, como a colocação de entulhos de construção, como forma de minimizar o impacto direto da água no solo, ao fundo do buraco. Apresentado o dispositivo, o número de pessoas que o replicaram – adaptaram – o círculo de bananeiras não era superior a uma dezena, assim como eram apenas dois os moradores a utilizarem a técnica alternativa proposta do “buraco tapado”.

Um grupo de moradores começou, por iniciativa própria, uma série de pequenos mutirões, para ampliar o número de casas com propostas para o tratamento de águas residuais. Inicialmente, os moradores propunham o círculo de bananeiras e, àqueles que afirmavam não haver os recursos necessários como espaço em seu terreno ou mudas à disposição, implementava-se o método do “buraco tapado”, acrescentado de entulhos, como sugerido pelos técnicos.

Esse processo foi responsável pela implementação de técnicas de tratamento de águas residuais em mais de 20 casas da ocupação, sendo que em sua maioria foram implementados os “buracos tapados” incrementados. Conseguiu-se, inclusive, implementar os dispositivos em todas as casas de duas das ruas da ocupação, próximas às casas dessas lideranças. Porém, alguns desses dispositivos começaram a transbordar e os moradores, então, nos interpelaram para ajudar. Ao realizar uma vistoria, descobrimos que os buracos que transbordavam ou empoçavam eram os preenchidos de forma a colocar o papelão dentro do buraco, e não à superfície, como sugerido. Dessa forma, o papelão auxiliava a impermeabilização do buraco. Passamos, então, em todas as casas onde foram implementados os dispositivos, para reorientar a disposição das camadas.

A experiência com o dispositivo do “buraco tapado” foi uma das estratégias que conseguimos acessar a partir de um estudo exploratório das práticas cotidianas de tratamento de resíduos dos moradores da ocupação. Passemos a uma breve apresentação desse estudo.

### *2.3.3 As práticas existentes e as invenções cotidianas*

Motivada pelo aprofundamento de minha atuação enquanto pesquisadora, e interessada nesse processo de intervenção, durante algumas semanas, decidi por fazer um processo exploratório, com pequenas entrevistas e conversas informais, em relação às práticas existentes e as invenções cotidianas dos moradores, para lidar com os problemas práticos do dia-a-dia. Dentre eles, me interessei, inicialmente, pela lida com o lixo e com as águas residuais, enquanto processos de gestão da infraestrutura do espaço urbano.



Finalizada essa primeira coleta, uma riqueza de possibilidades e detalhes se apresentaram sobre o modo de lidar das famílias com o tratamento da água e do lixo. Por um lado, o que normalmente é reduzido, na fala dos moradores, à “falta de consciência” ambiental das pessoas, apresenta-se, em falas, como possíveis demonstrações de outros tipos de “consciência” que interferem nas decisões de como descartar os resíduos. Por exemplo, um dos moradores, quando entrevistado sobre o manejo do vidro, respondeu que o joga no rio, justificando que era uma forma de evitar acidentes:

Esse [o vidro] que acontece, eu não minto não, eu joga lá dentro do rio, que ninguém entra dentro do rio. Cê bota na sacola, menino vai meter a mão ali, já viu, já era, e se eu joga dentro do rio, quem vai entrar naquela água podre? Se quebra um copo, qualquer coisa, eu falo não bota na sacola, porque pode dar um acidente, já vai pro upa, e aí dá um problema pra ele e pra nós né, porque é uma coisa que podia ter evitado, entendeu? (R., TOMÁS BALDUÍNO, 2016)

Por sua vez, no caso das águas residuais, foi possível observar também algumas estratégias entre os moradores que remontam às oficinas:

(...), então, como água é pouca [apenas o chuveiro] eu ainda joga nas plantas, tipo assim, eu deixo a água no cano, tipo assim, aí ela vai e cai nas arvorezinhas ali e não passa dali, como vocês ensinou. Faz tipo uma cisterninha em volta, aí ela vai e aloja ali (MAR., TOMÁS BALDUÍNO, 2016)

Nessa fase, desenvolvi um relatório das práticas existentes do(a)s moradore(a)s de tratamento dos resíduos sólidos e das águas residuais<sup>25</sup>. Foi possível observar que o processo de ciclo de oficinas havia interferido na forma como alguns moradores atuavam, mas que a grande maioria desenvolvia seus próprios métodos. Nesse processo, foi possível perceber que a forma que cada ocupante encontra no tratamento de seus resíduos tem relação com alguns elementos e processos subjacentes à atividade, quais sejam: i) a localização da moradia; ii) a composição/tipo familiar; iii) o modo/rotina de vida; iv) o envolvimento comunitário; v) as relações de vizinhança; e, vi) as condições econômicas.

L., por exemplo, moradora com grande envolvimento nos processos comunitários e que vive próximo à lixeira comunitária, conta que mesmo não precisando do serviço de coleta para fazer o descarte adequado, desde que o mesmo se iniciou, paga o catador por entender que essa iniciativa, além de gerar renda para um morador da ocupação, fortalece a comunidade. Porém, com o aumento do valor cobrado, ela não pode mais arcar com o custo. No caso de Mi., ele conta que, como sai de ocupação para trabalhar todos os dias bem cedo, sempre deixa seu lixo em alguma lixeira no bairro vizinho. Ge., por sua vez, por morar sozinha, afastada da lixeira e ter que trabalhar em turno invertido, não consegue

---

<sup>25</sup> A tabela que contém os dados brutos sobre as formas de tratamento dos resíduos sólidos e das águas residuais de cerca de 30 moradores se encontra no Anexo D.

deixar o lixo no local e horário adequado de recolhimento da coleta público, por isso paga o catador da comunidade, que o faz por ela. F. vive próximo à vala, e aproveita para descartar sua água na mesma. C. é vizinha de O., que possui um sistema de tratamento de águas, e estabeleceu uma relação com o vizinho para descartar sua água em seu quintal.

A riqueza da diversidade de soluções e das articulações locais nos incentivava a procurar formas distintas de abordagem para cada caso, o que, de certa forma, nos exigia também certo tempo para poder acompanhá-los. Nesse momento, em que o AP se concentrava nessas atividades de gestão urbana de resíduos, outro processo nos demandou também acompanhamento: esse, direcionado ao fomento à produção agrícola na ocupação.

#### 2.3.4 *Desenvolvimento produtivo - agricultura urbana*

Durante o ano de 2016, como já descrito acima, foi desenvolvido o projeto *Agroecologia na Periferia* na ocupação Tomás Balduino, a partir do qual foi possível, por meio das oficinas nos quintais produtivos, trabalhar temáticas da agroecologia com os moradores e trazer um novo olhar para seu espaço e suas práticas cotidianas. Paralelamente às oficinas, eram promovidas também as Trocas de Saberes, visitas em outros territórios que desenvolviam experiências agroecológicas.

Em uma dessas visitas, em julho de 2016, fomos ao Aglomerado da Serra, para conhecer as experiências de trabalhos com agroecologia neste território. Esse encontro despertou em alguns moradores, A., Mag. e Ed., a ideia de fazer uma horta comunitária na ocupação, ideia essa compartilhada no trajeto de volta para a ocupação. Passados três meses da visita, durante a oficina de Comunicação Comunitária, realizada pelo AP, essa ideia reapareceu durante a construção do conteúdo, para a primeira edição do jornal da comunidade.

Findado o ano de 2016, e com ele os recursos e atividades previstas pelo projeto *Agroecologia na Periferia*, o coletivo responsável por este começou a traçar novos rumos. Dentre as três perspectivas de trabalho do coletivo AP, que se apresentaram em dimensões que transbordaram os espaços das casas, nesse trabalho, optei por aprofundar, o do surgimento da *horta comunitária agrupada*, nome dado por A. ao projeto até então idealizado por ele.

Seria importante, nesse sentido, retomar o que me parece ser uma tese desse método de intervenção realizado pelo AP nas ocupações urbanas: de realizar um ciclo de oficinas teórico-práticas de agroecologia nos quintais das pessoas interessadas. Se

retomarmos o processo que se desenrolou na ocupação Vitória, veremos que, logo após o fim das oficinas, há uma afirmação de uma identidade coletiva por parte dos moradores que participavam das oficinas: surge o coletivo *G20*, responsável pela requalificação e ampliação da infraestrutura na ocupação urbana. O fato desse processo ter acontecido logo após ao ciclo de oficinas gerou formulação por parte dos integrantes do *AP*; de que esse processo de intervenção, baseado no trabalho coletivo dos militantes no espaço privado dos moradores da ocupação seria favorável à emergência de processos coletivos de produção por parte dos moradores. Em outras palavras, se há um interesse do *AP* de fomentar, ou incubar, processos coletivos, o espaço privilegiado para atuação seria o privado; ou melhor, o espaço familiar, a casa.

Essa hipótese, de alguma forma, mais ou menos formulada antes da aplicação do ciclo de oficinas na ocupação Tomás Balduino, solicitou novamente a atenção dos militantes quando A. comunica sua vontade de implementar a tal horta agrupada/comunitária. Comunitária, porque o espaço disponível para tal era o que se encontrava embaixo da rede de transmissão de energia, até então desocupado, porém reconhecido como da ocupação. Agrupado, porque haveria uma delimitação mais clara sobre quem seria responsável pela manutenção da mesma, e, inclusive, pela rentabilidade do processo produtivo. Em outras palavras, comunitário porquê, de certa forma, em um espaço público ou comunitário. Agrupado, porquê fruto de um processo coletivo entre os produtores, e não, como às vezes se imagina, em processos de horta comunitária, que o cuidado deva ser de toda a comunidade.

Esse enfoque tem duas principais razões: a primeira, de cunho metodológico, a segunda, um interesse teórico.

Por realizar essa pesquisa desde uma perspectiva da ergonomia francesa, compreendo a necessidade de um maior aprofundamento naquilo que podemos definir como ponto de vista da atividade, que, nos termos de Lima (2000), a partir de Duraffourg (1991), seria:

No interior dos vários pontos de vista que reivindicam legitimidade no interior de uma organização, cada um deles correspondendo a uma função parcial (produção, qualidade, manutenção, compras, vendas, finanças, segurança etc.), o ponto de vista da atividade - em suma, o ponto de vista de como os objetivos fixados podem ser efetivamente alcançados em uma dada situação - se apresenta como uma posição igualmente legítima, embora seja raramente reconhecida enquanto tal. (LIMA, 2000, p. 3)

Nesse sentido, essa sistematização, realizada nesse capítulo, do processo de intervenção do coletivo *AP* na ocupação Tomás Balduino, nos parece insuficiente. É

necessário acessar as decisões tomadas pelos atores nas situações próprias em que esses atores as tomam; e como essas se efetivam ou não. Reconhecer a legitimidade do ponto de vista da atividade diz de reconhecer o limite dos técnicos que fazem parte do *AP* na proposição de perspectivas emancipatórias por meio da agroecologia, no sentido de que apenas a apropriação dos moradores será capaz, ou não, de afirmar esses caminhos. Por isso, para entender melhor esse processo de apropriação dos moradores dessas relações constituídas a partir da intervenção do *AP*, optamos por focar no processo de constituição da horta agrupada-comunitária. Esse processo será o enfoque do capítulo 3 e objeto de análise do capítulo 4.

A segunda razão diz de um interesse teórico na emergência e formação de coletivos de produção autogestionários na ocupação, e sua relação com a metodologia de intervenção do *AP*. No caso das águas residuais, apesar do processo relatado de envolvimento de alguns moradores em uma série de mutirões de implementação de dispositivos de tratamento, não houve a formação de um coletivo responsável por esse processo. No caso da coleta, o coletivo responsável por esta já havia se formado antes do ciclo de oficinas. Assim, poder acompanhar esse processo de formação de um grupo produtivo me parecia uma oportunidade de melhor compreender esses processos de constituição de um coletivo, bem como dos desdobramentos da intervenção que havíamos feito.

### **3 O processo de constituição da horta coletiva**

A partir do processo de intervenção nos quintais com o ciclo de oficinas, descrito no capítulo anterior, surge uma ideia entre os moradores de construir uma horta coletiva. Nesse momento, a ação do *Agroecologia na Periferia (AP)* se reorienta e passo então a construir esse processo junto com eles. Minha pesquisa também se reorienta e concentro meus esforços na construção e análise da constituição da horta e na organização do trabalho coletivo em torno desta. Observaremos também como a formação deste grupo produtivo impacta no conjunto total da ocupação e como o fato de estar inserido neste contexto interfere na constituição do mesmo.

Por ora, nos parece relevante pontuar uma questão – que será refletida no capítulo 4, seção 4.6 –, a respeito dos lugares que ocupo neste processo. Ao me tornar atriz do processo, objeto de meu estudo, torno-me objeto da minha própria investigação, o que implica em algumas limitações no nível da análise, uma vez que essa passa a exigir uma autoanálise e/ou de uma análise de terceiros sobre a minha ação.

No capítulo anterior, nos orientamos à sistematização da experiência do coletivo *AP* nas ocupações urbanas, com o objetivo de destrinchar os nexos dessa atuação que propiciou, a partir das situações de encontro nos quintais produtivos, ou seja, da escala privada, a emergência do projeto de um processo produtivo.

A escolha deste processo, enquanto caso a ser aprofundado, parte do entendimento de que sua análise pode nos ajudar a capturar elementos que nos permitam avançar na demanda de pesquisa aqui colocada: analisar como a constituição e afirmação de um grupo produtivo, que se dá a partir da atuação conjunta de militantes, técnicos e moradores que tem como atividade a agricultura em uma ocupação urbana, faz emergir elementos que apontam para uma nova possibilidade de organização social e apropriação dos meios de (re)produção da vida. Nos parece que a organização do trabalho coletivo, em consonância com a organização da vida cotidiana dos seus trabalhadores, faz caminhar no sentido da junção das esferas, dimensões produtiva e reprodutiva.

Nas seções que seguem, farei uma narrativa desse processo, contando desde a concepção, a implementação, a manutenção e a comercialização, até as transformações do grupo ao longo desse processo. Abaixo segue a lista das iniciais e descrição das pessoas que aparecem no relato.

LEGENDA DAS INICIAIS	
Inicial	Descrição
Á.	morador da Tomás Balduino, integrante do grupo da horta comunitária agrupada
L.	moradora da Tomás Balduino, integrante do grupo da horta comunitária agrupada
An.	morador da Tomás Balduino, integrante do grupo da horta comunitária agrupada
Mag.	moradora da Tomás Balduino, integrante do grupo da horta comunitária agrupada
Ed.	moradora da Tomás Balduino, integrante do grupo da horta comunitária agrupada
E.	moradora da Tomás Balduino, integrante do grupo da horta comunitária agrupada, filha de Ed.
Jn.	moradora da Tomás Balduino, filha de Mag.
Ci.	moradora da Tomás Balduino, esposa de Á.
Ar.	morador da Tomás Balduino, filho de Á.
Na.	moradora da Tomás Balduino, esposa de An.
Gu.	morador da Tomás Balduino, filho de An.
Vt.	morador da Tomás Balduino, companheiro de L.
Ah.	moradora da Tomás Balduino, filha de L.
Br.	morador da Tomás Balduino, filho de Ah., neto de L.
G.	moradora da Tomás Balduino
P.	morador e agricultor da Tomás Balduino
Le.	moradora e agricultora da Tomás Balduino
Vi.	morador da Tomás Balduino, membro da igreja de Á.
O.	morador da Tomás Balduino, vizinho de Á.
El.	morador da Tomás Balduino, esposo de Mag.
K.	moradora da Tomás Balduino
Pa.	morador e produtor da Tomás Balduino
D.	moradora da Tomás Balduino
Wa	morador e catador da Tomás Balduino
Be.	morador da Tomás Balduino
Al.	morador da Tomás Balduino
Pl.	morador e catador da Tomás Balduino
Ad.	morador e agricultor ocupação Vitória
Ti.	integrante Roots Ativa
Ali.	integrante Roots Ativa
Ge.	técnico REDE
Da.	técnica REDE
V.	integrante do AP e BPs
T.	integrante do AP
Tu.	integrante do AP
B.	integrante do AP
W.	integrante do AP e BPs
Ai.	intergrante BPs

*Tabela 3: Lista dos atores participantes do processo de constituição da horta coletiva*

*Fonte: Elaboração Própria*

### **3.1 A concepção do projeto: a horta comunitária agrupada**

Em 18 de fevereiro de 2017 nos reunimos com o grupo de moradore(a)s que tiveram a ideia de construir uma horta comunitária para realizar uma primeira reunião, que aconteceu, na casa de Á. Além dele, estavam presentes a moradora Mag., sua filha Jn., com a neta e nós do coletivo AP. O(a)s moradore(a)s apresentaram o que haviam pensado sobre a organização da produção, a quantidade de canteiros a serem instalados,

o que cultivar e as atividades cotidianas necessárias para implementação, manutenção e gestão financeira da horta.

Nós do coletivo, colocamos que, diferentemente do ano passado, quando conduzimos o projeto com os quintais produtivos, nesta iniciativa, estaríamos em um papel de apoio, pois, sendo uma atividade de caráter cotidiano para geração de renda dos participantes, era necessário que o (a)s mesmo(a)s tomassem a frente do processo sem depender de nós para realizá-lo. Eles concordaram com a colocação, mas ressaltaram que precisariam da nossa ajuda, principalmente em relação a aquisição de recursos financeiros e materiais. Dissemos que, além da articulação para conseguir recursos, materiais e assessoria técnica, auxiliaríamos na inserção dele (a)s nas redes da cidade, como forma de potencialização do trabalho. Além disso, em relação ao recurso financeiro, colocamos que nossa pretensão era criar um Fundo Rotativo Solidário, que funcionaria a partir de empréstimos de verba para auxiliar empreendimentos populares – com a perspectiva de que o dinheiro emprestado fosse devolvido ao fundo para a realização de outras iniciativas.

Ao longo da reunião, dentre muitas ideias e preocupações, trouxemos a necessidade de colocar o projeto no papel, fazer a lista dos materiais e o orçamento para que pudéssemos buscar apoio. Dividimos as tarefas e marcamos uma segunda reunião para fechar um primeiro projeto e, também, planejar os primeiros passos.

A segunda reunião aconteceu no dia 26 de março de 2017, na casa de Á., e estavam presentes, além dele e sua esposa Ci., as moradoras Mag. e E., filha de Ed., e nós do AP. Á. trouxe um projeto elaborado por ele, com o título *Horta comunitária agrupada*, nomeado desta forma, pois a horta seria construída em um espaço comunitário e traria benefícios para toda a ocupação: os produtos seriam vendidos a um preço menor para o(a)s moradore(a)s, mas sua gestão seria “agrupada”, ou seja, feita por um grupo que almejava tirar dela sua renda. O projeto é constituído por um desenho do terreno, pela descrição da preparação da horta e de como seria sua administração e por um anexo com os materiais necessários e seus respectivos preços.



DOM | SEG | TER | QUA | QUI | SEX | SAB

## HORTA

### PREPARAÇÃO DOS CANTEIROS

A PÁRCELA DE PLANTIO SERÁ LIMPA E DIVIDIDA EM 16 CANTEIROS, ÁREA DE ADUBAÇÃO, ÁREA DE VIVERO E SEMEADURA.

A HORTA TERÁ 12 ESPESORES FIXOS E 3 ALTERNATIVOS.

COMEÇAREMOS COM PLANTIO DE FOLHAS COMO: ALFACE, COUVE, COBRIÇA, MOSTARDA, ALMEIRÃO, ESPINAFRE, E TAMBÉM ALGUMAS QUE NÃO SÃO DE FOLHAS, COMO PIMENTÃO, JILÓ, TOMATE, ETC...

- 1: OBJETIVO - VENDER PARA A COMUNIDADE COM PREÇO ACESSÍVEL.
- 2: OBJETIVO CULTIVAR A TERRA EM PÉSSIMA CONDIÇÃO PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO E AFASTAMENTO DE BICHOS.
- 3: OBJETIVO ESPERAR A PLANTANDO PARA VENDER PARA A COMUNIDADE E ATÉ MESMO PARA OUTROS COMERCIAIS.
- 4: OBJETIVO GERAR RENDA PARA OS PRODUTORES PARA OS SEUS SUSTENTOS.

NÃO COMPRAREMOS GEMETES E SIM EM VIVERES PRONTOS PARA PLANTAR. CADA VIVERO VARIA DE 0,70 A 0,90 CENTAVOS E VEM COM GEMETES, INICIALMENTE SERÁ 6,25 1032 VIVERES.

DOM | SEG | TER | QUA | QUI | SEX | SAB

## COMO SERÁ ADMINISTRADA

TUDO QUE FOR VENDIDO TERÁ 15% RETIDO PARA FUTURAS DESPESAS EM PÁRCELA DA HORTA.

TODO RESTANTE SERÁ DIVIDIDA EM PARTES IGUAIS.

NEM UMA VENDA SERÁ VENDIDA POR UMA SÓ PESSOA DA HORTA PARA EVITAR FUTURAS DISCORDIAS.

OS 15% QUE SERÁ RETIDO SERÁ DEPOSITADO EM CONTA BANCÁRIA E TODO MOVIMENTAÇÃO SERÁ ESCLARECIDA PARA TODOS DO GRUPO.

### FUNDADORES

MURCIA CÁNDIDA MARCELO "DEBRESCH" MARIA DA GUÍA E SUA FILHA DIANA E SEUS FILHOS,

DEPOSITO DE CONSTRUÇÃO Santa Margarida

DATA: 06/03/2017

TEL: 31.3638.3944 / 9958.9100

Rua das Gardênias, 405 - Santa Margarida - Aréias

Nome: \_\_\_\_\_

End: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

Quant.:	Discriminação:	Unit.:	Total:
04	mangueiras 50mt		588,00
02	Regadores		29,80
15	Aspersores		237,50
200	mt tela verde		580,00
30	Abriacadeiras		30,00
01	Arame 500mt		229,00
12	te. vulgicad 1/2		24,00
02	fonteinhas pretas		8,00
04	cadeirinha jardim		13,00
01	teflon gr		5,50
01	cadeira plástica		8,90
<b>Total:</b>			<b>1802,30</b>

GRÁFICA - 9164-1005

Figura 10: Fotos em torno da concepção, projeto e execução da horta agrupada.  
 Fonte: Á., morador da Tomás Balduino e integrante do grupo da horta comunitária agrupada



Sobre a organização do espaço, Á. coloca que a área de plantio será limpa e dividida em dezesseis canteiros e que no fundo terão dois espaços, sendo um para adubação e o outro para construção do viveiro de mudas. Serão colocados 3 aspersores fixos e 3 alternativos, que podem ser remanejados dentro da horta e a distribuição dos aspersores vai ser recuada para não precisar colocar nenhum aspersor no meio. Nas laterais da horta será plantado um quiabal e um mandiocal, com o intuito de gerar uma renda extra, mas, principalmente, para fazer sombra nos canteiros, economizando o gasto com sombrite. A parte em frente à rua será um espaço para plantio frutífero.

Depois, ele traça um planejamento de implementação a começar pelo preparo dos canteiros, umidificação da terra e plantio em doze canteiros, deixando quatro para remanejamento. Inicialmente seriam plantadas as folhosas e, para a primeira vez, teriam outras mudas prontas para que o segundo processo de plantio se desse de forma mais rápida.

Á. descreve como objetivos da horta: i) a venda na comunidade, a preços acessíveis; ii) o cultivo da terra e manutenção da área da entrada da comunidade limpa; iii) a expansão da plantação, “é uma coisa que eu to visando pra gente vender em sacolão, restaurante, de repente até hospitais”; iv) a geração de renda para os produtores, “a gente vai ter o sustento nosso, de início vai ser pra aumentar a renda, futuramente o que que acontece a gente não precisa de outro trabalho não, só a horta vai ser suficiente”. Sua projeção futura, para daqui aproximadamente dois anos, é de “largar o emprego e poder viver da horta” e coloca que “se ocê for olhar, o que que acontece, um canteiro gera em torno de 70 a 80 pés de alface, mas não vamo plantar só alface, porque até procê negociar com sacolão é bom cê ter um jiló, um quiabo e tal que produz rápido e não ocupa muito espaço, o tomate em si gira um dinheiro bom”.

Após a apresentação inicial, são debatidos elementos que atravessam a concepção do projeto. Um deles diz respeito à intenção de desenvolver uma produção agroecológica, “a gente vai aplicar tudo que nós aprendemos na agroecologia”. E. complementa: “a gente vai tentar fazer da forma mais natural possível e o adubo a gente vai tentar fazer daquela forma lá que a gente viu, com casca, essas coisas”; e acrescenta uma pergunta: “mas aí no caso nós teria que recolher na comunidade?”. Ela vislumbra então a possibilidade de fazer um esquema de troca, no qual as pessoas levariam o lixo orgânico para eles e ganhariam um produto da horta ou um desconto. Á. complementa, “é uma boa ideia! não

tinha pensado nisso não (...) cê foi na serra? Eu não tinha pensado nisso, ela lembrou da serra! olha procê ver!”.

Outro ponto discutido foi a gestão financeira. Á. coloca a proposta de que 15% de tudo o que for vendido será revertido para as despesas da horta e o restante dividido em partes iguais para os participantes. Acrescentou que a atividade de venda deve ser feita em dupla e que os 15% devem ser depositados em uma conta bancária, sendo que uma pessoa ficaria responsável pela gestão financeira com frequente prestação de contas para o restante do grupo.

Ao lançar a pergunta “e a praça onde é que vai ficar?”, Mag. traz para o debate a relação com o terreno, uma vez que existem outros projetos para uso do espaço. Intervenho dizendo que devíamos conversar com G., moradora que estava à frente dessa iniciativa, para negociarmos uma possibilidade de compartilhamento do espaço de forma a contemplar as duas ideias. Mag. complementa que isso poderia inclusive ser positivo no sentido de se ter maior segurança da produção.

Diante do conflito de interesses e da demanda do grupo, assumo um lugar de mediação, entendendo que minha condição de apoiadora propiciaria a tradução dos diferentes interesses e pontos de vistas e possibilitaria uma composição dos projetos. Converso com ela, que apresenta seu receio de que a horta atrapalhe a visão do comércio e que seu desejo era fazer uma pracinha naquele espaço. Expliquei que, com relação à primeira questão, ela não precisava se preocupar, pois a horta seria de plantas de pequeno porte e que o projeto poderia favorecê-la. Sobre a segunda questão, disse que talvez não fosse possível construir uma pracinha por causa da torre de transmissão de energia, sob a qual é proibido realizar qualquer tipo de edificação, o que poderia trazer problemas para a comunidade. Por fim, afirmei que o grupo estava disposto a compartilhar o espaço e que passaria na casa dela para conversar.

Em uma próxima reunião com o grupo, apresento estes elementos e Á. sugere que ela use a área debaixo para a pracinha e coloca que, em último caso, estaria disposto a passar a horta para o local indicado. Pensamos também em outros cuidados que podíamos adotar para conciliar os projetos como, por exemplo, não plantar o mandiocal na lateral da horta de frente da casa da G. e fazer um canteiro com flores.

Na mesma semana, faço uma conversa com G. e concluímos que uma forma de conjugar as duas vontades seria recuar a horta para o meio do terreno e fazer uma espécie de passeio/canteiro com gramado, flores e pingo-de-ouro ao redor de toda sua extensão.

Apesar da proposta não consistir em uma praça, garantiria um espaço de convivência e embelezaria a comunidade. Reforcei também que a existência de uma iniciativa de produção agrícola cooperada na ocupação potencializa o processo de resistência, como traz Ge. em entrevista: “é simbólico mesmo né, a horta ela traz uma representação de um cuidado maior com o espaço, com dedicação, que tem gente trabalhando, tem produção”, além de ser uma forma de gerar renda para pessoas desempregadas, ou que estão precisando de um complemento, ou ainda, que querem ter um emprego mais próximo de casa e da família.

Em seguida, tivemos uma reunião do grupo da horta, na qual contei sobre a conversa com a G. e acrescentei que seria importante refazer o projeto para incluir espaço para os canteiros no entorno.

As condições materiais e financeiras dos participantes atravessam de forma significativa o projeto. O orçamento feito por Á. somava um valor total de dois mil reais de investimento inicial. Mag, preocupada com o fato de não ter renda própria, propõe diminuir a abrangência inicial da horta, reduzindo os custos pela metade, com a possibilidade de ampliá-la quando começassem a ter retorno, diz “O dinheiro que a gente tirar das primeiras plantações vai ser tudo pra pagar isso aqui, ai pagamos essa parte, ai a gente vem pra outra... porque nós num pode avançar de uma vez”. Em resposta à essa demanda sugiro estratégias para acessar recursos, como pedir doações e inscrever o projeto em editais.

Começamos a pensar em um cronograma de ações; quais seriam, em que ordem e quanto tempo seria necessário para executar cada uma delas. Um primeiro questionamento levantado é sobre quantas pessoas estariam ajudando. Ao refletir sobre a importância motivacional de não demorarmos para ter resultados concretos, sugiro fazermos um mutirão, mas com certo receio de que esta ação pudesse suscitar um entendimento equivocado de que seria uma horta comunitária. Pontuo, então, que deveríamos chamar apenas apoiadores e pessoas próximas.

Depois, entramos na discussão sobre como fazer a capina, pois o tempo gasto para execução de uma tarefa depende do modo como a mesma será realizada. Á. coloca “nós vamos capinar, mas não precisa tirar o mato inteiro em si (...) sempre fica uma raiz ou outra. Ai, aquilo ali a gente vai afofar a terra, pra aquela raiz servir de adubo”. E acrescenta: “aquele mato seco por exemplo a gente pode espalhar por cima dos canteiros”. Mag. concorda dizendo que já viu isso mesmo. E. coloca a possibilidade de botar fogo e

usar as cinzas de adubo, mas Á. discorda ao dizer que aquela cinza é excelente, mas alerta sobre os problemas do manejo de fogo embaixo da rede elétrica e a possível perda de nutrientes do solo.

Outro ponto discutido, que impactava na organização do trabalho, dizia a respeito do espaço para construção da horta, pois o mesmo se localiza em uma área que fica logo na entrada da ocupação e pode ser considerada como residual, devido ao fato de ficar embaixo de uma antena de alta tensão, não pode ser edificada. Isto traz duas consequências. A primeira diz respeito aos cuidados necessários para uso desse solo, como a restrição do cultivo de árvores de médio e alto porte no espaço. Diante disso, decidimos que seria mais prudente cercar o terreno apenas quando os canteiros já estivessem prontos para não gerar suspeita quanto ao objetivo do cercamento.

A segunda consequência é que pelo fato do espaço ser percebido pelo conjunto de moradores como um espaço comunitário, seria ainda mais importante ter o respaldo do(a)s moradore(a)s em relação à horta. Assim, levamos o informe sobre a proposta para a assembleia comunitária e colocamos que aquela era uma iniciativa que fortaleceria a comunidade em vários aspectos, ao atrelar mais um valor de uso ao solo ocupado que agora serviria ao desenvolvimento produtivo e à manutenção da limpeza da comunidade. Além disso, a ocupação poderia ter acesso a produtos agroecológicos de qualidade a um preço justo.

Ao traçar o cronograma percebemos as particularidades de cada um, suas necessidades e limitações. Diante destas questões, uma série de ajustes ao planejamento se fazem necessários. Por exemplo, o grupo entendia que para a realização das atividades de maior esforço físico, como abrir os canteiros, era necessária a presença de Á., único homem do grupo, mas o seu trabalho, que exige viagens semanais, é um impedimento para a realização destas atividades. Quando ele mesmo coloca: “nós podemos começar, já que essa semana que tô disponível”, Mag. logo concorda, mas responde que tem que ser cedo pois precisa fazer comida para o marido, demarcando também as suas necessidades. Isso nos leva a uma discussão, mesmo que ainda incipiente, sobre organização do trabalho. Mag., por exemplo, diz que quando sua neta desmamar, sua filha vai trabalhar e ela ficará sob seus cuidados. A esposa de Á., que estava lavando a louça na cozinha, pontua “é igual ocê também, cê trabalha o dia todo, chega só de noite, então tem que ver porque todo mundo tem que trabalhar junto, não pode deixar na mão de uma pessoa só, todos quatro tem que ter responsabilidade, senão num vai pra frente”.

Mag. retoma a questão da segurança, agora a partir do viés da organização do trabalho: “parte da manhã tem que ter uma pessoa pra ficar ali mexendo de 7:00 às 10:00, pra todo mundo ver que tem gente mexendo (...) então vamo arriscar gente, mas tem que ficar, não pode ficar muito tempo a horta sozinha”.

Por fim, chegamos no seguinte cronograma inicial:

CRONOGRAMA		
Atividade	Data planejada	Data de execução

*Tabela 4: Cronograma de execução do projeto da horta.*

*Fonte: Elaboração Própria*

Esse exercício de concepção do trabalho é importante para um primeiro alinhamento do coletivo em relação aos objetivos, possibilidades e limitações de cada participante, mas também para a antecipação de possíveis desafios e dificuldades. Essa capacidade de planejamento advém de experiências anteriores e conhecimentos adquiridos que permitem nos preparar para as causalidades, para os imprevisíveis do real. “O espírito humano - o seu gênio - manifesta uma potência de antecipação que o autoriza a querer programar, organizar, enquadrar.” (SCHWARTZ, 2010, p. 136). Essa concepção da organização do espaço, do tempo, da tarefa, dos materiais e do coletivo já é uma forma concreta de apreensão do trabalho e de suas condições, que auxilia na melhor utilização dos recursos, “a tarefa corresponde, em primeiro lugar, a um conjunto de objetivos (...) e a um conjunto de prescrições definidas externamente para atingir esses objetivos particulares” (GUÉRIN ET AL, 2001, p. 25).

Além disso, ao fazê-lo, o grupo já começa a explorar princípios e limites norteadores da ação, como um ensaio de comportamento diante de prováveis problemas pelos quais serão interpelados enquanto coletivo, por exemplo, um possível conflito com outros moradores em relação à destinação de um espaço que é entendido como comunitário para a realização de uma prática de um grupo.

“A cooperação requer a existência de condições específicas de intercompreensão que vigoram em um “espaço de discussão” (Habermas, 1989) [...] formulação de um compromisso instável entre o respeito às regras e

a possibilidade de sua “subversão” por cada membro do coletivo. [...] se escora, simultaneamente, na capacidade de cada trabalhador trazer sua colaboração para a organização do trabalho e no fato de essa colaboração ser reconhecida pelos outros. Para terminar, o trabalho de discussão resulta em um verdadeiro trabalho de elaboração coletiva sobre a natureza das participações, individual e coletiva, na organização do trabalho” (GERNET E DEJOURS, 2010, p. 63 e 64).

Porém, diante da inevitável distância entre o prescrito e o real, a capina prevista foi adiada duas vezes, pois Á. teve que resolver problemas familiares e comunitários, “a antecipação exaustiva é impossível.” (SCHWARTZ, 2010, p. 138), os planejamentos acabam sendo sempre que ser revistos. Como esta seria a primeira atividade do grupo para a realização da horta, todos entendemos que sua presença era imprescindível, tanto por ser uma atividade que exigia força física, quanto por um receio de acontecer alguma indisposição com os moradores, e fosse necessária uma mediação ou negociação, papel esse que o grupo atribui a ele.

Passamos então por um novo momento de reelaboração do planejamento o que fez ressurgir a discussão das especificidades de cada integrante. Dentre elas, a questão de gênero toma maior relevância, uma vez que Á. o único homem do grupo, trabalha viajando e, por isso, fica ausente da comunidade a maior parte do tempo, o que reforça a necessidade de ampliação do coletivo. Tal necessidade faz surgir uma dúvida sobre como proceder caso outras pessoas queiram participar do grupo. Á. coloca que não é um grupo fechado, que qualquer pessoa pode entrar, “desde que tenha compromisso, tem que querer, acreditar”.

### **3.2 A implementação da horta: entre o prescrito e o real**

Nos dias que seguem é feita a primeira capina em uma parte da área por Á. e Vt., um jovem da comunidade que frequenta a mesma igreja de Á. e foi convidado por ele. Na semana posterior, após a reunião do Conselho Comunitário, Mag. relatou que E. havia saído do grupo, pois conseguiu um emprego, e que ela estava pensando em desistir do processo, porque ficariam apenas ela e Á. Além disso, Mag. traz a questão de que quando suas filhas e cunhada arrumarem emprego, ela terá que cuidar das netinhas e seu tempo de dedicação para a horta será menor. Por fim, confessa que descobriu alguns problemas de saúde que a limitam de fazer esforço físico e demonstrou preocupação devido ao fato de não ter renda própria para arcar com os custos iniciais de implantação da horta.

Perante a desarticulação do grupo, o mutirão de capina que estava marcado para o final de semana dos dias 23 e 24 de abril não aconteceu e a integração de uma nova

pessoa ao grupo torna-se determinante para a atividade. Combinamos então deles tentarem arrumar algum novo(a) integrante e nos reunirmos novamente no dia 30 de abril.

Neste dia, sugeri a Á. e Mag. que convidássemos An. para o grupo, um rapaz que participou das oficinas promovidas pelo AP em 2016. Ele se apresentou, falou que tinha interesse e estava disponível já que estava afastado do trabalho por questões de saúde mental, "por causa que eu tenho esses problemas e ai vai ser bom pra eu trabalhar a minha mente e trabalhar também porque eu não posso ser fichado né, ai acordar cedo, molhar as plantas, porque eu fico em casa o dia todo sem nada pra fazer". No dia seguinte foi feita a capina, que se tornou um mutirão, pois outras pessoas da comunidade se somaram voluntariamente à atividade, sendo possível finalizar toda a parte de baixo do terreno.

Na semana seguinte liguei para Mag. e, antes que eu perguntasse sobre a horta, ela comenta preocupada que para a horta dar certo "é preciso um homem à frente do processo", pois o cuidado é diário e os dois homens que compõem o grupo têm disponibilidade limitada e complementou dizendo "esse início é mais difícil mesmo, só quando já tiver tudo plantadinho, ai vai aparecer gente". Nesta mesma semana, ao chegarmos na comunidade L., Mag. e D. estavam fazendo o plantio dos canteiros na entrada da comunidade. O trabalho coletivo dedicado à implementação da horta acaba por impulsionar um maior cuidado com a área da entrada da ocupação.

Na reunião seguinte estavam presentes o grupo formado até então, apoiadores participantes do AP e L., convidada a participar do grupo assim como a G., que não pode comparecer. Feita a apresentação do projeto para L., começamos a discutir o fato de não termos avançado mais após a capina e como isso estava relacionado com a necessidade de agregar mais pessoas. L. expressou interesse em participar, "cê fica jogado dentro de casa dá estresse, depressão, é até uma terapia ficar ali". Em seguida, sugeri que cada um colocasse suas dificuldades e disponibilidade de tempo para o trabalho na horta. An. colocou que por causa do seu problema de saúde toma remédio todo dia e pelo menos uma vez por semana vai ao médico, mas tem o dia inteiro disponível. L. disse que seu problema maior é a coluna e que às vezes precisa ficar na cama de repouso, mas que também tem o dia todo disponível, a não ser quando precisa resolver alguma coisa pessoal ou da comunidade. Mag. contou que tem um problema nos ossos e que está fazendo um tratamento de mioma e, por isso, tem que fazer exames e ir em médicos, mas também afirmou ter o dia todo disponível apesar de ficar responsável pelo cuidado dos netos e dos

afazeres domésticos. Á. colocou que sua disponibilidade varia de acordo com seu trabalho, normalmente aos finais de semana.

Como encaminhamentos da reunião, combinamos a realização dos primeiros canteiros e o mutirão de limpeza da vala, que fica no entorno da comunidade, para o início da semana. Ao final, falei que tivemos uma reunião com uma organização parceira chamada Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), na qual, dentre outras coisas, apresentamos a iniciativa da horta para saber se eles poderiam nos apoiar com assessoria técnica e materiais. A resposta foi positiva e disseram que quando tivéssemos demanda, eles se organizariam para ajudar. Sugeri de tentarmos chamá-los para o mutirão de construção dos canteiros e todos concordaram. Então, entrei em contato e Ge., um dos técnicos da REDE, que se disponibilizou a vir.

Na terça, como combinado, aconteceu a atividade de formação dos primeiros canteiros. Entendemos que era apropriado fazê-la no formato de mutirão, tanto por uma questão de eficiência, quanto como uma possível estratégia de aproximação de outras pessoas para se juntarem ao grupo. Na época eu estava bastante preocupada com o ritmo e velocidade dessa implementação, pois já havíamos passado por vários adiamentos e pensava que era importante, inclusive como elemento motivacional, obter os primeiros resultados concretos.

Dessa vez, incomodada de só ter estado presente até então em reuniões, decidi participar e levei comigo o técnico Ge. A princípio fiquei um pouco apreensiva com a minha presença na atividade, principalmente devido a esse receio de criar algum tipo de dependência do grupo comigo, e, também, por levar Ge. Este teve muita habilidade em colocar suas sugestões, respeitando o saber e o lugar de protagonismo dos moradores, além de colocar sua força de trabalho à disposição.

Ao chegarmos, o grupo já estava trabalhando. An. trouxe sua garrafa de café. E G., apesar de ter colocado que não iria participar da horta, levou suco de laranja e nos ajudou na construção dos canteiros. Senhor O., vizinho do Á., apareceu e, também, nos ajudou no mutirão. Durante a atividade, a discussão sobre em que sentido construir os canteiros foi retomada, mas por fim decidimos fazer na horizontal, contrária ao sentido de escoamento da água, justamente para controlar seu efeito. Outra discussão provocada foi sobre a sugestão de Ge. de se colocar uma cobertura de capim seco nos canteiros. Ele explicou que é uma técnica antiga que foi um pouco perdida ao longo dos anos, mas que vem sendo resgatada devido aos seus vários efeitos positivos para a produção.



A cobertura de capim protege o solo da incidência direta dos raios solares e da chuva, diminuindo a compactação do solo e favorecendo a permanência de uma camada nutritiva na parte de cima dos canteiros, que costuma escorrer com a chuva. Além disso, favorece também a manutenção da umidade do solo, inclusive reduzindo os gastos com a cobertura de sombrite e, também, da frequência de aguar os canteiros, como salienta Ge. “tem duas formas da gente irrigar né, uma é você irrigando e outra é você não perdendo”. G. disse que seu avô usa a cobertura de capim, mas outros participantes ficaram um pouco reticentes. Diante do impasse, Ge. foi direto na resolução, “vamos fazer dos dois jeitos, assim podemos experimentar por nós mesmos!”. Em entrevista posterior, ele localiza a cobertura do solo como um dos desafios da agricultura urbana e traz a importância de avançar na automação do sistema para ganhar eficiência e das possibilidades de cooperação:

(...) a cobertura do solo é super importante e é um desafio pra gente preparar ela na agricultura urbana né (...) tipo assim, na roça você consegue mais facilidade de matéria na agricultura urbana você tem que ser mais eficiente né, então talvez você tem que ter alguns equipamentos também pra facilitar processo, tipo vale o que você consegue de poda de rua (...) o quintal ali do vizinho, ele tá no mato [e] ele quer limpar, você ter uma roçadeira pra você roçar e já passar na máquina. (...) Então a cobertura do solo dá essa pegada muito legal, assim, mas aí é um trabalho, né, uma mão-de-obra, uma dedicação, (...) eu acho que é uma disciplina mesmo (GE., TÉCNICO, 2018).

Ao longo da atividade íamos revezando o esforço empreendido por cada um, sem uma determinação prévia, cada um fazia o que conseguia. Em geral, os homens “picavam a terra”, batidas fortes para cortar a terra e aplainar o terreno, as mulheres desfaziam os torrões e juntos íamos dando forma aos canteiros. No curso da atividade L., de forma leve, assumia um papel de cobrança coletiva, quando Mag. saiu para tomar seus remédios ela coloca “a da próxima vez desce com os remédios que for tomar”. Ou, quando Á. foi avisar sua esposa que a gente iria almoçar lá, ela já pontuou que não era pra ele “enrolar pra descer de novo não”. Ao fim, fomos mais eficientes do que imaginávamos e em uma manhã fizemos todos os canteiros do lado esquerdo da parte debaixo do terreno, “foi um mutirão legal demais assim, deu pra ver a força do coletivo [...] foi bem legal porque tinha um número legal de pessoas e aí cada um fazendo um pouquinho, então o trabalho saiu até a mais do que a gente esperava né. A gente achava que ia fazer um, dois canteiros e nós fizemos mais” (GE., TÉCNICO, 2018).



*Figura 11: Mutirão de construção dos primeiros canteiros*

*Fonte: Elaboração Própria*



*Figura 12: Experiência da cobertura de capim em um dos canteiros*

*Fonte: Elaboração Própria*

Passados dois dias do mutirão Á. me liga para perguntar como estava a possibilidade do empréstimo de dinheiro para auxiliar no desenvolvimento da horta. Estavam precisando de recurso para comprar o esterco para colocar nos canteiros já prontos, antes de plantar. Respondi dizendo que tínhamos uma sobra do caixa do AP que já havíamos acordado de ser transformado em um fundo rotativo solidário. Ao longo da conversa, Á. comenta sobre o fato da configuração do grupo ter mudado, “o grupo mesmo agora sou eu, An. e L.”.

No domingo, ao encontrar com L. falo para a gente reunir e ela me pergunta, “comigo, Á. e An.? Porque somos nós que estamos tocando”, pergunto o que aconteceu

com Mag. e ela conta, “nós chamamos ela todo os dias, mas ela só foi o dia que você tava aqui”.

Na reunião, estiveram presentes então L., An. e Á, faço o empréstimo do dinheiro do fundo rotativo solidário do AP, repassei R\$250,00 e fizemos um caderno para anotar as entradas e saídas, bem como para anexar os recibos e notas à medida que o dinheiro fosse sendo usado.

Decidiram que o primeiro investimento seria a compra dos sacos de esterco para misturar nos canteiros. Á. fala sobre comprar mudas, “[a] semente sai mais caro, você perde muito e demora 60 dias e as mudinha uns 30 dias”. As decisões de utilização do recurso implicam pensar não apenas no preço dos insumos em si, mas no grau de relevância, no tempo de retorno e aproveitamento dos mesmos.

Nesta reunião, aproveito para colocar ao grupo sobre meu mestrado e a decisão de acompanhar a experiência deles de construção da horta enquanto parte da pesquisa. Após a reunião, enquanto ajeitávamos o jantar, perguntei para L. sobre a relação de O. e G. com a horta, “O. só ajudou aquele dia mesmo, não é do grupo” e “G. ajuda, mas como está com as meninas e com o salão de beleza, não consegue acompanhar”. Sobre a relação da comunidade com a horta ela diz que tem sido positiva, que as pessoas parabenizam, elogiam e complementa rindo que “alguns perguntam se vai poder pegar de graça”. E expressa “a gente se diverte, é uma terapia pra nós”.

No dia seguinte Á. chega cedo na casa de L. para irmos comprar os sacos de esterco e pegar uma doação de mudas de couve com um conhecido de A., que morava no bairro ao lado. Voltamos sem o esterco, mas com algo em torno de cem mudas de couve. Os demais estavam lá trabalhando na formação de mais canteiros, agora do outro lado. Assim que chegamos L. me apresentou Mr., tio do P., outro agricultor da ocupação, e disse que ele queria entrar para a horta, “falei pra ele esperar você chegar, que você vai explicar tudo direitinho pra ele”. Um pouco receosa de assumir esse papel de direção, de dizer das normas do processo, pergunto o que eles já haviam conversado. L. diz que já haviam conversado sobre ter compromisso e sobre a organização do trabalho, de trabalhar todos os dias, sobre o horário e as faltas, depois me pediu que eu explicasse a questão do dinheiro. Conteí sobre a ideia do fundo, como funciona e o que já havia sido emprestado até então. Aproveitei também para trazer a intenção de construir a horta em uma perspectiva agroecológica. Acabei sendo bem sucinta, porque não estava sabendo muito bem como agir naquela situação e algumas brincadeiras me deixaram desconfortáveis na

hora, como um deles disse, “a V. vai me dar um adiantamento” e “já tô querendo ver minhas férias”.

Fomos, então, eu e L. ver a possibilidade de conseguir esterco com um moço que mora ali na ocupação mesmo. Neste momento acabou sendo um pouco estranho a tratativa com o dinheiro, às vezes por ter sido a primeira vez que estávamos naquela situação, percebi que a L. ainda transferia o poder de decisão sobre como usar o dinheiro para mim e tentei desconstruir essa ideia. Negociamos sete sacos de esterco.

Nos dias seguintes An. e Á. foram para uma viagem à São Paulo junto com o pessoal da REDE para conhecer as experiências de trabalho com agroecologia e sistemas agroflorestais. Durante essa semana L. ficou com a execução da tarefa principal na horta, que era molhar os canteiros que estavam agora estercados para prepará-los para receber as mudas na semana seguinte. Em entrevista An. relata um pouco sobre a viagem:

(...) quando eu fui lá na agrofloresta, vi a forma deles plantar lá, (...) eles não desmatava (...) fazia a poda (...) fazia as hortaliça deles lá e plantava e coia aquilo ali e deixava a agrofloresta subir de novo (...) imagina se todo mundo pensar de tratar o meio ambiente, não colocar fogo na mata, tipo pegar e plantar só e juntar o mato, deixar o mato apodrecer, cobrir os canteiros com o capim igual eu cobri, inclusive até o P. tá fazendo isso agora também (...) ele [moço responsável pela agrofloresta visitada] que fundou lá, chegou pegou aquela terra que num dava nada e todo mundo viu ele trabalhando lá (...) entrou igual doido no meio da terra, só ele, sozinho (...) no caso meu igual, eu tenho meus problema eu sei (...) todo mundo pensa que eu sou um doido sabe, só eu trabaiano naquela horta, (...) todo mundo pensa que eu sou igual ele, mas eu queria ver, fazer uma forma de todo mundo pegar e comer as verdura tudo sem agrotóxico nenhum (AN., TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

Ao chegar na ocupação encontro com L. molhando os canteiros e pergunto onde estava An., ela responde que o chamou várias vezes no portão, mas ele não atendeu, “se você quiser tentar”. Vou até lá para chamá-lo, ele não atende, então resolvo ligar, quando ele me atende pergunto se ele está em casa e se ele vem para a horta hoje, ele responde que não sabia que ia ter trabalho na horta hoje, mas que vai fazer um café e nos encontra lá.

Pergunto para L. qual é a tarefa do dia e ela aponta a necessidade de fazer a cobertura de capim nos canteiros novos que já estavam estercados. Para fazê-lo começamos a capinar o canteiro do outro lado da rua. Então, aparece um senhor que estava ali de passagem, nos elogia, puxa assunto e, por fim, coloca “gosto de gente trabalhando, vou dar uma foice e uma enxada para o grupo de vocês”. Em seguida chega Pa., outro morador da comunidade, começa a conversar e de repente pega a enxada e começa a capinar com a gente, fala que tem uma hora antes de ter que ir buscar as crianças

na escola e que vai usá-la para ajudar um pouco. Depois, K. ao passar por ali, pergunta curiosa sobre a cobertura de capim seco.

Nos dias seguintes é feito o plantio das mudas de couve. Uma vez que a horta já estava implementada, o problema dos bichos que entravam na mesma, como galinhas para ciscar, se afirmava como prioridade. L., então, consegue material de doação para a construção da primeira parte da cerca.



*Figura 13: Plantio de couve*

*Fonte: Elaboração própria*



*Figura 14: Construção de parte da cerca da horta*

*Fonte: Elaboração própria.*

### **3.3 A manutenção: a complexidade da atividade e os problemas práticos**

Após a implementação da horta, as atividades passam a ser mais de manutenção da mesma, como aguar a todos os dias, afogar a terra, fazer a poda, tirar as mudas, refazer os canteiros, dentre outras. Nessa toada, novos problemas práticos começam a surgir e, sendo agora necessário um cuidado diário, era preciso uma nova organização do trabalho.

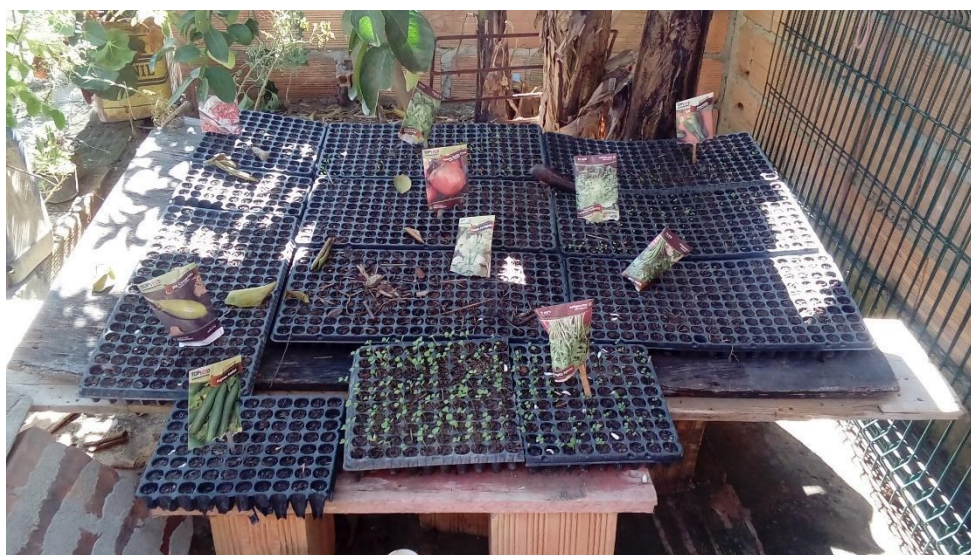
Ao chegar na ocupação fui visitar L. que estava de cama com dores na coluna. Ela conta que no dia anterior devastaram o matagal todo da parte debaixo da linha de transmissão, pois ganharam do pastor da igreja da comunidade uma foice para a horta, que agora estava com Be. para amolar. A sobra do esterco que foi comprado e ainda não utilizado, estava sendo roubado e por isso decidiram jogá-lo nos outros canteiros, mas estavam com receio de Á. achar ruim, pois tinham planejado de distribuí-lo próximo ao pé das mudas que fossem plantadas.

Além disso, conseguiram doações de materiais para fazer a cerca do outro lado do terreno e as mudas foram atacadas por formigas. Começamos então a pensar em soluções para este problema. A curto prazo teríamos que acabar com os formigueiros, mas, ao mesmo tempo, tomar outras medidas, pois o aparecimento de formigas tem a ver com o fato de provavelmente o solo ainda estar pobre. Então levantamos quatro possibilidades: 1) fazer a adubação verde na parte do terreno que não tem canteiros; 2) aplicar o chorume (biofertilizante natural produzido na decomposição de matéria orgânica feita pelas

minhocas); 3) fazer preparados naturais que afastam as formigas com ingredientes como cinza, fumo, mamona, óleo de nim, entre outros; e, 4) plantar ao redor do cercado plantas repelentes, como batata doce.

Conversamos também sobre a compostagem, pois nesta semana havíamos recebido a notícia da aprovação do projeto Lixo Zero Tomás Balduino<sup>26</sup> que escrevemos para reestruturar e transformar a coleta da comunidade em coleta seletiva. Depois pensamos a possibilidade de comprar uma bombona para armazenar a água cinza da rua Pará que é dispensada no terreno da horta e fazermos um sistema provisório de irrigação. JP, morador da comunidade, disse que vai doar dois ou três aspersores para a horta.

L. fala também das bandejas de sementeiras que arranhou no lixo para fazermos mudas com as sementes que haviam ganhado e assim economizar um pouco. Para fazê-las buscou uma terra que fosse boa. Ela conta que pegou um pouco da terra da sua horta e misturou com a terra do lugar onde havíamos capinado outro dia, um pedaço que ela observou que estava bem forrado de folhagem e cheio de “cocoquinho de minhoca”. Comentou também que Al., morador da ocupação, falou que “terra virgem assim que é boa de tacar o adubo por cima e depois vem revolvendo a terra pra ele ir entranhando”.



*Figura 15: Bandeja de sementeiras*

*Fonte: Elaboração própria*

---

<sup>26</sup> Nesse período iniciamos na comunidade o projeto Lixo Zero Tomás Balduino, apoiado pela CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviços, que tem por objetivo, a partir do trabalho de coleta de resíduos já desenvolvido pelos moradores do assentamento Tomás Balduino, aprimorá-lo tanto no que diz respeito a fornecer melhor infraestrutura para o catador realizar seu trabalho, quanto facilitar para os moradores a separação dos resíduos e, assim, avançarmos no aproveitamento de resíduos gerados na comunidade.

Nos dias seguintes terminam de cercar o outro lado e de fazer o plantio de mudas em todas as dez sementeiras. L. conta que colocou borra de café sem açúcar dentro dos formigueiros e que plantaram novas mudas de couve retiradas do seu quintal para testar se o controle das formigas com a borra seria suficiente. Comento sobre ter lido a seção de controle de pragas da apostila de agroecologia que entregamos ano passado e ela diz que também leu e fala sobre as possibilidades de plantas repelentes. Reforço a ideia da adubação verde, que poderíamos plantar as sementes da crotolária do seu quintal para já prepararmos o terreno da parte de cima e ela comenta que colocou na horta as galhas que podou de sua crotalária.

G. sugere colocarmos remédio para acabar com as formigas, um tipo específico que alguém havia sugerido e que não atrapalha a terra para plantar depois, L. complementa, “formicida”, e, depois An., “é um que ele não faz mal pra terra não porque é tipo umas raçõzinhas que as formigas pegam e carregam pra dentro do formigueiro”. Na semana seguinte o formicida foi aplicado. Levei uma cartilha sobre adubação verde, conversamos sobre o chorume e a composteira e chegamos à conclusão que seria interessante fazer a mesma direto na terra pela facilidade de cuidado e por uma questão de maior capacidade produtiva de composto. Porém, Á. ressaltou que de qualquer forma seria bom ter também o minhocário, pois com este, para além do composto, conseguiríamos captar o chorume produzido. Concordei e disse que poderia passar para eles o minhocário da minha casa.

Á. conta que teve que voltar a trabalhar em Moeda, pois não conseguiu emprego aqui e precisa “sustentar a família”. Aponta que gostaria de utilizar o que sobrou do dinheiro para comprar mais esterco e mudas para que a produção comece a dar retorno mais rápido e, assim, ele possa gerar sua renda através da horta. Porém, L. e An. discordam, pois acham que têm outros gastos prioritários como comprar uma nova mangueira, já que até hoje estavam usando a do An. que é muito pesada para carregar todos os dias, causando dores na coluna de L. e, também, porque acabava tendo que arrastá-la, entregando-a aos poucos. Além disso, disseram que era prioritário melhorar a cerca, pois os animais, como cavalos e galinhas, estavam comendo as plantas. E, por fim, colocaram que não adianta gastar dinheiro comprando mudas antes de resolver o problema das formigas e que não acham que tem que construir novos canteiros enquanto não conseguirem fazer os primeiros produzir.



Neste momento, L. se direciona a mim para dizer que eu que autorizo como o dinheiro vai ser utilizado. Entendi que essa foi a forma de pedir que eu intermediasse o conflito de interesses, porém na época não achei adequado assumir esse papel e reforcei minha posição de que eles têm que conversar entre si e administrar juntos o uso do recurso. Coloquei que uma hipótese de solução seria pensar um planejamento da produção e um planejamento financeiro para tomar as decisões.

Comentei que havia falado com Da. da REDE sobre a questão com as formigas e ela sinalizou que eles poderiam ir até lá no dia seguinte para ver isso. Perguntei se eles estariam na comunidade e se podia confirmar a vinda de Da. e Ge. para darem algum auxílio, inclusive nessa questão de planejamento da produção.

No dia posterior Ge. e Da. foram até a comunidade, foi feito o plantio das crotalárias em volta de todo o perímetro da horta e colocaram mais forragem de capim nos canteiros. Ge. indicou que fizessem plantio de rameiras próximas as cercas para fazer uma espécie de cerca viva, da qual os cavalos poderiam se alimentar e não estragar a horta. Plantaram também várias mudas retiradas do próprio quintal de L. para aumentar a biodiversidade, o que é importante tanto no sentido de nutrição do solo e controle de pragas, quanto um ganho na capacidade produtiva, como traz Ge:

(...) você plantar diversificado, pensar na ideia de sucessão, de estratificação, que é: você planta um pé de couve, planta um pé de alface, a couve vai crescer ali e o alface sai mais rápido e num atrapalha a couve (...) isso te dá uma eficiência na área (...) se você for plantar só o alface, com quarenta dias cê vai colher só o alface e num vai ter mais nada. Dá pra plantar e com quarenta dias cê vai ter a alface, com noventa dias cê já colhe o brócolis, e aí vai a sequência. Isso foi legal de... com eles, mas é um desafio assim, é uma coisa que a gente tem que tá praticando e aprendendo mesmo né na prática, construindo conhecimento mesmo e aí ver qual que é o consórcio que dá mais certo” (GE., TÉCNICO, 2018).

Sobre a aplicação do formicida, Ge. e Da. disseram que não necessariamente seria ruim, mas que é importante ter em vista que ele é apenas um paliativo e que as formigas provavelmente vão voltar senão fizer o controle. Deram três litros de chorume para eles usarem e sugeriram que eles ainda não avançassem para a parte de cima do terreno, que era importante consolidar a produção na parte debaixo primeiro, mas que poderiam, por enquanto, trabalhar nela com a adubação verde. L. manifesta receio da reação de Á. “porque não era assim que ele queria, mas somos nós que tamo cuidando, então ele tem que aceitar, não é só do jeito que ele quer.”

An. comenta que em alguns canteiros teve que tirar um pouco de capim, “algumas plantas não gostaram, estava sufocando-as, falou também que “é desperdício plantar na

sementeira, as próximas vou tacar tudo direto nos canteiros” e mostrou como já estavam grandes as que ele fez isso.

Trago para eles a proposta da feira em um evento no mês de setembro, digo que poderia ser uma boa oportunidade para ter uma primeira experiência sem grandes custos e/ou riscos já que era uma feira pontual, sem restrições de produtos e qualidade, mas que para isso teríamos que sentar um dia para organizar a produção e tentar alavancar a horta. Além disso, existia a possibilidade de juntar com outros produtores, não havendo dessa forma uma pressão por uma quantidade de produção que ainda não dávamos conta e poderia ser o início de uma parceria com a ocupação Vitória.

Conversamos sobre o planejamento dos próximos investimentos e apontaram a necessidade de termos mais esterco para refazer alguns canteiros, material para implantar o sistema de irrigação e mudas, pois estas poderiam ir trabalhando a terra antes de colocarmos as mudas pequenas plantadas na sementeira ou as sementes direto, além disso, para ter produto para a feira de setembro as mudas ajudariam a dar uma alavancada.

Depois L. fala sobre a ausência de Á., “assim tá ficando complicado, pesado pra mim e pro An., porque o An. tem os problemas dele, eu tenho os meus...a gente tem que se organizar de novo pra chegar num eixo”. Semana passada, por exemplo, não conseguiu mexer na horta porque ficou por conta das questões do processo da ocupação e se justifica “ou dou apoio pro pessoal ou olho aqui” e, concluiu, “vamo ter que conversar com Á.” An. traz a necessidade de refazer os canteiros, “aqueles canteiros foram mal feito, porque foi na pressa, tem uns torrão muito grande... ficaram muito estreitos... vamo ter que refazer”. E, L. acrescenta que vamos ter que colocar adubo, “tem uns que não tem nada”. Sobre o dinheiro, conta que ainda tem R\$130,00 em caixa e propõe usarmos R\$30,00 para comprar adubo e R\$100 para implantar o sistema irrigação.

Alguns dias depois retornei à comunidade para acompanhá-los na atividade na horta, porém não foi possível, pois An. teve que sair cedo com a família para resolver algo e L. estava se recuperando, no dia anterior passou mal sem conseguir nem levantar da cama. L. falou que plantou bananeiras para dar sombra na horta. Sugeri de quinta refazermos os canteiros que estão ruins e já plantarmos as mudas, ela concordou, mas pontuou que não poderia contribuir muito, pois não estava conseguindo abaixar. Sobre comprar mudas prontas ela disse que acha que podemos primeiro plantar as que estão na sementeira, as que a K. deu, as que estão no quintal dela mesmo e experimentar colocar a semente que ganharam direto na terra.

Na quinta, fui cedo para a comunidade. Ao chegar, encontro An. na rua e vamos tomar um café em sua casa. Ao entrar, Na., sua esposa, e Gu., seu filho, estavam assistindo TV. Tomei café com eles enquanto An. foi ao sacolão. Passado um tempo, W. e Adi. apareceram por lá e perguntaram onde L. estava. Na. conta que a irmã de L. fora internada no dia anterior e nos chama para almoçar com eles. Diante disso, penso que deveria assumir uma postura mais interventora, principalmente para dar início à atividade. Com receio de acabar sendo muito dirigista, faço uso dos objetos intermediários que trazia: o chorume da produção do meu minhocário, o composto da casa do Tu. e as mudas que K. havia retirado de sua horta, em presente para L. Com essas idas do Ge. na comunidade, percebi que esses objetos ajudam também a introduzir ideias e propostas para experimentar juntos, sem recair na abstração.

Ant. me ensina a preparar as mudas de cebolinha para plantar - cortar as folhas, deixando no máximo 3 dedos de altura para cima e cortar as raízes bem rente ao bulbo do talo. Enquanto as preparava, An. fez a dissolução do chorume e aplicou nas mudinhas já plantadas espalhando o composto nos pés das mesmas. Depois fomos nós dois, Ad. e Gu., plantar as cebolinhas e ajeitamos a cobertura de capim, porque nas experimentações essas se mostraram boas para preservar a umidade do solo, mas, ao mesmo tempo, An. constatou que no caso da cebolinha, como “ela solta muita água”, se o capim fica muito próximo, ele parece “sufocar”, “abafar”. Então resolvemos experimentar várias formas. Em algumas partes dos canteiros deixamos o capim, em outra tiramos totalmente, em algumas só raleamos e ainda, em outras, deixamos o capim, mas limpamos o capim apenas ao redor das mudas.

O receio que tive no início, de ficar na direção da atividade, se dissipa completamente no curso da ação. O saber de An. se faz presente e guia a ação. Ao me instruir, ao tecer suas experimentações e reflexões sobre o plantio, ao tomar as decisões mesmo sem certeza, assume o risco de tomá-las. Enquanto plantávamos ele me diz “vocês são como uma família pra gente, cês tão sempre junto aqui, cuidando”, fala como se sente bem com as mãos na terra e depois comenta que resolveu voltar a estudar, “molho a horta um pouco mais cedo e vou pra lá”.

Nesse dia, P. e Le., se aproximam da horta, comentam que as couves estavam bonitas e que também faziam o preparo das mudas de cebolinha do mesmo jeito. Em seguida, ao nos ver colocar o composto, perguntaram o que era. Expliquei que era adubo orgânico produzido a partir do lixo de cozinha e expliquei para ele como fazer uma

composteira. Depois K. chegou com mais mudas de cebolinha e comentou que a mostarda já estava na hora de colher. K. pergunta para P. de onde vem as mudas de alface dele, ele responde que pega com um moço lá de Conselheiro Lafaiete e ela pede para avisá-los quando fosse pegar mais.

Durante a semana eu, L. e K. participamos de uma oficina no Roots Ativa sobre produção, tratamento e armazenamento de sementes; e, produção, retirada e precificação de mudas. L. me pergunta se podia ver com o moço da comunidade que tem a kombi para buscar o esterco. Ela conta que é o mesmo que ficou de ajudá-los a fazer o sistema de irrigação e acrescenta, justificando a necessidade do mesmo, “An. tá molhando só de tarde, porque ele não consegue acordar cedo... daí vai facilitar bem”.

No final de semana seguinte fomos eu, T. e Tu. na comunidade para ver a questão das águas e dos círculos de bananeiras. Quando chegamos L. estava refazendo a horta de sua casa, suas plantas foram todas para horta ou distribuídas, “cada hora um pega uma muda de um cado de coisa aqui”. Levei a bandeja de muda de alface que havia pego para a horta, L. me conta que as que estavam nas sementeiras morreram todas e fala sobre deixarmos um pedaço do lado esquerdo dos canteiros para fazer um viveiro de mudas. Complemento com a ideia de fazermos também o banco de sementes. Depois me mostrou o sistema de irrigação que eles implementaram e colocaram para funcionar, porém só tinha um aspersor lá. Depois An. chegou com os outros, explicaram que não estão deixando lá porque estão com receio de serem roubados. Enquanto estávamos vendo os aspersores P. apareceu e comentou sorrindo, “cadê os pé pra eu levar pra vender lá?” e L. respondeu: “ocê que vai me passar os seus pra eu vender”.

Em seguida fomos eu, Va., companheiro de L. e An. plantar as 136 mudas de alface. A esposa de An. estava lá e me perguntou, “não vai plantar mais pra cima não né? vai ser só aqui embaixo? Porque dá muito trabalho pra pouca gente, tá ficando só mais L. e An. e L. já tem um monte de coisa pra mexer também”. Depois ela fala sobre a importância de cercar melhor para evitar roubos.

Duas semanas depois do sistema de irrigação estar funcionando, W. me mostra os desenhos que L. estava fazendo da horta e ela sem jeito fala “é tava rabiscando [risos]”. Depois, ela me mostra as planilhas que começara a fazer junto com sua filha, Ah. Uma era de registro dos gastos e outra de registro do plantio, da colheita e de vendas. L. fala que estava folheando a apostila de agroecologia que com ela deixamos e foi adaptando a planilha que tinha de exemplo para ter o registro, acompanhar e organizar a produção.

Acrescenta que tem que começar a ler as coisas, que tem preguiça, mas precisa e me mostra todos os materiais que Da. deixou para ela e falo que podemos combinar um dia para estudar os materiais se quiserem. Aproveito para perguntar se ela e An. estavam dando conta do trabalho. Ela diz que sim, que com a irrigação por enquanto estava tranquilo. Em seguida conversamos sobre comercialização, ela diz que “a couve, por exemplo, já tá dando pra vender” e fala sobre colocar na porta da casa dela com o preço igual ou abaixo do sacolão do lado de fora da comunidade. Nesse mesmo dia tivemos também a assembleia comunitária. Va., uma moradora da ocupação, fala que não foi chamada para plantar as mudas e diz que não quer ficar “mantendo a horta”, mas que ajuda a plantar.

Á. conversou com L., disse que vai estar seis dias direto na ocupação e vai aproveitar para “abrir” os canteiros na parte de cima do terreno, mas ela discorda pois pensa que não adianta fazer mais canteiros se ainda não estão dando conta dos primeiros. Nessa semana o grupo faz suas primeiras vendas na comunidade. An. e K. voltam a estudar, começam a fazer o EJA a noite e acrescenta que a esposa de An. comentou com ela que “essa horta foi a melhor coisa que aconteceu pra ele”. Disse que Vt. molhou a horta hoje, que o formicida parece ter funcionado pois as formigas sumiram, mas que agora começou a aparecer pulgões nas couves. An. diz que os pulgões são poucos e fomos aplicar o sabão para afugentá-los e aplicamos o chorume nos canteiros.

No dia 06, 07 e 08 de outubro aconteceu o Encontro Regional de Agroecologia do Sudeste (ERE), uma etapa preparatória para o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) que acontecerá em Belo Horizonte em 2018. A ocupação estava no circuito de uma das rotas de visitas do encontro. Um grupo com pessoas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Vitória e outras cidades de Minas Gerais escolheram conhecer a ocupação, sua história de luta e resistência pelo direito à moradia e à cidade, bem como suas práticas agroecológicas e de agricultura urbana desenvolvidas nos últimos anos. Primeiro D., Ed., eu, Tú. e W. contamos a história da comunidade e da luta. Depois falamos sobre o projeto Agroecologia na Periferia e, por fim, L. e An. contaram sobre a experiência da horta, em seguida, demos uma volta pela comunidade.



*Figura 16: Visita ERE – Encontro Regional de Agroecologia do Sudeste  
Fonte: Lucas Bois.*

L. consegue articular com a prefeitura uma doação de 40 mudas de árvores e, junto de mais alguns moradores, fazem um mutirão de plantio das mesmas na beira do rio na comunidade. Depois conta que a mangueira de água tem ficado lá e que o pessoal tem usado de “lava jato” e complementa sobre essa questão da segurança “levar embora num leva não, porque ela tá toda furadinha (risos)”. W. comenta sobre as crotalárias e eles falam que plantaram um monte lá em volta da horta e ele traz que isso é muito legal porque ela ajuda na prevenção da dengue, zica e chicungunha. Pergunta se tiveram muitos casos na ocupação e L. responde que duas crianças morreram de microcefalia na ocupação ano passado e que tiveram muitos casos de dengue, diz “eu mesma quase morri, tive dengue, zica e chicungunha”.

L. começa a falar de todas as tarefas que precisam fazer, “tem que limpar embaixo da antena e em volta da horta, tem várias coisas pra fazer [...] tem que tirar as mudas de couve que tão dando, tirar as folhas murcha, tirar os pé que já foram pego pelos pulgões, revirar a terra dos canteiros, por esterco e aumentar a altura dos canteiros que deram uma diminuída”. Conta que leu na apostila alternativas de tratamento dos pulgões e que iriam procurar urina de vaca e fazer o preparado de coentro com fumo para experimentar. Contou também que Ah. mostrou a foto que mandei do grupo de zap da comunidade com as possibilidades de consórcios, ou seja, as plantas que são boas de plantar juntas. An.

consegue a urina, dilui a mesma, coloca no borrifador, bate as folhas e queima todos os pulgões.

Telefone para L. para falar da reunião de segunda com a REDE para fazermos algumas oficinas de técnicas de agroecologia para a horta e ela comenta “essa horta tá é dando problema”, diz que teve que ir na casa da mãe resolver as questões de saúde dela, buscar remédios e acabou não indo na horta essa semana, não molhou, nem nada, e completa que P. às vezes liga a irrigação para eles. Depois falou “a horta tá bonitinha, os trem tão tudo crescendo”. Comentei da reunião da feira da UFMG e expliquei um pouco sobre a certificação através do Sistema Participativo de Garantia<sup>27</sup>, mas que depois a gente conversava melhor. Em seguida falou que P. está pensando em ampliar sua horta e uma mulher e um rapaz, filho dela, começaram a plantar morango abaixo da horta do P.

Na semana seguinte encontro com Á. na comunidade. Ele me conta que separou sábado para trabalhar lá na horta, mas que hoje iria dar andamento na construção de sua casa. Neste dia, quando chegamos na ocupação, estavam An., El. e Al, capinando e G. estava comprando alface com An. Logo depois, baiano, esposo da G., começa a capinar a parte de cima e Mag. chega para ajudar também. L. comenta sorrindo, “tá vendo é só um começa [...] hoje eu nem ia mexer aqui não, mas todo mundo tando aqui”. L. me conta que algumas pessoas estavam com a ideia de plantar mandioca ali embaixo da antena, onde não tem horta, pois era uma forma de cuidar da área controlando um pouco o crescimento do mato e ao mesmo tempo produzindo.

Passado uns dias, conversando com L. ela me conta que ela e An. ficaram ontem o dia todo mexendo na horta, que ela está toda doendo, mas que “tava linda, arrumamos tudo”. Fala que fica chateada com o pessoal da comunidade porque alguns “preferem comprar verdura lá fora”. Comenta que as couves estão tomadas pelos pulgões, que vai ter que arrancar tudo porque P. disse que “quando o pulgão entra no olho da couve já era, tem que arrancar o pé mesmo”. Disse que tentaram a urina e a calda e mesmo assim não deu, falei pra gente aproveitar que o Ge. estaria lá para perguntarmos.

---

<sup>27</sup> O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é um sistema de avaliação e certificação de garantia de produção orgânica e de qualidade através da participação ativa em rede de produtores, consumidores e outras partes interessadas, e estão fundamentados na confiança, transparência e na troca do conhecimento. Para aprofundamento no tema acesse: [https://www.organicnet.com.br/site/wp-content/uploads/2020/04/SPG\\_Brasil\\_-\\_E-Book\\_-\\_HirataRocha\\_-\\_IFSULDEMINAS\\_1.pdf](https://www.organicnet.com.br/site/wp-content/uploads/2020/04/SPG_Brasil_-_E-Book_-_HirataRocha_-_IFSULDEMINAS_1.pdf)

Na semana seguinte fomos até a comunidade para a assembleia comunitária e passo na casa de L. para saber como estão as coisas, se o joelho dela estava melhor e se conseguiu fazer os exames. Ao final da assembleia eu e W. fomos conversar com Á. e ele fala que desanimou da horta pois não estavam consultando-o para tomar as decisões.

### **3.4 A comercialização**

O início das vendas e as possibilidades de feiras para comercializar os produtos impõe ao grupo outras necessidades de organização do trabalho coletivo, tanto no que se refere à produção, quanto em relação à gestão.

As primeiras vendas da horta foram molhos de couve dentro da comunidade mesmo. Certo dia L. me mostra animada a caixinha de dinheiro da horta com R\$4,30 correspondente às vendas feitas até então. Pergunto como está funcionando a venda, ela conta que “por enquanto cada um vai vendendo um pouco” e a princípio o dinheiro conseguido será para pagar o empréstimo feito. Fala que P. tem pego alguns produtos com eles para complementar sua banca na feira semanal que participa. Um primeiro problema enfrentado foi sobre as dificuldades de comunicação entre os integrantes acerca das vendas realizadas e o retorno do dinheiro advindo das mesmas. Sugiro fazer uma tabela para cada um anotar as vendas que fizer e no final do mês sentarem para fazer a prestação de contas e juntar o dinheiro. Quanto mais organizado o sistema de venda e de prestação de contas, mais fácil se opera o controle e a cobrança coletiva.

Em setembro entro em contato com duas experiências de feiras que começaram a ser organizadas na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Uma delas a FERIA FaEz, da Faculdade de Educação, a princípio mensal e com edições extraordinárias quando houvesse algum evento na faculdade, que tem a proposta de apoio a pequenos produtores de artesanatos, gêneros alimentícios, medicinais, mudas, dentre outros, com prioridade para aqueles que ainda não têm onde escoar seus produtos. Esta já teria sua primeira edição no final de setembro. A outra, organizada a princípio pelos grupos de extensão da universidade, AUÊ e Colmeia Solidária, foi batizada de Feira da UFMG - Agroecológica, Popular e Solidária e conseguiu com a reitoria autorização para ser realizada mensalmente na praça de serviços, excelente ponto por ser central e ter alta circulação de pessoas. A proposta dessa é atender também pequenos produtores com prioridade para aqueles que tenham dificuldade de escoamento e que estejam em uma situação de maior vulnerabilidade social. Nessa, porém, há um critério de que as



produções sejam agroecológicas ou que estejam em processo de transição agroecológica e há uma restrição, imposta pela reitoria, de não se vender artesanatos.

Na semana seguinte tivemos assembleia comunitária e após a mesma conversei com Le., P. e An. sobre as possibilidades de feiras. An. conta feliz que estão vendendo para o sacolão ali embaixo, P. fala sobre o tamanho dos molhos que eles estão fazendo e mostra com a mão a largura que o molho tem que ter e a medida do anel que forma ao juntar o indicador com o polegar.

Apesar de estar em cima da hora e estarmos em uma semana atribulada de atividades na ocupação, decidimos ir na feira. Nos organizamos e no dia 27 de setembro participamos da nossa 1ª Feira FaEz UFMG. Fomos eu, L., P. e Le., que conseguiram pegar carona com um morador da comunidade que no dia estava vindo trabalhar na Antônio Carlos. Eles estavam com dois sacos cheios de verdura, uma cesta cheia de ovos, uma sacola com materiais para organizar a banca, uma garrafa de café, biscoitos e pães para lancharmos e eu estava com uma caixa cheia de pacotes de café. Por sorte arrumamos uma carona com uma caminhonete que nos deixou na porta da FaE. Chegando lá conversamos com o organizador, arrumamos nossas mesas com os produtos e escrevemos no quadro nossos produtos e preços, baseado nos preços que já praticavam em outras feiras e dentro da comunidade. Apesar da aflição no início, por não saber como seria a saída, transcorreu tudo bem e vendemos quase tudo que levamos.



*Figura 17: 1ª Feira FaEz UFMG.*

*Fonte: elaboração própria.*

No dia 25 de outubro, aconteceu a segunda edição da feira FaEZ, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FaE UFMG. Atrasei um pouco para chegar, mas mandei uma mensagem para L. para eles irem atrás do João, um dos organizadores da feira, e já se organizarem. Assim que cheguei já estava tudo arrumado e os produtos sendo vendidos. P. logo virou para mim e fez um gesto de escrita e falou para eu escrever no quadro ao fundo. Perguntei o que era para escrever e ele respondeu “a primeira coisa é ocupação Tomás Balduino”. Coloquei Produtos Agroecológicos da Ocupação Tomás Balduino e fiz a lista dos produtos e seus respectivos preços. Estavam todos uniformizados, usando a blusa do *Agroecologia na Periferia* ou da ocupação e com um jaleco verde por cima. Dessa vez tinham também pacotes de rosquinha caseira, tinham pentes para colocar os ovos, saquinhos de corallal que a mãe de L. faz, tempero caseiro em potinhos e uma maior variedade de hortaliças. Desta vez Ali. e Ti. do Roots também estavam na feira vendendo mudas e chorume. P. comenta que trocou várias ideias com eles e também com João, organizador da feira, que comentou com ele a possibilidade de trabalharmos com o sistema de cestas de consumo.

Nesta feira eles conheceram uma moça de uma ONG na Pampulha que fez uma proposta de comercialização para eles. Trocaram contatos e algum tempo depois chegaram a visitar o local e fazer uma primeira experiência de venda porém, avaliaram que como era um esquema de revenda não seria muito favorável para eles pois o retorno financeiro ficaria abaixo da compensação dos custos. Neste ponto, acho importante destacar essa função das feiras de fazer contatos e abrir outras portas.

No dia 01 de novembro participamos pela primeira vez da Feira da UFMG - Agroecológica, Popular e Solidária - que também começou este ano, na praça de serviços. Convidei Ad., agricultor da ocupação Vitória, para ir conosco, mas ele acabou não conseguindo se organizar para ir por falta de transporte e o pessoal da ocupação Tomás Balduino chegou bastante atrasado dessa vez, também por causa de problemas de transporte. Haviam combinado com um morador da comunidade, porém, ele não apareceu no dia e tiveram que ir atrás de outra forma. Em cima da hora não era possível pedir para o genro de L., então foram atrás do P., mas sua Kombi estava quebrada. Depois foram atrás do Be., que também estava com a Kombi quebrada e, por fim, conseguiram Vandeir, outro morador para levá-los por R\$50,00.

Além disso, Paulo resolveu vir também para a feira com sua esposa e com todos os equipamentos de trabalho. Eles produzem e vendem acarajé, com isso acabaram

precisando de mais um carro. Eu já estava bastante ansiosa, primeiro porque já estava quase dando meio dia e eles não tinham conseguido chegar e a feira iria até às 16h, 17h. Segundo que, por estar chovendo, fiquei preocupada de não ter muito público e terceiro porque observei que tinham outras bancas de hortaliças.

Ao chegarem, tivemos ainda um problema com a organização da feira porque na reunião não falei da venda de café pois não tinha entendido que precisava falar todos os produtos que levaríamos e, também, por causa do acarajé. No caso desse, era ainda mais complicado porque vieram com estrutura para fritar os bolinhos na hora, inclusive com botijão de gás. Enfim, conversamos, mas o fato era que a feira não tinha autorização para usar botijão de gás. Combinamos então de estar na próxima, no dia 08 de novembro, com os bolinhos prontos e o forno elétrico para esquentar na hora de servir. L. comenta, “nas próximas temos que deixar já um esquema [de transporte] arranjado pra não ter essa dor de cabeça toda”. Ela deu a ideia de ser seu genro porque “ele não tá fichado, tá trabalhando de bico, ai ele pode aproveitar tirar uma graninha e ficar com Br. (filho dele, que dessa vez foi para feira com L.)”. Outra possibilidade que sugeri foi Ah., sua filha, que aprendeu a dirigir e tirou carteira recentemente, “ela deixa a gente, vai pro trabalho e na volta passa aqui de novo”.

Ao longo da feira fomos vendendo os produtos, mesmo com a chuva o movimento estava bom. Le. fala com L. para dar uma pesquisada nos preços das outras barraquinhas de hortaliças. L. vai e na volta conta que viu dona Vera e combinou de tomar um café na casa dela. Disse que os preços estão bem diferentes, por exemplo, a alface que estávamos vendendo por R\$2,00 nas outras barracas estavam fazendo por R\$3,00. Pensei que talvez deveríamos aumentar um pouco para igualar, mas preferi não opinar na precificação.

Le. me ajuda a escrever as plaquinhas com os produtos e preços. Falo com ela para preenchermos a ficha dos produtos que trouxemos, uma ficha de registro distribuída pela própria organização da feira, mas ela diz que isso é melhor olhar com P. Vou atrás dele, mas na hora ele estava vendendo mandioca e observo que ele tem uma balancinha de gancho, mas ela parou de funcionar na hora. Falo com ele do preenchimento da ficha e ele diz que a L. já tem uma tabelinha pronta com todos os produtos, que fez junto com Ah. Depois L. sai para comprar comida para Br., volta com uma mudinha de manjeriçã roxo e comenta sobre o tanto de coisa diferente que viu. Eu e L. observamos como vendeu rápido o pão do moço que estava com a banca na nossa frente, “pão integral!” fala L. e conta que tem buscado receitas na internet.

Mais tarde eu e P. saímos para ir a palestra sobre o Sistema Participativo de Garantia, promovida pela organização da feira para os feirantes conhecerem essa possibilidade de certificação, autogestionada, dos produtos como orgânicos. Para além do certificado em si, pensar o processo em si, de certificação e contínua verificação, é uma forma de organização e construção de uma rede de produtores, uma possibilidade de articulação, de trocas, de formação, de difusão e aprimoramento de técnicas e tecnologias, de profissionalização e promoção da agroecologia.

Enquanto eu e P. estávamos voltando da palestra para encontrar o pessoal na feira, fomos conversando ao longo do caminho e ele falou que teve uma ideia de diminuir os ferros da banca dele para a mesma caber em um carro pequeno. Comentou também do “estalo” que deu nele quando o moço falou de compostar o esterco da galinha para fazer render. Perguntei para ele sobre plantar legumes na horta e ele falou que uma vez colheu umas cenouras grandes lá. Falei que estava pensando que caso fossemos fazer as cestas de consumo seria interessante ter legumes também. P. disse que no dia da feira FaEz, depois que fui embora, eles foram lá no local onde o MST deixa as cestas para o pessoal pegar e disse que observou que a maioria dos produtos eram legumes e então pensou de sugerir deles entregarem cestas de folhosas. Comento que pode ser uma boa ideia porque de fato para a agricultura urbana é mais fácil fornecer folhosas que para o campo por causa da distância e logística de transporte, já que estas são mais frágeis.

No fim da feira, L. me mostra feliz o bolo que Br. ganhou da moça da barraca da frente e nos surpreendemos pois, no final das contas tínhamos vendido quase tudo, sobrou apenas uns cinco molhos (2 de alface, 1 de serralha, 1 de manjericão e 1 de salsinha) que dividimos entre eu e Pa.. L. fala que vendeu todas as rosquinhas, os 28 pacotinhos que levou, “quer dizer só de rosquinha fiz 140,00” e fala que na próxima vai fazer uns biscoitos igual da dona Ve. de polvilho doce e de nata. Sobrou também metade dos temperos e do coloral. Perguntei para L. se não estava caro e ela respondeu que viu uma moça vendendo um pote de 500g por R\$15,00 e que o potinho dela tinha umas 250 a 300g, então estava equivalente.

No dia seguinte fomos até a comunidade e L. comenta que estava bem cansada do “batidão” de ontem, mas que tinha valido a pena, e que chegaram já era 21h em casa. Le., L. e Ah. estavam fazendo as contas da feira de ontem. Enquanto isso ficamos conversando com P. e ele comentou que observou que nem tudo era orgânico na feira pois conhecia o moço que estava vendendo de tempos atrás, do CEASA. Lembro que foi o mesmo que na

hora da palestra, ao se apresentar, colocou que eles ainda estavam em processo de transição para agroecologia e comentei sobre esse entendimento dos organizadores da necessidade de não excluir agricultores que estão em fase de transição. Depois Paulinho falou “essa semana foram duas pancadas”, se referindo à ter conseguido de graça uns arcos para fazer uma estufa e à feira que “deu uma boa renda, aprendizados e relações (...) só essa idéia de compostar o esterco de galinha já valeu (...) quer dizer se eu compro três sacos, eu faço virar seis e ai já economiza, cada dia a gente aprende uma coisa nova”.

Começamos a conversar sobre produzirmos também nossos próprios insumos - o adubo, as mudas, as sementes – que isso nos possibilita maior autonomia e economia. Além disso, conversamos sobre a questão das sementes produzidas pelas grandes empresas serem modificadas geneticamente de forma que elas tenham uma morte programada, ou seja, elas não se reproduzirem. Ademais, fazem com que a planta que vai nascer dela seja dependente dos agrotóxicos e que por isso era importante também termos nossas próprias sementes e participar das trocas que acontecem nas feiras e eventos de agroecologia. Depois P. comenta que sentou com sua esposa e sua filha e conversaram sobre “todo mundo entrar de cabeça nessa coisa da horta (...) enquanto um tá plantando o outro tá molhando, o outro preparando o canteiro, o outro vendendo e assim vai indo” e conta que levou sua família para comer uma pizza e tomar uma cerveja.

Na semana seguinte L. me liga para saber da reunião do dia seguinte, da Feira da UFMG, e me pergunta se teria problema ela faltar dessa vez porque conseguiu consulta no posto para olhar suas dores no joelho que estão muito forte, teria que fazer um remédio manipulado, exames de raio x e sessões de fisioterapia. Respondo que tudo bem, que era melhor ela cuidar das questões de saúde dela. Depois me conta que as moças do CRAS estiveram lá e compraram verdura da horta e que ela vendeu fiado. An. questionou, mas nesse caso ela achava que deviam confiar e ceder pois são funcionárias de um serviço público que ajuda a comunidade.

Com o avançar da produção e o início do processo de comercialização, sentimos a necessidade de reunirmos para planejar melhor a produção, uma vez que em algumas feiras tínhamos poucos produtos para levar e, por outro lado, nos intervalos entre as mesmas havíamos perdido vários pés de alface, como coloca An. “plantei um tanto de alface perdeu, vendeu um bucado, um tanto até bom, mas perdeu muito também, mas eu num tava plantando certo também, vão supor 50 de alface, 50 de brócolis”.

Antes da reunião An. me mostra seu caderno do EJA e me pede ajuda para fazer os exercícios que estava com dúvida. Apesar de estar preocupada com os horários, não pude deixar de dispor meu tempo. Não faria sentido tocar uma reunião cheia de números, tabelas e leituras. Uma das perguntas do exercício era se o trabalho era longe ou perto de sua casa e ele responde “meu trabalho é a horta, então é perto”.

Enfim, começamos a nossa reunião e pudemos conversar sobre as relações internas do grupo e sobre a organização financeira. Percebi que Ah e L. já tinham um esquema bem organizado delas. Em seguida, conversamos sobre a necessidade de avançarmos, no sentido de construir um planejamento da produção, pois, ao pensar sobre nosso cultivo e a possibilidade de levar algo para a próxima feira, percebemos que não seria viável. Eles colocaram que as couves foram atacadas pelos pulgões novamente, as alfaces estavam boas, mas até lá talvez já estariam melando e os outros cultivos ainda não estariam em ponto de colheita, teríamos apenas a cebolinha.

Começamos então a consultar as fichas técnicas das plantas na apostila para saber se teria alguma possibilidade de plantar essa semana ainda, para colhermos para a feira, e ficamos assustados com o nível de planejamento e organização que precisávamos ter ao ver os tempos entre o plantio e a colheita de cada planta pois alguns são bem longos, como o alho poró, que eles plantaram algumas semanas atrás, mas que demora por volta de seis meses para estar pronto. Nada que plantássemos agora teria tempo suficiente para estar pronto para a colheita na data da feira. Combinamos então de iniciarmos um planejamento pro ano que vem para termos, assim, uma constância e um controle maior da produção.

Em algum momento durante a conversa os chamo de grupo. An. olha para mim e levanta os dedos fazendo um sinal do número dois e pergunta “grupo?”, eu respondo “uai é um grupo”, L. complementa, “mais de um é grupo”, ele ainda resistente “grupo tem que ser mais de dois”.

Depois L. veio me perguntar se eu estaria na oficina do dia seguinte para poder ajudá-los a preencher a “ficha de cadastro” da feira da UFMG porque eles estavam com dúvida. Em seguida, Le. e P. me chamaram para confirmar a data da próxima feira e pedir a blusa do Agroecologia na Periferia. P. comenta que faz diferença usá-la na feira e Le. complementa, “as pessoas olham mesmo”. Normalmente ele vai com a da ocupação e falo que é uma boa também porque as pessoas ficam curiosas e é uma forma de conseguirmos apoio para a luta. Le. concorda “é boa também” e P. concorda, mas diz, “é,

mas essa [a do AP] chama mais (...) o pessoal já olha, até pra ir nas minhas outras feiras é bom”. Por fim, L. e An. não conseguem estar nas últimas feiras do ano. P., Le. e Pa. continuam indo.

### **3.5 As transformações do grupo**

A figura a seguir (18) é uma composição de 3 representações correlacionadas: as transformações do grupo, as etapas do processo de constituição da horta e a linha do tempo com alguns marcos temporais:

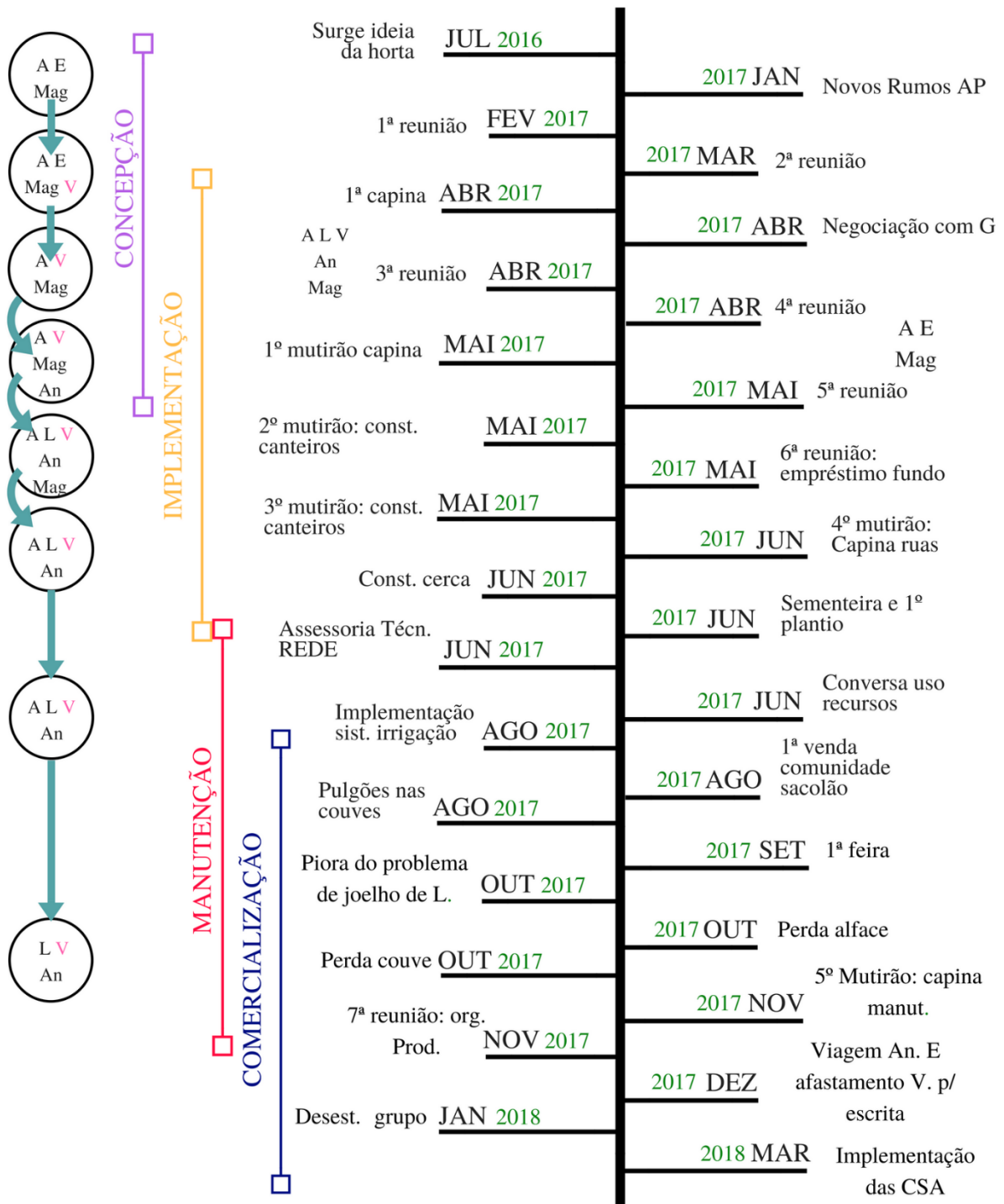


Figura 18: Etapas do processo de constituição da horta coletiva e transformações no grupo produtivo  
 Fonte: Elaboração própria



Nesse sentido, podemos ver: i) à direita, tem-se uma linha do tempo com marcações temporais de alguns momentos significativos na história de construção da horta e do grupo; ii) no meio as linhas coloridas demonstram as etapas desse processo: concepção, implementação, manutenção e comercialização; e iii) na lateral esquerda, um desenho que visa explicitar as transformações do grupo, no qual as letras são as iniciais dos integrantes do grupo, que vão se alterando em cada novo círculo, sendo eu representada pela letra V. única de rosa, pois sou a única que não mora na ocupação. Nota-se que é nas etapas de concepção e implementação que o grupo passa por mais modificações, em termos dos membros que fazem parte deste, alcançando certa estabilização a partir da etapa de manutenção. A linha da comercialização continua para além daquela referente à manutenção, pois esta última se interrompe com a desestruturação do coletivo, ao passo que a comercialização se configurou e continua independente da experiência da *horta comunitária-agrupada*.

Ao longo do desenvolvimento da horta, o coletivo se modifica por diversas vezes. A cada entrada ou saída de uma pessoa no coletivo, como foi representado abaixo na figura 19, ou ainda, a cada transformação da atividade ou dos seus integrantes - questões de saúde, familiares, etc. - são necessários ajustes que permitam sua continuidade e produção.

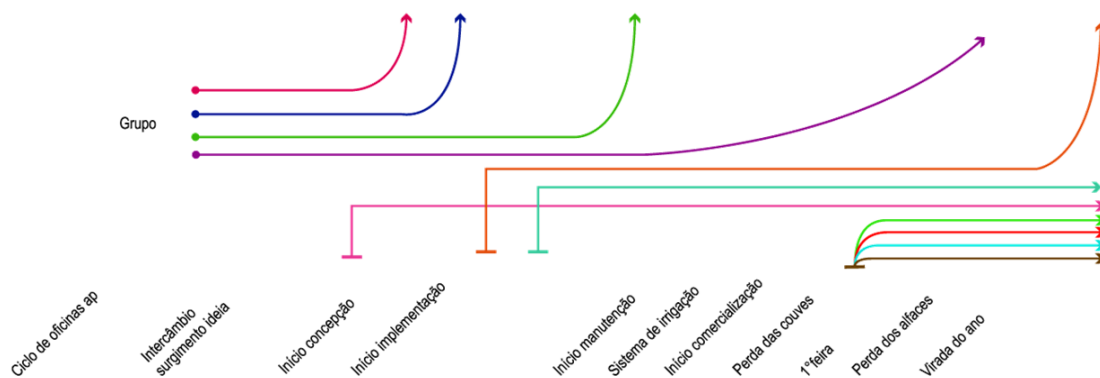


Figura 19: Representação gráfica do fluxo de entrada e saída do(a)s participantes da processo de constituição da horta coletiva. Fonte: Elaboração Própria

A princípio, se constitui a agregação de algumas pessoas em torno de uma ideia. Passado um tempo essa se transforma em um projeto elaborado por um dos moradores integrantes do grupo, projeto esse que consegue conferir uma unidade inicial. Porém, a medida que vamos coletivamente conformando um planejamento, as singularidades de cada um vão se revelando e se faz necessário, assim, a consideração, negociação e

articulação das mesmas para que uma primeira composição e organização do grupo seja possível (CALLON, LASCOUMES, BARTHES, 2001).

A questão mais expressiva nesse primeiro momento, da concepção, era o fato de ter apenas Á. enquanto homem no grupo, o que trazia a questão de gênero como elemento constitutivo do grupo, como coloca Mag. nas primeiras reuniões. Duas consequências dessa questão de gênero colocada na organização do grupo podem ser levantadas: i) o ritmo das atividades de implementação que ficava atrelado à disponibilidade de A. pois o grupo entendia que sua presença era necessária nesses dias, por serem atividades que exigiam maior força física e, em consequência disso, ii) a questão da impossibilidade da presença cotidiana do mesmo, uma vez que trabalha em outra cidade, o que causava certo receio nas mulheres que estariam sozinhas nessa condução.

Então decidimos iniciar os mutirões porque assim talvez já apareceriam interessados em se juntar ao grupo. Porém, logo ao iniciar as primeiras atividades de implementação, E. decide sair, o que acaba tornando a necessidade de inclusão de nova pessoa, uma condição para o prosseguimento da atividade. A saída de E. abala Mag. que me diz estar pensando em desistir do processo porque ficaria então só ela e Á., o que inviabilizaria o trabalho. Diante disso, convidamos An. para participar, que disse ter interesse e disponibilidade e que seria terapêutico para ele. Mag. traz a necessidade de ter mais uma mulher no grupo, "tem que ter uma mulher pra ser minha parceira, porque senão só eu no meio desse monte de homem que que eles vão pensar".

As principais questões que aparecem nesse processo, que dificultavam a organização do trabalho, eram referentes às limitações de saúde de cada integrante e à disponibilidade de tempo que os mesmos tinham para a horta, devido aos outros afazeres cotidianos:

Quando tava com as mulheres o que foi sugerido né elas iam aguardar e dar manutenção serviço bruto era feito por mim [...]: E depois quando começou com a L. né eu e o An. nós limpava os canteiros e ela plantava o que ela desse conta de fazer então era assim isso já era numa terceira formação de pessoas né. Com a L. agora num é a primeira formação de pessoas é a terceira, a primeira era a que falei com você, segunda geração eu e as meninas, a terceira geração eu, L. e An., entende? Então era assim cada um fazia de acordo com o tempo e com a condição física (A., TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

Até que pouco tempo depois do início das atividades de implementação, Mag. decide sair. Em entrevista posterior ela pontuou algumas questões que a fizeram sair, dentre elas a organização do trabalho, "ai é onde que a pessoa desanima (...) porque tem uns que trabalha mais e tem uns que não faz nada pra ajudar (...) nós capinou, ai daquele

entusiasmo todo foi e parou, pra continuar do jeito que ele tava querendo num dava não, mexer só final de semana” e a falta de recurso;

(...) aos pouquinho ele ia pagando os pouco, mas é aonde que eu saia mais fora por conta disso, porque não dava, não dava certo, porque do momento que ele quer tirar empréstimo, tem que tirar, tem que pagar, mas tinha que sair tudo disso ai, porque nem eu, nem a menina tinha condição pra repor no início e nem depois no início, nós tinha que ir na sorte (...) arriscar, plantar e arriscar pra ver se ia colher mesmo, mas ai no início eu já vi que num ia dar certo, porque ele queria tirar mil e pouquinho... (MAG., TOMÁS BALDUÍNO, 2018)

Se inicia, então, uma nova fase com os três, An., L. e Á. que conseguem se recompor e finalizar a implementação da horta. Porém, dado o início das atividades de manutenção e a constante ausência de Á., o grupo começa a atravessar por questões de conflito interno devido a choques na dimensão do projeto. An. e L., que estavam no cotidiano da atividade, passam a tomar decisões de acordo com as necessidades que surgiam em relação ao dia-a-dia do trabalho, ou seja, desde o ponto de vista da atividade, o que acaba, em alguma medida, excluindo Á. de parte dessas decisões e alterando o curso do que ele havia projetado:

(...) eu não tive mais tempo (...) que na época a Ci. [sua esposa] num tava trabalhando num tava fazendo nada, era só ela tava grávida e tal depois ela ganhou o Ar [seu filho] de novinho sabe aí o que acontece eu fiquei muito ausente sabe, ai toda vez que eu podia eu vinha (...) fazia sem me consultar, sem falar nada comigo (...) ela tomou muita decisão, então essas coisa já que tá tomano decisão sem me consultar e tá dano certo deixa pra lá, eu num achei ruim hora nenhuma foi até bacana porque começaram a andar sozinho, então foi assim. L. e An. nós nunca desintendemo, pode acontecer de um num concordar com outro, num animar mais (A., TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

Por exemplo, quando no processo de tomada de decisão sobre o uso do recurso, Á. entendia que o mesmo deveria ser utilizado para comprar insumos e materiais para fazer novos canteiros e ampliar a horta. Por outro lado, L. e An., acreditavam ser melhor fazer um reforço na cerca da parte debaixo e melhorar nas condições de trabalho, através da implementação do sistema de irrigação, caso aprofundado no capítulo seguinte.

Chega, então, um momento em que Á. toma a decisão de se retirar do processo e L. e An. continuam. Neste período atinge-se uma nova composição e estabilização do coletivo, até que L. começa a ter sérios problemas no joelho, ficando impossibilitada de executar a maior parte das atividades porém, ela permanece auxiliando principalmente na organização do trabalho, como traz An.:

grupo aqui num vai pra frente não, grupo aqui era só eu e a L., era minha diretora, engenheira (risos) ela é uma engenheira! (risos) nós que cortava os canteiro, afofava, ela vez em quando ia lá e arrancava um matim, mas depois ela travava tadinha (risos) / L: dava lá o apoio moral, pelo menos eu ficava lá

com ele... / A: é / L: escorada, mas ficava (risos) (AN. e L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

Porém, na virada no ano, a somatória de alguns fatores leva a uma desarticulação do coletivo. Este caso é aprofundado no capítulo seguinte, algumas intercorrências comunitárias, a agudização do problema do joelho de L., a chegada de dezembro e com ele as festas de fim de ano, as férias e as chuvas. Na época eu estava começando a me afastar para iniciar o processo da escrita e An. viaja por quinze dias com a família e no seu retorno a horta havia sido engolida pelo mato. Esse acontecimento o deixa bem triste e então An. decidir sair, como coloca em entrevista,

Eu fiquei muito assim é triste de ver a horta do jeito que tá né, não posso fazer nada mais (...) eu tinha até empolgado até mais pra frente, tava até hoje na horta, só que como através dos meus problemas que eu tive, não deu pra ir pra frente (...) ai vai tipo abala o psicológico da gente, se a gente empolga com aquilo a gente quer ir até o fim né, mas depois quando machuca, machuca duma vez (...) fiquei triste de ver a horta daquele jeito cheio de mato e tipo só eu viajei, só tava nas minhas costa e da L., pessoal num tava nem ai, o que me enfraquece mais é isso ai, cabeí, caba doecendo a gente mais (...) pensa que a gente tá fazendo a coisa lá, que se eles pensasse que era pro bem deles taria ajudando a gente (AN., TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

Além disso, sua aposentadoria se encerra e ele começa a procurar um emprego: “tô querendo serviço pra fichar, se eu tivesse aposentado, INSS botou pra rua, dinheiro nada, se eu quiser vou ter que recorrer de novo, falou que eu tava bom pra trabaiá (...) vou começar a trabalhar, agora tô mais mió”. Com a saída de An., L. fica impossibilitada de dar prosseguimento, embora quisesse continuar, “eu não queria que acabasse não, mesmo que eu não tô aguentando, mas nós vamo arrumar quem? Quem que nós vamo arrumar? Quem?”

#### 4 Dos trabalhos coletivos aos coletivos de trabalho

Essa pesquisa se constrói a partir da inquietação constante de nossa atuação, enquanto *Agroecologia na Periferia*, nas ocupações urbanas, e do acúmulo coletivo de anos de ação e reflexão contínuas, de formulação política e técnica. Partimos, igualmente, da dissertação de Valle (2015), que realizou seu estudo de caso também na ocupação Tomás Balduino. Utilizando-se dos conceitos de agregação e composição de Callon, Lascoumes e Barthes (2001), Valle (2015) afirma que, para os mecanismos de mobilização/participação (assembleia, mutirão e coordenação), implementados pelos militantes nas ocupações urbanas, como forma de potencializar a resistência, transitarem de estruturas de representação e controle social para fóruns híbridos, ou seja, caminhar de uma democracia representativa para uma democracia dialógica, seria necessária a transição do conjunto de pessoas que se agregam na luta pela moradia para um conjunto composto por identidades coletivas emergentes, orientadas para iniciativas produtivas que respondam às necessidades cotidianas.

Por regime de agregação, entende-se o processo em que indivíduos se agrupam e se edificam em torno de uma questão unitária, sobre a qual é construída a estrutura representativa (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001). Já no regime de composição:

[...] as singularidades, ao invés de serem deixadas de lado, são reivindicadas e a afirmação de seu conteúdo constitui a substância do debate político. [...] Nesse regime, a substância não está em contar as vozes que são feitas formalmente idênticas para fazer surgir, para além das diferenças secundárias, semelhanças qualificadas como mais profundas [regime da agregação]. Pelo contrário, deve-se considerar os interesses específicos, singulares, as vozes particulares, para, em seguida, as compor sem esconder sua existência. (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001, p.187-188).

Para a passagem de um regime de agregação de indivíduos ao de composição por meio de identidades intermediárias, segundo os autores (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001), seriam necessárias a constituição de grupos, seguido da afirmação de suas identidades, de sua consideração mútua e de sua negociação.

Ao discutir os limites da democracia representativa, enquanto método de organização da resistência em ocupações urbanas, Valle (2015) orienta seu estudo sobre as formas de negociação possíveis entre grupos produtivos que emergem e o conjunto da ocupação, buscando compreender o papel dos mecanismos de mobilização como a assembleia, o mutirão e a coordenação, na promoção de novos valores de uso para o solo urbano. Em nosso estudo, porém, o uso desses mecanismos de negociação entre os grupos

e o conjunto das famílias não é o centro do debate, mas sim a questão de *como se dá a emergência e o processo de constituição desses grupos produtivos?*

Às voltas com essa pergunta, no capítulo dois procurei sistematizar a experiência e o método de intervenção do coletivo *AP* no intuito de apreender elementos que ensinaram a emergência do grupo produtivo responsável pelo cuidado com a horta coletiva na ocupação Tomás Balduino. Neste capítulo, me proponho a analisar o caso exposto no capítulo anterior, sobre como se dá o processo de constituição do mesmo. Proponho, então, analisar os efeitos do surgimento da horta na ocupação, no cotidiano dos moradores envolvidos na produção da horta, assim como o fato de estar inserida nesse contexto específico contribui em sua constituição.

Nosso objetivo é de apresentar reflexões pertinentes para o desenvolvimento da ação dos coletivos que se interessam pela articulação entre agroecologia e produção em ocupações urbanas. Portanto, nosso objeto é o trabalho de projetar, implementar e manter a horta coletiva, ou mais precisamente, o “trabalho de organização do coletivo em seu meio, ou, de preferência, seus avatares, seus equívocos, seus sucessos e insucessos; ou, dito de outra maneira, sua história possível e impossível” (CLOT, 2010, P. 119).

Primeiramente é importante pensarmos que os indivíduos que se propuseram à construção da horta coletiva estiveram anteriormente, e permanecem inseridos, em outro trabalho também coletivo: a própria constituição e manutenção dos espaços coletivos da ocupação. A capina do matagal que existia anteriormente à ocupação, e que cresce de tempos em tempos nos espaços residuais da ocupação; a abertura das ruas, a divisão dos lotes familiares e a construção e manutenção da infraestrutura de água e de luz, assim como a limpeza das ruas; e o próprio processo de luta e resistência contra o despejo e pela regularização fundiária; todos são exemplos de atividades do cotidiano dessas famílias necessárias para que as mesmas possam se reproduzir em seus espaços particulares.

Como nos traz Clot (2010), em seu livro *Trabalho e poder de agir*, em referência a Vygotsky, “a atividade coletiva aparece duas vezes no desenvolvimento da atividade individual. Inicialmente, fonte da atividade individual, a vida coletiva se torna recurso para essa atividade individual” (CLOT, 2010, P. 166). Em outros termos, é somente porque existiu uma articulação e trabalho coletivo dos moradores na construção da ocupação, que hoje cada família que ali vive usufrui de um pedaço de terra para sua sobrevivência. É, então, a partir dela, que é possível que cada uma possa construir sua

moradia, ou seja, tem na vida coletiva sua fonte e recurso. Em outras palavras, o privado, ou familiar, não é tão privado assim!

Como dito anteriormente, entendemos por ocupação um espaço que, em contraponto à cidade formal, os elementos da vida reprodutiva coletiva ainda não incorporados pelo projeto hegemônico de vida urbana, devem ser arranjados e negociados entre os próprios moradores. A ocupação é, assim, constituída por esse trabalho coletivo. *Poderíamos, contudo, dizer que desse trabalho coletivo de construção da ocupação se origina um coletivo de trabalho?*

“Todo trabalho coletivo nem sempre implica um coletivo de trabalho” (CLOT, 2010, P. 167). O trabalho coletivo, para o psicólogo francês, é aquele realizado conjuntamente por um grupo de pessoas que têm um interesse, objetivo em comum e que envolve “trocas repetidas com o trabalho dos outros” (CLOT, 2010, P. 179). Já o coletivo de trabalho, por sua vez, reúne, simultaneamente:

(...) vários trabalhadores, uma obra e linguagem comuns, determinadas regras de ofício, além do respeito duradouro dessas regras por cada um, o que impõe uma evolução individual que vai do conhecimento das regras à sua interiorização’ (Cru, 1995). Tem de haver, uma vez mais no nosso vocabulário, o exercício de um trabalho sobre o trabalho, de um ‘ofício ao quadrado’ coletivamente organizado (CLOT, 2010, P. 167).

Clot (2010) vai dizer que a formação do coletivo de trabalho tem, necessariamente, o trabalho coletivo como fonte. Mas, para que essa passagem se configure de fato, é necessário um compartilhamento de um gênero em comum, enquanto instrumento da ação coletiva, enquanto um referencial coletivo:

Esse intermediário sócio-simbólico, esse corpo de avaliações comuns, que intercede na atividade pessoal e opera de maneira tácita, é que foi designado pelo conceito de gênero profissional [...] O gênero profissional transporta, com seus esquemas, a integralidade dos equívocos que sua história havia deixado persistir aí, e que ela não cessa de renovar; [...] obrigando cada um, nessa obra de interpretação coletiva e singular, a dar sua contribuição. Entende-se por ‘gênero’, o interlocutor profissional que, atravessando a atividade de cada um, coloca, justamente, cada um na interseção do passado e do presente (CLOT, 2010, P. 169).

A partir deste estudo, não teríamos como afirmar sobre a constituição de um coletivo de trabalho de todo o conjunto da ocupação, porém, e aqui dialogamos a formulação de Clot (2010) com Callon, Lascoumes e Barthes (2001) e Valle (2015), acreditamos que através da formação de coletivos de trabalho com os grupos produtivos emergentes na ocupação, estimulamos a passagem do conjunto da ocupação do regime de agregação para um regime de composição. Portanto, nosso foco será em uma escala menor, para analisar essa passagem do trabalho coletivo para o coletivo de trabalho

através da experiência de constituição de um grupo produtivo da ocupação sistematizada no capítulo anterior.

Antes, então, de entrar na análise da constituição do grupo da horta, nos parece preciso resgatar dois trabalhos coletivos que a precedem, ao fazer emergir o projeto que lhe impulsiona e torna possível sua existência: i) o primeiro, da própria constituição e resistência da ocupação; ii) o segundo, das atividades desenvolvidas pelo coletivo Agroecologia na Periferia. Acreditamos que, a partir deles, seria possível um melhor posicionamento para a análise do processo de constituição do grupo responsável pela horta coletiva.

#### **4.1 A ocupação – trabalho coletivo e a intervenção de coletivos de trabalho externos**

Uma vez que uma ocupação acontece, e um grupo de famílias em necessidade se coloca no processo de resistência aos interesses que lhe são contrários, há, certamente, dois eixos de trabalho coletivo. Um diz da própria constituição física da ocupação, a partir da delimitação e abertura das ruas, da infraestrutura e dos espaços de moradia. O outro diz de certa organização para que não haja um revés no processo jurídico-político e os moradores sejam removidos. Esse processo de autoprodução do espaço é importante objeto de reflexão de nossa atuação, pois este ao mesmo tempo que é produzido pelo ser humano segundo suas necessidades, é também produtor da experiência humana, das relações sociais que ali se darão (LEFEBVRE, 1991 [1974]).

No caso da implementação e da gestão do espaço e da infraestrutura coletiva em ocupações urbanas, vale uma primeira diferenciação, como coloca Valle (2015). As ditas ocupações espontâneas e planejadas. Nas primeiras, normalmente, não há a atuação de técnicos ou especialistas que se colocam na função de um projeto para a totalidade do espaço. Por meio de uma série de projetos coletivos que se encadeiam, realizam-se mutirões entre vizinhos e arranjos locais, e o espaço, pouco a pouco, é produzido.

No caso das ocupações ditas planejadas, a atuação de técnicos, urbanistas e juristas em sua maioria, constitui o núcleo de definição das características da repartição do espaço. Em ambos há trabalho coletivo, seja na concepção, pouco estruturada ou por meio de processos participativos; seja na implementação. Para Valle (2015), o que diferenciaria esses dois processos é a qualidade dos acordos tácitos de convivência que se firmam entre os moradores e a possibilidade de destinar espaços para equipamentos comunitários, mais presentes nas ditas ocupações planejadas.



Nos interessamos aqui pela relação entre esses atores externos, convocados a contribuir com os processos de resistência, e os moradores da ocupação. Valle (2015), ao citar os mecanismos de mobilização e participação, diz como os mesmos são pensados como forma de tentar organizar o trabalho em conjunto pelos dois grupos de atores. Vai dizer também da limitação desses mecanismos em promover debates e construções coletivas, entre os moradores, na resolução dos problemas cotidianos. Ou seja, esses espaços, que funcionam prioritariamente enquanto possibilidades de promover processos participativos, se concentram em algumas temáticas específicas, normalmente encabeçadas pelos representantes das ocupações – lideranças – ou pelos próprios atores externos, chamados a colaborar.

Nesse sentido, não nos parece possível dizer que esses mecanismos promovem a emergência e a constituição de coletivos de trabalho entre os moradores e os atores externos. Embora estes possam ser integrantes de coletivos de trabalho, na medida em que constituem certo gênero de trabalho; por exemplo, o órgão diretivo de uma associação de moradia e um coletivo de assessores técnicos populares.

Voltemo-nos então ao trabalho do *AP* com os moradores de ocupações urbanas. *Seria o AP um coletivo de trabalho?* Em sua gênese, como é de se esperar a partir de Clot (2010), não. O início dos trabalhos na ocupação Vitória diz de um processo de experimentação coletiva, de projetos frustrados, como o da horta comunitária, assim como de reformulações de princípios. A transição para a ocupação Tomás Balduino, por sua vez, baseada nos equívocos de sua recente história, e a formulação de um projeto para captação de recursos, que de certa forma provocou a sistematização de um conjunto de regras de atuação mais bem definidos, parece haver sido um processo de autorreflexão e, nos termos de Clot (2010) de um “trabalho sobre o trabalho”. *Isso já seria suficiente para qualificar o AP enquanto um coletivo de trabalho?* Preferimos deixar essa questão em suspenso, por enquanto.

Fato é que assim como podemos dizer que o trabalho coletivo de construção da ocupação entre moradores e atores externos é fonte e recurso para a atividade de construção da *horta comunitária agrupada*, o trabalho coletivo do *AP* também o é. Como explorado no capítulo dois, o trabalho contínuo e ritimado com as oficinas diz da escolha por não projetar nem espaços, nem processos, mas sim situações de encontros, trocas e experimentações, assim como, a escolha de atuar no espaço privado da casa, ou seja, partir do existente e do que lhes é próprio, possibilita a construção de uma relação dialógica

menos heterônoma. Além disso, o espaço privado, qualifica as relações coletivas possibilitadas nesse processo por ser um espaço de maior intimidade e confiança.

O centro da atuação é, portanto, a promoção de intercâmbios em diferentes espaços, escalas, contextos e temporalidades, pois o encontro com o outro propicia dois efeitos: i) por um lado, ao entrar em contato com a experiência do outro novas perspectivas se apresentam e podem ser vislumbradas; e ii) por outro lado, o outro exerce uma função especular, ou seja, funciona como um reflexo da própria vivência, pois ao deparar-se com elementos de identificação ou diferenciação, neste contraste com o outro é que se pode assimilar e se apropriar sua experiência. A presença do outro provoca o reconhecimento e afirmação de si mesmo. Além disso, propiciar esses momentos que escapam do cotidiano dado e que oportunizam esse *sair de si*, é importante tanto para o experimentar do mundo, quanto para promover uma situação de reflexão da experiência vivida. Assim, possibilita-se a alteração de seu estatuto, tornando a experiência vivida meio para se viver outras experiências.

A intervenção realizada pelo AP ao proporcionar essas situações de intercâmbio cria condições que impulsionam a emergência do projeto de constituição da *horta comunitária agrupada*, o qual incubamos e fomentamos. No capítulo anterior sistematizamos esse processo, nas seções seguintes vamos analisá-lo provocados pela seguinte questão: *é possível dizer que, a partir do trabalho coletivo de construção da horta e de constituição do grupo responsável por esta, se forma um coletivo de trabalho da horta?*

#### **4.2 Caso da irrigação - a manutenção e o cotidiano enquanto balizadores do conflito entre projetos e pontos de vista diferentes**

Durante o processo de implementação da horta, não era essencial um ritmo diário de trabalho. As tarefas eram executadas quando havia condições e recursos para tal. Por exemplo, entre o mutirão de capina e a formação dos canteiros, passaram-se mais de 20 dias. As atividades de manutenção da horta, no entanto, implicam um novo tempo ao fazer, uma condição temporal da rotina e da repetição, que se impõe, assim, a tornar-se parte do cotidiano de vida de cada um dos agentes. Ou seja, as pessoas envolvidas no trabalho de manutenção devem ser capazes de reestruturar seu cotidiano, de forma a dar conta dessa nova condição temporal da atividade.

Portanto, ao se revestir desse caráter cotidiano, o processo coloca novas exigências ao trabalho coletivo, que em seu desenvolvimento, faz emergir novas

particularidades dos sujeitos, ou mesmo, reforça aquelas que já haviam se apresentado. O início das atividades de manutenção da horta, atualiza a relação entre o trabalho de constituição da horta e as particularidades de cada integrante, como questões de saúde, de capacidade física e outros afazeres cotidianos, que pouco a pouco se chocam, impelindo à uma reorganização do projeto e do trabalho coletivo. O real estabelece exigências que provocam a reconstrução do arranjo grupal através da produção de saberes e valores.

Tomemos o caso da irrigação como exemplo. Aguar a horta é uma atividade cotidiana essencial para sua manutenção, nessa fase executada por L. e An. Porém, passado certo tempo, algumas questões em relação à execução da mesma começam a aparecer. O instrumento utilizado nessa atividade era a mangueira de An., que, devido ao receio de ser roubada, não a deixava na horta. A mesma era guardada na casa de L., por ser mais próxima da horta, e tinha, então, que ser carregada todos os dias; em alguns casos, até mais de uma vez por dia. An. e L. optavam por aguar as plantas pela manhã, com o sol ainda frio, “para não cozinhar as raízes”. An., porém, devido à medicação que consome diariamente, tem dificuldade de acordar cedo. Logo, a atividade de aguar ficava a cargo de L. Tal organização do trabalho acarretava em dois problemas: i) desgaste da mangueira, com o aparecimento de pequenos furos, pois por ser muito pesada, L. tinha que arrastá-la, e, ii) intensificação dos problemas de coluna e joelho de L.

A necessidade estabelece então a contingência que estimula a produzir saber. Diante dessas circunstâncias, L. e An. começam então a projetar um sistema de irrigação:

[...] no início, todo mundo tava dando palpite, que era mangueira, que era aquilo outro, né... Daí eu cheguei em casa e peguei um caderno lá, e conversando com An. comecei a riscar (risos) os canteiros onde é que tava lá; e colocando os pontos onde colocava os aspersor no meio lá dos canteiros, pra puxar com os canos pra poder ficar mais prático e mais fácil da gente molhar... o desenho foi meio que como se diz de doidura mesmo, coisa assim meio sem prática mesmo, mas deu certo [...] (L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018)

Nessa fala é possível perceber como a atividade individual, mediatizada pela situação de trabalho, é também mediatizante, ou seja, é “fonte de ligações renováveis” (CLOT, 2010, P. 23), pois, diante da proposta de se implantar um sistema de irrigação, ambos se projetam à atividade de projetistas, mesmo *sem prática*. Eles se impelem a fazê-lo, a acessar novas possibilidades de desenvolver suas capacidades, de modo a criar recursos para sua ação. “O sujeito constrói ai seus instrumentos, além de se reconstruir não por viver simplesmente em seu mundo, mas por produzir um mundo para viver.” (CLOT, 2010, P. 23). É este trabalho de transformação do dado em criado que produz as condições para que os sujeitos individuais e os coletivos se construam.

Para implementação do sistema projetado, era necessário alguns materiais. Aqui, cabe ressaltar um dos fatores de impulsão presente em toda a história da horta: o surgimento de recursos por meio de relações de dádiva. Por dádiva, entendemos, nos termos de Oliveira (2010, p. 23), as relações que se interconectam por um “complexo sistema de trocas que liga doador e receptor, fazendo com que os objetos circulem e todos os envolvidos se beneficiem desses vínculos, que constituem a trama da vida social’.

Nesse sentido, as trocas diárias entre L. e An., cotidianamente presentes na horta, e o conjunto dos moradores, que com eles acabavam se relacionando, visto que a horta se encontra na entrada principal da ocupação, permitia que, pouco a pouco, a partir de conversas e trocas de informações, os recursos fossem produzidos. Por exemplo, no caso descrito abaixo, de implementação do sistema de irrigação, todos os aspersores foram doados, assim como grande parte da tubulação e o serviço de implementação foi feito por um dos moradores, que não cobrou por seu trabalho.

A frase de um dos moradores, relatada no capítulo 3, talvez nos ajude a compreender melhor essas relações de dádiva: “*Gosto de gente trabalhando! Vou dar uma foice e uma enxada para o grupo de vocês.*” A doação aparece não como um caminho de mão única, senão como um investimento numa forma de vida a qual o doador se identifica e pretende incentivar: gente trabalhadora.

Em Oliveira (2010, p.23), “[o] princípio geral dessas trocas é de que todo dom deve ser retribuído com um contradom, de valor igual ou maior”, tal que o dom seria o “operador privilegiado da criação do vínculo social” (OLIVEIRA, 2010, p. 14), marcado “pela ausência de cálculo e de contabilidade (...). O dom pressupõe a liberdade e a espontaneidade.” (OLIVEIRA, 2010, p. 23). Nos parece, então, que a cada doação conseguida pelos trabalhadores da horta, certo compromisso era, de alguma forma, assumido com os moradores, o que vai marcando a construção de uma identidade grupal. A horta aparece, assim, como algo para além da produção agrícola, mas como espaço que mobiliza uma rede de relações de trocas, que acabaram, nesse caso, por favorecer o projeto de horta daqueles que se encontravam em seu trato cotidiano.

Porém, mesmo tendo conseguido grande parte dos materiais através de doações, outros teriam que ser comprados, o que leva ao debate sobre a destinação dos recursos disponíveis no fundo rotativo solidário, financiado pelo AP. É então que nos deparamos com uma divergência. L. e An. acreditavam ser melhor fazer um reforço na cerca da parte de baixo e implementar o sistema de irrigação, para melhoria das condições de trabalho;

A., por sua vez, entendia que o mesmo deveria ser utilizado para comprar insumos e materiais, para fazer novos canteiros e ampliar a horta.

Ao retomar esse conflito entre diferentes pontos de vista, quanto à utilização dos recursos, foi possível acessar alguns elementos que apontam para diferentes concepções dos atores em relação à horta, dadas as distintas funcionalidades projetadas à mesma tinha por cada ator. O conflito é quem permite revelar os problemas e as questões mais subjacentes do envolvimento de cada ator com a horta, possibilitando ao coletivo a oportunidade de se recompor e se reorganizar. É na “atividade comum dos conflitos que devem ser superados entre sujeitos, (...) - de modo que haja uma possibilidade de conseguir fazer o que deve ser feito [...]” (CLOT, 2010, P. 25), que o desenvolvimento do poder de agir, ou seja, do nível de autonomia que dispõe o indivíduo (BENDASSOLI, 2011, p. 14) é possível. O conflito permite a construção do ethos grupal.

O envolvimento mais implicado e presente de A. estava, em alguma medida, condicionado a uma certa escala e capacidade produtiva da horta, suficiente para gerar uma renda que lhe permitisse sair do emprego, o qual garantia o sustento financeiro de sua família. Como coloca A., em entrevista: *“essa parte aqui eu projetei de formar essa horta até cá em cima, de formar ela na parte de baixo também [...], se eu fechasse ela toda até em cima e até em baixo, eu paro de trabalhar e vou viver só da horta [...]”*.

Porém, L. e An. estavam preocupados em garantir certo desempenho nesse primeiro pedaço, já que as limitações de saúde física, detalhadas na descrição do caso, interferiam no desenvolvimento da atividade. Além disso, dadas as limitações financeiras do grupo acreditavam não ser prudente investir mais, sem saber se a atividade renderia o bastante para que esse dinheiro retornasse. Ou seja, nos processos de tomada de decisão A. sustentava o ponto de vista dos resultados, enquanto L. e An. sustentavam o ponto de vista das condições de produção e da atividade de trabalho.

Fato é que com o início das atividades de manutenção com suas novas exigências e a ausência de A., como ele mesmo coloca, *“aí ficô nós 3, mas de presença foi os dois [...] eu não tive mais tempo [...] na época a Ci. [sua esposa] num tava trabalhando [...] ela tava grávida e tal, depois ela ganhou o Artur de novinho sabe, aí o que acontece, eu fiquei muito ausente”*, a composição do grupo que havia sido atingida foi perturbada. Sabemos que para a composição de um coletivo é necessária certa sintonização das singularidades dos indivíduos agregados, de seus desejos necessidades, limitações e saberes (CALLON, LASCOUMES ET BARTHES, 2001). Como coloca L.: *“[até] então*

*[a implementação do sistema de irrigação], era assim: cada um fazia de acordo com o tempo e com a condição física”.*

No entanto, a composição não é estanque, é constantemente mobilizada pelo curso da ação na horta e pelo curso de vida dos indivíduos e do próprio coletivo. No avançar do processo, o trabalho coletivo, diante das imposições do real, se transforma e apresenta novas exigências ao coletivo que deve se rearranjar para atendê-las, L: *“tá ficando complicado, pesado pra mim e pro An., porque o An. tem os problemas dele, eu tenho os meus...a gente tem que se organizar de novo pra chegar num eixo”.* Diante dessas circunstâncias, foi, então, a introdução do artefato técnico que proporcionou a sustentação do grupo ao possibilitar um novo arranjo, L: *“com a irrigação, por enquanto, está tranquilo”.*

Se anteriormente havia uma dificuldade em relação ao volume de trabalho colocado aos dois, An. e L., com o processo de automação da irrigação, pareceu haver uma melhoria da eficiência do processo, que nos termos de Clot (2010, p.18) seria a “economia dos meios permitida pela renovação das técnicas”; no caso, economia do tempo e do uso do próprio corpo devido a inserção do artefato técnico.

(...) É ela que torna outros objetivos efetivamente realizáveis, e por um custo menor, confirmando que a eficácia dinâmica do trabalho bem feito não consiste em realizar a ilusória adequação entre o fim e os meios; nem sequer em conseguir apenas o que havia sido previsto. Ela consiste também em ser capaz de imaginar outra coisa com os meios que se tornaram disponíveis. É esse o motivo pelo qual o fato de poupar-se, para o trabalhador, pode aparecer como uma condição da irradiação de sua atividade (CLOT, 2010, P. 18).

A irradiação da atividade, nesse sentido, seria a capacidade do ator de ampliar seu raio de ação. Em outros termos, a renovação da técnica permite que o ator possa ir além do fim que o provocou nessa busca pela economia dos meios. No caso do sistema de irrigação, essa irradiação da atividade se demonstra na fala de L., em que a mesma, ao explicar as características do projeto, explicita outra funcionalidade do sistema de irrigação que não somente o de potencializar a produção agrícola: *“[as torneiras] ficou no meio dos canteiros, central né... [porque] aí molha tudo, as lateral tudo, dos dois lados (...) dá pra molhar o jardim que tem em volta e onde a gente plantou as crotalárias”* (L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018). Se antes a irrigação da horta aparecia como um problema, agora, com o sistema, era possível garantir inclusive a irrigação do jardim da entrada da ocupação.

Cabe retomar, brevemente, outro exemplo dessa economia de meios, permitido pela renovação técnica, o caso da cobertura de capim, proposta pelo técnico Ge. aos

produtores, no momento de formação dos canteiros. A experimentação proposta por Ge., como forma de lidar com as dúvidas sobre a eficácia da técnica, logrou convencer, com passar do tempo, os produtores, que passaram a realizar capinas em espaços residuais da ocupação, para obtenção desse recurso. Nesse sentido, há uma irradiação do raio espacial da atividade dos produtores, que possui, como externalidade, ou seja, como efeitos externos não intencionais da atividade (BENQUÉ, DU TERTRE e VUIDEL, 2014, p. 9), o cuidado com espaços residuais “abandonados” da ocupação.

Essa irradiação se dá também, não apenas nesse raio espacial de atuação, mas também no aumento da mobilização de relações de troca entre os moradores e os produtores, e nos usos propiciados pelo sistema implantado, que podem inclusive acarretar em constrangimentos com essa rede:

Colocamos torneira pra molhar com mangueira também, que agora não tem mais não, que a gente tirou (...) porque eles [alguns moradores] começou a fazer lá de lava jato, lava carro, moto, criança, vem lava o pé, vai e deixa aberto. (...) Aí como tava dando esse disse me disse, né, coisa, aí eu fui e tirei tudo. (L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018)

Assim, a gestão da horta transborda as dimensões técnicas de composição material, raio de alcance e qualidade da irrigação, cabendo também aos atores a gestão de outros usos do sistema pelos moradores.

#### **4.3 A perda do alface – dificuldade de organização da produção e o refreamento do poder de agir**

A implementação do sistema de irrigação, ao proporcionar a automatização da atividade, reduz a carga de trabalho e torna mais eficiente a ação, permitindo a sobrevivência do coletivo, ao suportá-lo na exigência da rotinização das atividades de manutenção e diante da ausência de A.

Contudo a introdução desse artefato, além dos efeitos positivos, em relação a diminuição da carga de trabalho, e dos efeitos na reorganização do grupo, fez surgir um novo problema prático: acentuou a presença dos pulgões na couve. Em conversa com Ad., agricultor da ocupação Vitória, ele explica que a proliferação de pulgões é um possível sinal de que o ambiente está muito úmido e, apontou também, que uma das possíveis causas poderia ser a substituição do uso da mangueira pois esta, devido à pressão que a água exerce nas folhas, ajuda a retirá-los da planta.

Em um primeiro momento, para combatê-los, aplicamos água com sabão e fizemos algumas caldas de fumo e coentro, que amenizaram a situação. Porém, o que

apresentou maior efetividade, foi borrifar urina de vaca diluída nas folhas, solução que L. havia visto em uma das cartilhas de agroecologia.

Ainda assim, os pulgões persistiram. Essa persistência foi entendida pelos agricultores, enquanto sinal de que havia, também, um problema na frequência da realização de certas atividades de manutenção: i) a limpeza de mato nos canteiros e ao redor destes; e, ii) a poda dos próprios pés de couve, tanto a poda de raleamento e limpeza, ou seja, a retirada das folhas em excesso e das que estavam murchas, quanto a poda de propagação e de colheita, que é a retirada das mudas e a retirada de folhas para consumo, respectivamente. Na época, estas atividades estavam prejudicadas, pois estávamos às voltas com algumas questões comunitárias e pessoais, como agravamento das dores no joelho de L., retirando-a quase completamente das atividades de manutenção.

(...), porque tipo assim, se você não dá uma manutenção né, num tem como e agora com essa mataiada que tá lá, ai que ele vai ter que matar tudo lá [pulgões], porque eu não dou conta. Se eu der conta, se eu mexer, eu sei que eu vou ficar na cama de novo, tendeu, mas dá vontade de ir lá e arrancar tudo, os canteiro tudo, mas eu sozinha não vou tomar essa responsabilidade de mexer lá, porque eu não vou da conta. (L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018)

Embora tivéssemos atingido maior eficiência com a irrigação, novos problemas se apresentaram, era necessário então um novo sentido para atividade de modo a manter em movimento o desenvolvimento do poder de agir, uma vez que este se dá “em função da alternância funcional entre o sentido e a eficiência da ação em que se opera o dinamismo da atividade, ou seja, sua eficácia” (CLOT, 2010, P. 15).

Aqui, o trabalho coletivo, possível pelo fato da horta estar inserida em uma ocupação, fonte de construção da horta se apresenta novamente como recurso para a mesma. Em um feriado, é realizado um mutirão de capina e limpeza da horta, que não havia sido planejado. Alguns moradores, ao avistarem An. trabalhando, decidiram contribuir. Esta ação proporciona uma renovação no sentido para seus cuidadores, como traz L.: *“hoje eu nem ia mexer aqui não, mas todo mundo tando aqui”* (L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018). Nos dias seguintes impulsionados pelo trabalho coletivo do mutirão, L. e An. reorganizam a horta, plantando novas mudas e sementes: *“tá linda, arrumamos tudo”* (L, TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

Porém, com o avanço na produção, nos deparamos com um novo problema: quando chegava os dias de feira, não tínhamos produtos para levar; e, ao mesmo tempo, estávamos perdendo produção, *“plantei um tanto de alface... perdeu, vendeu um bucado, um tanto até bom, mas perdeu muito também (...) mas eu num tava plantando certo*



*também, vão supor, 50 de alface, 50 de brócolis*". (AN., TOMÁS BALDUÍNO, 2018). Era necessário, então, avançar na organização da produção.

L. tentava organizar planilhas para o controle do que estava sendo plantado: *"fiz pra ter uma base mais ou menos, porque eu sou meio doida (risos), vou plantando"*. Porém, em reunião, realizada em novembro de 2017, ao ir verificar as fichas do que queríamos plantar e do que já estava plantado, e seus respectivos tempos de plantio e colheita, percebemos que não conseguiríamos mais expor nas feiras de final de ano.

É necessário que a atividade se realize concretamente. Embora tenhamos conseguido construir a horta, não atingimos sua efetividade plena, dado que o sentido da atividade produtiva não é descartar seus produtos, senão que estes sejam consumidos. Como traz Marx (1857), "somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento [...] na medida em que apenas no consumo o produto devém objetivamente produto" (MARX, 1857, P. 64 E 65), e "o consumo, portanto, não é apenas um ato conclusivo pelo qual o produto devém produto, mas também o ato mediante o qual o produtor devém produtor" (MARX, 1857, P. 67).

A perda de quase todos os pés de couve, devido à intermitência no cuidado da horta causada pelo agravamento do problema no joelho de L.; e, a perda das alfaces por causa da dificuldade de organização da produção, acarreta nessa não efetividade plena da atividade, uma vez que seu consumo não foi assegurado. O trabalho de organização da produção, assim como o da divisão do próprio trabalho, é essencial para que a energia não seja dissipada ou investida de forma equivocada. A eficácia do grupo estava comprometida e seu poder de agir sob risco de refreamento.

#### **4.4 A comercialização enquanto possibilidade de coletivo de trabalho**

Com o avanço da produção e as hortaliças em ponto de colheita, é necessário adentrar uma nova etapa, agora de comercialização. Novas atividades que exigem novos meios ainda não mobilizados. Por exemplo, se vou vender em feiras, preciso organizar toda uma logística de armazenamento dos produtos, transporte, banca para expor, troco separado, dentre outras. Além disso, o destino dos produtos vai influenciar na organização da produção, no planejamento do plantio, seu prazo de colheita, quantidade, tipos, etc.

"[...] ao assumir uma posição em novas atividades, além de renovar seu sentido, ela [poder de ação] esbarra, em seguida, em um obstáculo: a procura de outros meios para se realizar. O desenvolvimento de sua dinâmica deverá, então, fazer-se pela mudança de base, em função de sua eficiência vindoura. Em sua segunda vida, a ação prospera - quando esse é o caso - graças às

técnicas; ela se poupa aí pela sua re-instrumentalização e avança mais depressa, e de forma mais sóbria até o objetivo.” (CLOT, 2010, p. 21).

Dentre essas novas atividades e meios necessários, alguns podem ser facilitados, e ser menos custosos, se realizados e arcados por meio do trabalho coletivo, como, por exemplo, o transporte para as feiras, a partir da articulação dos diferentes produtores da ocupação. *Seria essa associação de outros produtores da ocupação, com aqueles da dita horta comunitária agrupada, por meio de tentativas de comercialização conjunta, uma possibilidade de ampliação do coletivo de trabalho? Ou ainda da constituição de um novo coletivo?*

São várias as formas possíveis de escoamento dos produtos. Uma delas, o próprio consumo. Poder usufruir diretamente dos produtos ali cultivados; a horta enquanto extensão do quintal. Outra diz das vendas internas, dentro da ocupação. As primeiras delas, de molhos de couve, com um preço balizado pelo valor dos sacolões da região. Como L. relata, alguns moradores não gostam da cobrança, por um entendimento, como ela reproduz na fala seguinte, “ah, já que é da comunidade, todos têm direito de ir lá e colher né”. Para a agricultora, esse entendimento é equivocado:

(...) porque se um colhe, todos vão vir e pegar e aí vai chegar num ponto que não vai ter nada e não vai ter ninguém pra cuidar, então tem essa regra [...] não é de graça, é vendido [...] mas não quer dizer que se a pessoa tiver um real né ou sessenta centavos não vai levar aquele produto que ele quer [...], é mesmo pra não ficar totalmente de graça pra gente também ter um lucro lá dentro pra poder dar continuidade, né porque senão como é que cê vai compra uma semente, fazer uma coisa, é um cano que quebra, isso aí a gente precisa, é uma torneira que estraga, senão não vai pra frente” (L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018)

Nesse sentido, a comercialização parece ser uma atividade em que as dimensões agrupada e comunitária parecem se distinguir de maneira mais nítida. O que, por um lado, determina certas regras de acessibilidade aos produtos, mesmo que, como é possível notar na fala da agricultora, a lógica da dádiva possa facilitar a esse acesso, por meio de um “cálculo” que vai além da rentabilidade do processo ao compreender as próprias condições de reprodução do consumidor.

Outra possibilidade de comercialização, por parte dos integrantes da horta agrupada, era a venda de alguns produtos para P., outro agricultor da ocupação, complementar sua banca na feira semanal que participa em Lagoa Santa, e, também, para o sacolão da vila vizinha. Uma nova atividade que surge é, então, a gestão financeira das vendas, a comunicação e controle do que cada pessoa vendeu e a guarda do dinheiro proveniente das mesmas. L. com ajuda de sua filha, organiza uma planilha para esse

controle e uma caixinha para centralizar o dinheiro, que, a princípio, seria destinado para compra de materiais e insumos necessários para o pagamento do empréstimo do Fundo Rotativo Solidário, financiado pelo coletivo AP. A venda para revenda do outro agricultor acaba não sendo atrativa, dado o baixo retorno financeiro. Por isso, essa modalidade fica mais circunscrita como forma de auxiliar produtores da própria ocupação, como é o caso de P. e Le., ou, então, no caso de não haver outras vias de escoamento.

Uma terceira via de escoamento dos produtos são as feiras, possibilidades que se que apresentam para nós a partir das conexões em rede mobilizadas pelo coletivo AP. Tratam-se de articulações que se propõem à fortalecer as ocupações, a agroecologia e impulsionar as iniciativas de economia popular. São elas: i) duas feiras incipientes na UFMG, que visam a ter um caráter permanente, de frequência quinzenal ou semanal de realização; e ii) feiras em eventos, encontros e seminários, principalmente aqueles que têm envolvimento com algumas dessas temáticas. Somos convidados para essas feiras como produtores da ocupação Tomás Balduino, ou seja, há uma percepção, por parte dos organizadores das feiras, de uma coletividade e uma valorização em torno da mesma, que possibilita acessos e apoios.

Embora ainda não possamos dizer da constituição de um coletivo de trabalho, participar destas nos permitiu experimentar, ainda que de forma incipiente, um trabalho coletivo de comercialização. Por exemplo, os agricultores das hortas da ocupação se organizavam para se locomover até a feira. Na primeira vez, conseguiram uma carona até com um morador da comunidade que trabalhava perto da universidade. Na segunda, pagaram outro morador. Na terceira, haviam combinado com este mesmo, porém ele não apareceu, o que implicou em buscar um terceiro morador, que se dispôs a levá-los. Porém este, que ainda não havia participado de nenhuma feira, queria ir para expor também na feira, visto que o mesmo é vendedor de acarajés em outras feiras. Sendo assim, não caberia todos os materiais, produtos e pessoas no mesmo carro. Portanto, foram atrás de um segundo carro e conseguiram um quarto morador que pagaram para levá-los. Além desse trabalho de locomoção, ao longo da feira, organizavam juntos a exposição dos produtos, o caixa era compartilhado e se revezavam na venda.

Ter uma feira de caráter permanente para vender diz de uma certa garantia de escoamento de produção, que ao dar um mínimo de previsão do que e de quanto será vendido, viabiliza uma melhor estruturação da produção. Em uma das feiras, por exemplo, um importante instrumento utilizado pelos organizadores era a constituição de

uma ficha, na qual cada feirante listava os produtos e suas respectivas quantidade levadas e vendidas, registro que possibilitaria cálculos futuros para uma melhor compreensão do consumo.

Começamos a fazer também nosso próprio registro, inclusive por uma questão de controle do dinheiro que entrava, uma vez que as produções eram independentes, mas o caixa era unificado. A própria prática nos auxiliava na construção dessa percepção, até por uma questão mais imediata de saber quanto e quais produtos levar, para não faltar e nem sobrar. Além disso, na feira o volume de venda em um dia é muito maior do que na ocupação, ademais de poder se trabalhar com preços mais elevados, pois os mesmos são superiores aos praticados em Ribeirão das Neves, onde se localiza a ocupação.

Por fim, outro elemento importante sobre as feiras é que as mesmas são espaços de inúmeros intercâmbios, tanto dos produtos: *“ai como eu não tinha semente, eu troquei com alface, eu nunca tinha visto andu preto!”* (L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018); quanto de saberes e experiências: *“[a feira] deu uma boa renda, aprendizados e relações (...). Só essa ideia de compostar o esterco de galinha já valeu (...) quer dizer, se eu compro três sacos, eu faço virar seis e ai já economiza, cada dia a gente aprende uma coisa nova”* (P., TOMÁS BALDUÍNO, 2018). Trata-se de um espaço onde se conhece diferentes pessoas e que proporciona o acesso e o vislumbre de outras possibilidades de comercialização e de desenvolvimento da produção como afirma P. (Tomás Balduino, 2018): *“[se] todo mundo [sua família] entrar de cabeça nessa coisa da horta, (...) enquanto um tá plantando o outro tá molhando, o outro preparando o canteiro, o outro vendendo e assim vai indo”*

Como trouxemos na seção 5.3, o consumo situa-se no interior da atividade produtiva:

o consumo produz a produção duplamente (...) 1) na medida em que apenas no consumo o produto devém objetivamente produto. (...) o produto é a produção não só como atividade coisificada, mas também como objeto para o sujeito ativo; 2) na medida em que o consumo cria necessidade de nova produção (MARX, 1857, p. 65).

Ao mesmo tempo que a produção oferece o objeto de consumo, o consumo oferece o objeto ideal de produção, “cria os objetos em forma subjetiva” (MARX, 1857, p.65). Consumo e produção estão, dessa forma, implicados mutuamente. A forma como se dá vazão aos produtos diz de uma modalidade de consumo com várias especificidades como: i) quem é meu público, o que e qual quantidade ele consome; ii) como, quando e onde se dá esse acesso; e iii) que necessidades e custos operacionais se impõem.

Esses elementos vão influenciar na organização da produção e do trabalho. Por exemplo, se trabalho com cestas de consumo semanais, ou seja, tenho uma entrega predeterminada a ser feita toda semana, na mesma quantidade e para o mesmo público, em sua maioria pessoas que vivem em grandes centros urbanos, deve-se ter disponível hortaliças básicas e mais consumidas. Ao mesmo tempo, é importante ter tipos distintos de produtos e, também, aqueles que são de difícil acesso ou que são de difícil cultivo em vasos e pequenos espaços. E, ainda, se trabalho com cestas, assim como no caso das feiras, tenho que pensar como e qual o custo para realizar o transporte dos produtos, preocupação que não tenho no caso do comércio dentro da ocupação.

Cabe destacar, ainda, a partir da formulação de Marx (1857), uma outra modalidade de consumo que diz da identidade imediata deste com a produção, chamada de consumo produtivo. Este corresponde ao consumo do indivíduo, dos meios de produção e da matéria-prima para realização da produção.

Tal formulação nos faz refletir e aventar outras possibilidades de trabalho coletivo que poderiam auxiliar no desenvolvimento dos coletivos de trabalho da ocupação. A produção de insumos, como compostos, mudas e sementes para a agricultura; e o processamento e beneficiamento dos produtos agrícolas. Essas atividades, que demandam diferentes saberes, habilidades e tempos produtivos, possibilitam outras atividades produtivas compatíveis com distintas particularidades, como condições físicas, de saúde, disponibilidade de tempo devido aos afazeres cotidianos e motivações.

L., por exemplo, no avançar dos processos da horta agrupada, acessou a um instrumental específico – sementeiras achadas no lixo de uma vila próxima da ocupação - e iniciou um cultivo de mudas em seu quintal. Esse dispositivo era apoiado em um suporte de concreto, de forma que se posicionava a altura do tronco de L., e lhe permitia o cuidado com as mudas sem a necessidade de se curvar para tal. Dados seus problemas ortopédicos, parece ser uma atividade que lhe exige menos do seu corpo.

Além disso, sendo o consumo “não apenas um ato conclusivo pelo qual o produto devém produto, mas também o ato mediante o qual o produtor devém produtor” (MARX, 1857, P. 67), adentrar nesse ato é poder acessar alguns traços daquilo que motiva e orienta os atores na atividade. Nessa fala de An. (Tomás Balduino, 2018), por exemplo, há uma intenção de fortalecimento da comunidade, ao proporcionar segurança alimentar e com preço mais baixo:

(...) é uma forma de ajudar nois aqui dentro, por isso que essa horta tava lá [...] ajudar a comunidade, uma forma de ajudar todo mundo [...] tem o pé de alface aqui dentro mais barato, ai tem a couve, antes até uma arruda tinha também [...] um produto que é mais agroecológico, orgânico, sem veneno nenhum, não estraga a saúde (AN., TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

#### **4.5 A virada do ano - a incapacidade de antecipação**

A chegada de dezembro e, com ele, das festas de fim de ano, das férias e das chuvas, houve uma desestruturação da horta. Na época, L. sofria de dores no joelho e no quadril, e se encontrava impossibilitada de trabalhar; An. havia viajado com a família; e eu me afastei para o processo de escrita da dissertação. Em seu retorno, An. encontra a horta engolida pelo mato, e decide sair do grupo. “Quando um coletivo profissional já não consegue executar o trabalho de organização, que é a única maneira de preencher o fosso entre a organização oficial do trabalho e a vida, a desregulação da atividade individual nunca está muito longe” (CLOT, 2010, P.89).

*Por que não reorganizamos o trabalho para esse momento? Por que não conseguimos antecipá-lo?*

Se resgataremos Clot (2010), talvez possamos encontrar uma pista: “entre o prescrito e o real, há um terceiro termo decisivo que designamos como o gênero social do ofício, o gênero profissional” (CLOT, P. 119). Ou seja, um “referencial [comum] operativo [que] suporta e orienta a preparação, a mobilização e a disponibilidade de cada um” (SILVA, BARROS E LOUZADA, 2010, P. 193), decisivo para o “trabalho de reorganização da tarefa pelos coletivos profissionais, uma recriação da organização do trabalho pelo trabalho de organização do coletivo.” (CLOT, 2010, P. 119). *Nossa incapacidade de previsão diz de um gênero da atividade pouco estruturado?*

Diante dos imprevisíveis do real e sem os previsíveis genéricos, ou se estão pouco estruturados, “assiste-se a um desregramento da ação individual, a uma ‘queda’ do poder de ação, assim como da tensão vital do coletivo; [há] uma perda de eficácia do trabalho e da própria organização” (CLOT, 2010, P. 119).

*Mas como se dá esse processo constituinte do gênero? Por que estava suspensa a produção coletiva dos previsíveis genéricos? As circunstâncias tratadas da seção 5.3 anunciavam essa suspensão?*

Como vimos, o trabalho coletivo é fonte para atividade individual. Essa, mediatizada pela situação de trabalho, por meio de uma dinâmica de contrastes na relação com os objetos, com os outros e consigo mesmo, pode ser decantada, tornando-se, assim, ao mesmo tempo, mediatizante dessas relações, ”é ela que, em cada circunstância de maneira

singular, liga e religa os objetos do mundo, os outros e o próprio sujeito, por intermédio dos instrumentos técnicos e simbólicos, reunidos no gênero. Ela o repete, sem repeti-lo” (CLOT, 2010, P. 176).

É, então, na composição das singularidades que se afirmam no processo de trabalho coletivo e no fluxo desse complexo que vai se dando, de forma retroalimentada entre eles, a estruturação do coletivo de trabalho e de um gênero em comum.

A atividade individual, que continua tendo como recurso o trabalho coletivo, pode dessa maneira, conservar atuante o coletivo de trabalho no trabalho coletivo, reorganizando-o para a ação e para os sempre presentes imprevisíveis do real. Por sua vez, o desenvolvimento deste trabalho coletivo, alimenta a história do coletivo de trabalho, o que é importante para evitar a degenerescência e conservar o devir da atividade individual e da tarefa, para que assim, “o círculo virtuoso do desenvolvimento não se transforme em círculo vicioso: o do subdesenvolvimento profissional, individual e coletivo” (CLOT, 2010, P. 183).

Dessa feita, o trabalho coletivo, a princípio objeto de preocupação do indivíduo, e, o coletivo de trabalho, objeto de apropriação, tornam-se, ambos, meio para a ação do indivíduo sobre o próprio objeto de trabalho, bem como torna-se meio para o desenvolvimento do indivíduo e estilização desse seu agir: “a atividade pessoal não se constrói senão dentro e contra essa corrente, ao apropriar-se do gênero profissional, graças aos intercâmbios coletivos em situação de trabalho” (CLOT, 2010, P. 176)

Os problemas no joelho e no quadril de L., assim, acarretavam em certa anemia das situações de trabalho coletivo, pois, perde-se, em parte, sua cadência e sua constância de intercâmbios. Essa anemia contamina a corrente, que perde um pouco de sua propulsão, apesar do coletivo resistir:

An: o grupo aqui num vai pra frente não, grupo aqui era só eu e a L. (34min15s), era minha diretora, engenheira (risos) ela é uma engenheira! (risos) nós que cortava os canteiro, afófava, ela vez em quando ia lá e arrancava um matim, mas depois ela travava, tadinha (risos) / L: dava lá o apoio moral, pelo menos eu ficava lá com ele... / A: é / L: escorada, mas ficava (risos) (AN. E L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

Com o fim do ano, há uma suspensão, de fato, desse coletivo, devido ao afastamento temporário de seus integrantes, conseqüentemente, na descontinuidade do trabalho coletivo, obstruindo o fluxo. Na tentativa de retorno, o coletivo de trabalho, estava frágil e despreparado:

Esse é o caso, quando não se exerce, por razões a procurar em cada circunstância, a ação de ‘civilização’ [ordenação] do real à qual deve proceder

um coletivo profissional sempre que o trabalho, por seus imprevisíveis, o leva a descobrir. Ou, dito ainda por outras palavras, quando a história do gênero profissional ‘degenera’ no trabalho coletivo; quando, para formá-lo ainda de outro modo, a produção coletiva dos previsíveis genéricos do ofício está em suspenso” (CLOT, 2010, p. 170)

A saída de An. me parece significar um esfacelamento do sentido na atividade: “esvaziada de seu sentido, a atividade do sujeito se vê amputada de seu poder de agir, quando os objetivos da ação em vias de se fazer estão desvinculados do que é realmente importante para ele” (CLOT, 2010, p. 16). Cabe, então, me perguntar, qual era o sentido da horta para An. (TOMÁS BALDUÍNO, 2018): “*é uma forma de ajudar nois aqui dentro, por isso que essa horta tava lá, mas não é toda as pessoas que pensa assim, mas se todo mundo pensasse, aquela horta num taria, tipo assim, do jeito que tá hoje*”. Para ele, a horta tinha uma finalidade de fortalecimento da ocupação. Aparecia como braço do processo de resistência ao despejo. Ao perceber que, na sua ausência, ninguém havia cuidado dela, foi interpretado por ele como um não reconhecimento de sua importância pela comunidade.

Além disso, a horta parecia possuir também, para An., uma funcionalidade terapêutica, “*por causa que eu tenho esses problemas e ai vai ser bom pra eu trabalhar a minha mente... e trabalhar também, porque eu não posso ser fichado né, ai é acordar cedo, molhar as plantas, porque eu fico em casa o dia todo, sem nada pra fazer*”. Então, o que a princípio era uma fonte de saúde: “*pra mim mexer na terra foi uma energia que eu tive a mais, tendo o contato da terra [...] o psicológico da pessoa miora*”, torna-se, diante desse fato, uma possibilidade de adoecimento:

An: eu fiquei muito assim é triste de ver a horta do jeito que tá né, não posso fazer nada mais (...) eu tinha até empolgado até mais pra frente, tava até hoje na horta, só que como através dos meus problemas que eu tive, não deu pra ir pra frente (...) tomo os remédio controlado, esquizofrenia, ai vai tipo abala o psicológico da gente, se a gente empolga com aquilo a gente quer ir até o fim né, mas depois quando machuca, machuca numa vez ai tipo a pessoa tipo sai pro outro canto (...) fiquei triste de ver a horta daquele jeito cheio de mato e tipo só eu viajei, só tava nas minhas costa e da L., pessoal num tava nem ai, o que me enfraquece mais é isso ai, cabeí, caba doecendo a gente mais (...) pensa que a gente tá fazendo a coisa lá, que se eles pensasse que era pro bem deles taria ajudando a gente (AN., TOMÁS BALDUÍNO, 2018)

A atividade de An., a partir desse e dos outros trechos, parece estar endereçada aos moradores da ocupação, dos quais buscava-se, portanto, certo reconhecimento. O sentido de sua atividade estava vinculado a uma utilidade comunitária, era uma “*forma de ajudar nois aqui dentro*”. Ao perceber, em seu retorno à ocupação, que “*a horta [estava] daquele jeito cheio de mato*”, conclui, então, que o “*pessoal [moradores] num tava nem ai*” e, de certa forma, esse não estar interessado dos moradores em contribuir



para a manutenção da horta aparece para An. como um desapontamento. Essa intersubjetividade do reconhecimento pelo outro diz de uma retribuição simbólica, que faz sentir útil aquele que trabalha. No caso analisado, a negativa desse reconhecimento parece fazer esvair a possibilidade de se reconhecer no trabalho realizado. O que nos leva a uma questão: *qual a interseção entre o elemento agrupado e o elemento comunitário da horta? Quais os efeitos desta na atividade?*

Como dito na seção 5.2, o processo de constituição da horta foi marcado por uma série de contribuições dos moradores da ocupação, em relações que, a partir dos termos de Oliveira (2010), optamos por denominar de dádivas, e que proporcionavam reconhecimento. Essas relações, que tem o dom como operador do vínculo social, e o contradom como espera de retorno, se deram de maneira espontânea no processo, como um reforço positivo daqueles que acreditavam na constituição da horta como parte do fortalecimento de certas relações positivas na ocupação. E é esse caráter espontâneo do dom que nos faz refletir sobre o sentido que An. atribuía à sua atividade.

A organização do trabalho, em Clot (2010), diz de parte do trabalho coletivo e o meio pelo qual se pode formar um coletivo de trabalho. A não antecipação dos condicionantes do período de fim de ano, por parte do grupo que se entendia responsável pelo espaço, acarretou em certo descuido com o mesmo e, quando suas consequências se afirmam, An. parece projetar no âmbito comunitário o elemento faltante para o êxito da experiência. Por isso, nos parece caber outra reflexão: no processo de automação da irrigação, em que se culmina uma certa “autonomização” de L. e An. frente a A., *será que houve uma apropriação suficiente do caráter agrupado, nos termos defendido por esse último?*

A., desde o princípio, enxergava a horta pela centralidade da rentabilidade que essa poderia lhe garantir e, dessa forma, passar a ser seu principal meio de reprodução econômica. No caso de L. e An., embora esta também fosse uma preocupação constituinte, o sentido da horta que parece manifestar-se mais intensamente diz respeito a sua funcionalidade comunitária, sendo seu sentido econômico para a reprodução pessoal secundarizado. *Seria esse o vício da virtude do ser comunitário?* Nesse caso, parece oportuno fazer um paralelo retomando a crítica do coletivo AP, sobre o limite da ideia de horta comunitária, na qual a mobilização parece pouco a pouco arrefecer, e sobram apenas algumas pessoas para garantir seu cuidado diário, que, por ter como sentido associado a horta esse próprio caráter comunitário, se frustram.

Observa-se, também, que o elemento da renda, central na constituição inicial do projeto da horta, parece tornar-se secundário, ao atribuir à venda um sentido da manutenção:

(...) é muita gente pergunta se é de graça, ai a gente fala não, não é de graça, tem que vender, pra poder manter ela [a horta] ai numa boa né [...] porque chega lá tem que comprar um cano, uma torneira, tem que arrumar os trem, então não tem como a gente tirar do bolso da gente pra poder arrumar lá, então tem que vender [...] pra gente também ter um lucro lá dentro pra poder dar continuidade, né porque senão como é que cê vai compra uma semente, fazer uma coisa, é um cano que quebra, isso ai a gente precisa, é uma torneira que estraga senão não vai pra frente (L., TOMÁS BALDUÍNO, 2018).

A continuidade do processo requer atingir uma rentabilidade mínima, e, conseqüentemente, uma produtividade mínima. Porém, o aspecto da renda aparece aqui, voltado para a reprodução da horta, mas não dos atores. Os produtores se mantêm nesse processo, pelo menos a priori, por outras dimensões, também reprodutivas, mas que não a renda, diretamente. A horta parece exercer outras funcionalidades, tais como terapêutica e de fortalecimento das trocas e das relações na ocupação.

Considerando-se essa rentabilidade e produtividade mínima, intrínseca ao processo, os recursos disponíveis e tendo em vista as finalidades e funcionalidades que a horta tem para seus cuidadores, *qual a melhor e mais eficaz forma de escoamento e de organização do trabalho possível para viabilizar esta atividade?* Seria o trabalho coletivo de articulação entre distintas produções no interior da ocupação - à exemplo da experiência que tratamos acima em torno da comercialização nas feiras - um importante recurso para o avanço produtivo da ocupação, no sentido de ampliação do poder de agir dos produtores e de sua possível articulação em coletivos de trabalho?

#### **4.6 Projetar-me: reflexões sobre o meu lugar**

*Quem pode escrever a verdade senão aqueles que a sentiram? apenas são verdadeiras as histórias escritas por homens sinceros o suficiente para contar a verdade a respeito de si mesmos.*  
Guy Debord

Em todo esse processo, relatado nos capítulos 2 e 3, e analisado no presente capítulo, estive implicada nessa dupla posição, de militante e de pesquisadora. Enquanto integrante do coletivo AP, estive engajada nos processos de oficinas, gestão do espaço urbano e de constituição da horta agrupada. Enquanto pesquisadora, estive interessada em questões de aplicação técnica e de constituição do trabalho de organização do coletivo, assim como de formulações gerais sobre a teoria crítica da produção do espaço urbano,

da formação da economia capitalista e de suas implicações. A articulação desse duplo lugar, ora de facilitadora, ora de desafiadora, parece haver conduzido essa pesquisa para um processo de várias perguntas e poucas respostas. Lanço, então, mais uma: *seria isso um problema?*

Me perguntei, durante esse processo de análise, se haveria ao final um produto de aplicação que conseguiria retornar aos produtores da ocupação, como um projeto de resposta a essa abertura que me foi dada de participar de seu cotidiano e poder, inclusive, explorar certas questões que dizem da intimidade de cada um. Nessa pesquisa, em que a reprodução se torna categoria central, acabei por frequentar bastante a casa das pessoas integrantes do processo objeto desse estudo e, dessa forma, a interferir em seu modo de vida.

Após toda essa fase de intervenção, vivida e compartilhada, em que muitas foram as perguntas, parece-me o momento de tentar me colocar como objeto de análise, a partir de uma breve reflexão do meu lugar em todo esse processo. Apesar dos limites de uma autoanálise, trarei aqui uma autorreflexão baseada no processo vivido e nos memorandos e diários pessoais feitos, com o intuito, mas sem grandes pretensões, de que possam servir como traços para outros trabalhos que se interessem por esse.

Se sou parte constitutiva desses processos produtivos, e pretendo ainda ser, talvez conseguir encontrar uma nova forma de me projetar seja um resultado aceitável dessa pesquisa.

Embora a ideia de construir a horta parta de um grupo de moradores, a impulsão para iniciar esse processo parte de nós AP. Na época, era um momento de transformação do coletivo, uma vez que finalizado o ciclo de oficinas, estávamos sendo convocado(a)s a atuar em outro escopo. E, um destes referia-se a impulsionar o desenvolvimento produtivo nas ocupações, a partir da incubação de unidades produtivas. Desde a primeira reunião com o grupo interessado na horta, expusemos que, diferente das oficinas, que eram sempre propostas por nós e dependia da nossa presença para acontecer, esse novo momento exigia que construíssemos um novo lugar. Por se tratar de uma nova atividade que necessitaria de uma presença cotidiana de seus responsáveis, se houvesse essa dependência da nossa presença, ela não se efetivaria.

Imbuída desse entendimento, sabia também que neste início seria necessário um papel mais interventor, de aplicação de força externa para colocar o processo em movimento. Assim, nessa fase de concepção, acabo por ocupar um lugar de certa

centralidade no processo, por ser quem convoca e conduz as reuniões de planejamento. Essa condição, de pretender um lugar secundário no processo e, ao mesmo tempo, de precisar impulsioná-lo parecia inconciliável. Mas, mesmo sem saber muito como fazê-lo, assumo o desafio da experimentação; experimentar junto com eles essas novas possibilidades de ação. Minha atitude foi, de forma intuitiva, alternar momentos de presença e ausência, de proximidade e afastamento, de investidas e desinvestidas.

Por entender que nas primeiras atividades de implementação da horta se imprimiria elementos de uma certa lógica de funcionamento do grupo, decido me ausentar das mesmas, dado que, durante a concepção, ocupei certo lugar central. Em um dado momento, me sinto um tanto incomodada por estar em um lugar central na projeção de situações das quais não estaria na realização; como alguém que pensa a implementação, mas que não a realiza. Como o grupo ainda estava no início, não me parecia possível me deslocar dessa centralidade na organização do processo, sem desarticulá-lo. Decido, então, estar presente nas atividades de implementação seguintes.

Porém, sempre muito incomodada com o fato de poder incorrer em uma lógica heterônoma, o que seria ir na contramão daquilo que me propunha, lanço mão de algumas micro estratégias, que vou inventando como tentativas para não condicionar a realização das atividades à minha presença. Por exemplo, não dar certeza antecipada de que iria, ou chegar um pouco atrasada, para não ter que mobilizar a atividade, ou, ainda, vincular a minha presença com algum elemento extraordinário, como a presença de técnicos para nos assessorar.

Minha intenção era de evitar um atrelamento da minha presença ao cotidiano das atividades do grupo, o que ao longo do processo me parece ser importante não só pelo elemento da autonomia, mas também para que eu pudesse permanecer nesse lugar de fronteira, entre dentro e fora. Pois, assim, poderia exercer um papel que acreditava ser o meu, tanto de mediação dos conflitos e divergências, quanto para servir de instrumento de revitalização das situações quando as mesmas se saturassem. Me atento para esse lugar de fronteira quando no início das leituras dos memorandos e da sistematização da experiência, revela-se uma dificuldade com a aplicação dos pronomes: no relato, ora me refiro ao grupo como nós, ora como eles.

Com o início das atividades de manutenção, torna-se possível meu deslocamento do centro, e passo a estar em um lugar de acompanhamento, sendo algumas vezes solicitada a realizar mediações que se fizessem necessárias. Porém, hoje, refletindo o

processo, avalio que o receio da heteronomia se excedeu. Acredito que me equivoquei em alguns momentos, em que poderia ter intervindo com mais veemência. Por exemplo, quando se dá uma divergência em relação a utilização dos recursos e L. se direciona a mim para dizer que eu que autorizo como o dinheiro iria ser utilizado. Apesar de não achar que eu deva autorizar ou não autorizar, L. estava me convocando a ocupar o meu lugar de mediadora, porém acabo me esquivando e apontando uma dessas soluções simplistas ao dizer que eles deveriam conversar entre si e fazer um planejamento financeiro.

Além disso, exerço também um papel de articulação com outros atores que pudessem fortalecer o processo, seja com recursos financeiros ou assessoria técnica, seja com a abertura de canais de comercialização, através das feiras e, posteriormente, da construção de um sistema de venda direta através das cestas de consumo. A chegada do fim do ano, por sua vez, me impeliu a um maior afastamento do processo, para fazer a escrita da dissertação, o que, como já narrado acima, fez parte da junção de uma série de outros fatores que acarretou na desestruturação da horta.

Por fim, mesmo com essa desestruturação o processo de comercialização continua e acaba sendo necessária minha mediação em outro nível, pois quando se apresentam essas possibilidades, outros produtores da comunidade se aproximam. Assim, configura-se o que pode ser o início de um novo processo de incubação, mas agora de um coletivo de trabalho de comercialização.

O processo de participação nas feiras, ao nos conduzir à organização de um grupo de cestas de consumo, me possibilita a descoberta de um novo lugar, por participar, também, como consumidora das mesmas. Esse novo lugar interfere no meu cotidiano em outro nível, no da minha reprodução, para consumi-las tive que reorientar o meu cotidiano, uma vez que toda semana deveria buscar a cesta, organizá-las na geladeira e comê-las antes que as mesmas estragassem. O que me faz refletir a organização do meu cotidiano e meu modo de vida. As cestas parecem ser um instrumento para a junção, em alguma medida, das esferas da reprodução e da produção na minha própria vida.

Produzir a minha militância desde a minha reprodução, e ao mesmo tempo, ser esta instrumento dessa produção, parece desvelar novos sentidos de atuação que nos auxiliem na apropriação dos meios de (re)produção da vida. *Qual o sentido da horta para mim? Reprojeta-me!*

## 5. Travessia: a experiência vivida como meio para se viver outras

"Somos viento, nosotros...  
Somos palabra...somos paso..  
Somos camino, nosotros.  
No el punto de llegada, ni de partida."  
Subcomandante Marcos

Essa dissertação não é ponto de partida. Essa dissertação não é ponto de chegada. Ela é parte do caminho meu, dos meus, de muitos. Mas terminar é preciso:

(...) a última versão de qualquer trabalho é apenas a derradeira, não a versão final ou definitiva. Como a complexidade da realidade e dos problemas é infinita, intensiva e extensivamente, chega um momento em que o sujeito deve dar um basta." (LIMA, 2016, P. 17).

Para reinventar-se, é preciso encontrar com o limite. Lugar que exige pausa, silêncio, reflexão, criação. É preciso morrer as pequenas mortes. Dar seus contornos e seus fechamentos, objetivá-la, dar a ela existência fora de mim, para que eu possa efetivamente me apropriar dela. Concluir essa experiência para torná-la um meio para viver outras experiências; travessia.

Parte das minhas experiências vividas e de acúmulo de conceitos acabam por formar uma constelação de conceitos sensibilizantes que orbitam minha experiência nesse trabalho, porém é no processo de categorização emergente que esses conceitos vão sendo pinçados, convocados para o diálogo por e com aqueles advindos do empírico. Desta feita, as provocações do debate da reprodução, do cotidiano e do coletivo de trabalho que já me solicitavam desde antes desse trabalho e, ao longo desse processo, afirmavam-se em minha inquietude. *Quais os desafios se apresentam na tentativa de junção das esferas de produção e reprodução sem uma relação de dominação de uma sobre a outra?*

Essa experiência de produção, inserida no seio da reprodução da vida dos próprios agentes com os quais me relacionei, numa perspectiva de organização do trabalho que leve em consideração o cotidiano e que tenha na estruturação do coletivo uma possibilidade de resposta, foi uma possibilidade de experimentar e refletir sobre esses desafios.

Tratou-se de uma pesquisa que tem como objetivo teórico fazer dialogar distintos saberes e ampliar as formulações das pessoas que dela participaram, para que, como objetivo prático, seja possível um retorno aos moradores de ocupações urbanas e aos grupos que com eles constroem processos de resistência. A tentativa é de promover reflexões que contribuam para ampliar o poder de agir dessas pessoas, para que possam

viver com mais qualidade, com dignidade e efetivar o direito à moradia e o direito à cidade, poder transformá-la naquilo que queremos que ela seja!

Parto de um coletivo que tenta fazê-lo a partir de intervenções que tem a agroecologia como instrumento: o Agroecologia na Periferia. O desdobrar dessas metodologias, principalmente a do ciclo de oficinas, sistematizada neste trabalho desde o processo de sua experimentação na ocupação Vitória, e sua replicação na Tomás Balduino, nos levantaram uma série de questões. Uma das teses com a qual trabalhamos é do método desenvolvido pelo AP das oficinas favorecerem a emergência de processos produtivos coletivos, a partir das trocas e encontros nos espaços privados, ou familiares. Na medida, porém, em que esses processos se afirmaram, acabamos por nos deparar com um buraco dentro do nosso próprio coletivo. Ao Agroecologia na Periferia tentar deslocar sua atuação do que estava habituado a fazer, se vê impelido a se transformar. *Quem somos nós nessa nova fase?*

“B: o projeto é uma ideia né, independe do coletivo / Jo: sim, mas se o coletivo tem uma identidade, você pode entender que a dimensão do projeto... / B: eu já me sinto parte desse coletivo né? o coletivo executa o projeto ou o projeto move o coletivo? / C: eu acho que existe Agroecologia no sentido objetivo e subjetivo, em sentido objetivo é um projeto e no sentido subjetivo é um coletivo / Jo: se a gente qualifica o coletivo [...] implicitamente vai dar a dimensão do projeto a que ele faz parte / B: esse é um elemento interessante, saber o que que prescinde [...] subjetivamente a gente se liga enquanto pessoas, objetivamente enquanto agroecologia, pode um outro grupo em outro lugar fazer o que a gente faz, sem ter um vínculo com a gente e ser o agroecologia na periferia? / Jo: não porque a gente é um coletivo, o coletivo em si, é unitário / B: então por isso, talvez o elemento subjetivo prescinda / Jo: ia ser outro coletivo, outro logo, sei lá, outra identidade / Jo: a gente pode tá construindo um projeto, mas tamo construindo a identidade de um coletivo [...] a gente se entendendo enquanto um coletivo, qual o nosso projeto? / B: em se tratando que a gente não tem um projeto delimitado, a gente nem tem um projeto / C: então acho que é um coletivo” (diálogo no encontro de intervenção do proj de mestrado) (AP, 2017).

Pensar o coletivo da horta me fez pensar sobre os coletivos que faço parte. Esse diálogo, gravado em uma das reuniões do Agroecologia na Periferia, em novembro de 2017, traz um pouco dessas inquietações. A partir delas, acredito ser possível explicitar algumas das razões das escolhas metodológicas desse processo e tentar responder a pergunta que finalizou o capítulo anterior: *qual o sentido da horta para mim?*

Como forma de tentar respondê-la, passemos a uma das questões que aparecem nesse trecho da reunião acima citado: o projeto de intervenção do Agroecologia na Periferia é passível de replicação, ou, nos termos de B., “pode um outro grupo, em outro lugar, fazer o que a gente faz, sem um vínculo com a gente?” A resposta de Jo. é negativa, e sustentada a partir do que no texto aparece enquanto a dimensão subjetiva do grupo, ou,

“porque a gente é um coletivo, [e] o coletivo em si, é unitário”. Tal afirmação leva B. a dizer então de uma precedência do elemento subjetivo ao objetivo, como aquilo que nos configura enquanto grupo.

No sentido trazido pela pergunta, poderíamos dizer que o projeto do ciclo de oficinas é “passível de replicação”, uma vez que sejam considerados os limites do que os estudos sociais da tecnologia compreendem por transferência de projeto técnico, que diz da necessidade de uma tradução entre as formas de vida que participam dessa transferência. Em outras palavras, “sem um vínculo com a gente” não seria possível. Essa dificuldade de replicação aparece justamente porque o dito elemento subjetivo envolvido nessa execução do projeto seria, segundo os integrantes do AP, irreplicável, e diz do fato de nosso coletivo, em si, ser “unitário”, singular. *O que seria esse elemento subjetivo, então?* Se nem “temos um projeto”, como afirma Jo., o que leva C. a concluir que somos um coletivo, *qual o sentido produtivo desse coletivo?*

Na tentativa de desvendar um pouco desse “intermediário sócio-simbólico (...) que intercede [em nossa] atividade pessoal e opera de maneira tácita” (CLOT, 2010, p.169), me vejo solicitada a dar minha contribuição a essa “obra de interpretação coletiva e singular” (CLOT, 2010, p.169), e deixar alguns traços do que possa ser esse gênero profissional que nos permita, Agroecologia na Periferia, ser um coletivo.

Meu mestrado surge e se processa no interior da minha própria militância. Observo que transferi para dentro dele a ânsia que temos, enquanto militantes, de dar respostas às demandas sociais e, talvez, desde essa ânsia, foi possível um dos meus maiores aprendizados nesse processo.

Ocupar esse lugar de pesquisadora, até então desconhecido para mim, qualifica minha militância, pois me obriga a estar em um lugar diferente do que havia me colocado até então, um lugar não de dar respostas - pelo menos não a priori - mas de perguntar. Embora essa pesquisa se origine na demanda social dos ocupantes e militantes e se debruce nos projetos de intervenção realizados por estes, a demanda de pesquisa em si é particular.

Essa percepção se revela para mim quando começo a fazer as entrevistas, pois, quando ainda muito envolvida com os processos de intervenção, a demanda de pesquisa - embora ainda nebulosa, pois essa vai adquirindo contornos mais nítidos apenas no próprio caminhar - estava dentro de mim. Já no processo das entrevistas, tenho que exteriorizá-la. Nesse sentido, trata-se de uma demanda que é minha, mesmo que



conectada com demandas sociais e projetos de intervenção que são coletivos. E, por ser assim, ao me colocar enquanto entrevistadora, há uma inversão dos lugares; eu que até então estava no lugar de ser demandada pelos moradores da ocupação, sou impelida a estar no lugar de quem demanda.

Tal reflexão veio do incômodo que emergia em minhas entrevistas e da dificuldade de estar nesse lugar, expressa na minha forma de conduzi-las. Inicialmente, optei por deixar aos entrevistados uma fala inicial mais livre. A princípio, havia uma intenção metodológica, de tentar captar aquilo que o ator entendia como mais importante de narrar sobre sua experiência. Porém, com o avançar da entrevista, essa postura se excede, e apresento muita dificuldade em intervir durante as falas do outro e, portanto, de conduzir a entrevista.

Além disso, principalmente no processo das transcrições, esta dificuldade se manifesta nos incontáveis e sintomáticos “uhum” e “aham” ditos por mim, através dos quais pareço me esconder.

Essa percepção me perturbou e me conduziu à reflexão. Atino-me então para a forma, como me coloco, enquanto militante, naquela relação, um lugar de prontidão para atender a demanda do outro, naquilo que lhe falta, o que em si não é um problema, mas pode se tornar quando este lugar significa escamotear a minha própria falta. *Esse embaraço, na condução das entrevistas, evidenciava uma dificuldade de inserir ali a minha subjetividade? O incômodo desse lugar diz de uma dificuldade anterior de lidar com minha própria falta e de expô-la?*

Em uma conversa informal com L., tenho essa percepção de uma solicitude excessiva que acabava por me apagar. L. me dizia do fato de um dos componentes não compartilhar suas questões de saúde com o grupo e que isso era um problema, pois dificultaria a ação dela e dos outros, caso esse integrante tivesse um “piripaque” na horta. Ao colocar isso, sinto uma clareza súbita, ao perceber de imediato que nunca havia compartilhado com eles o fato de ter epilepsia, e, como convivemos cotidianamente, eu também poderia ter um “piripaque”.

A partir dessa percepção me vem à reflexão da importância do que me falta, pois, “o esforço para desenvolver o poder de agir é inseparável de um esforço para elevar, ao grau mais elevado, o poder de ser afetado” (SPINOZA, 1965, v. 39). (...) Sua incompletude é que torna o sujeito disponível ao desenvolvimento.” (CLOT, 2010, p. 31). Aquilo que me falta é, então, justamente o que me torna disponível para ser afetado e,

consequentemente para me desenvolver. Se estou abarrotada de certezas e convicções, não há espaço para o novo! A falta é uma condição para abertura e para “transformar o desprazer que há sempre ao se sentir flagrado em falta - no prazer da descoberta” (CLOT, 2010, p. 170).

*Mas, uma vez descoberta a falta, o que fazer com ela?* Transformá-la em perguntas me pareceu ser um caminho, uma possibilidade de elaboração da mesma. Ao circunscrevê-la e explicitá-la, é que posso torná-la apreensível e me apropriar dela enquanto instrumento para o desenvolvimento da minha própria ação. É preciso aprender a sustentar o não saber, reconhecer as impossibilidades e os buracos de sentido inerentes à condição humana para que possam conduzir o saber.

Na militância, principalmente naquela do registro da urgência, há excessos que não permitem espaço nem tempo para a falta. Quando a morte se aproxima, e a falta dele<sup>28</sup> faz presença em mim, sinto que não há resposta que preencha esse vazio. A falta dele me lançou violentamente para a minha própria falta; estruturas mobilizadas, tudo em suspensão, tudo em turbulência. O mestrado foi uma saída para tentar elaborar essa falta. Resignificar essa perda tem sido o sentido da minha atividade militante, na qual a pesquisa veio como mola propulsora d esse desenvolvimento.

---

<sup>28</sup> Companheiro Cadu, morador da ocupação Vtória - Izidora, foi assassinado em novembro de 2015.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABA. Associação Brasileira de Agroecologia s/d. Disponível em: [http://abaagroecologia.org.br/wordpress/?page\\_id=40](http://abaagroecologia.org.br/wordpress/?page_id=40). Acesso em: 20 de junho de 2018.

ADDOR, Felipe; HENRIQUES, Flávio Chedid. (Org.) Tecnologia, Participação e Território: Reflexões a partir da prática extensionista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 309–330, 2015.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. *Isto e Aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

BASTOS, Camila Diniz; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho; MIRANDA, Guilherme Marinho; SILVA, Harley; TONUCCI, João Bosco Moura; CRUZ, Mariana de Moura; VELLOSO, Rita de Cássia Lucena. *Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.19, n.2, p.251-266, 2017

BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLI, Lis Andrea P. *Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações*. In. Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

BENQUÉ, Nadia; DU TERTRE, Christian; VUIDEL, Patrice. *Trajectoire vers l'économie de la Fonctionnalité et de la Coopération, dans une perspective de développement durable*. Paris: Atemis, 2014.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. *Agir Dans Un Monde Incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris: Le Suil, 2001.

CANETTIERI, T. *A produção das novas periferias metropolitanas: migração e expulsão dos pobres na RMBH na primeira metade do século XXI*. 2014a. Dissertação – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo horizonte, MG.

CANETTIERI, Thiago. *Uma nova segregação metropolitana: as periferias fractais – evidências encontradas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n. 2, p. 25-39, 2015.

CANETTIERI, Thiago; VALLE, William Azalim do. *Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político*. E-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 23, p. 35-43, 2015.

CLOT, Yves. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum editora, 2010.

COSTA, Mônica Hallak Martins da. *Das categorias de O Capital à vida cotidiana*. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DE MELLO, Ricardo Ferreira; DE MELLO, Ruth Espínola Soriano. *Estratégias participativas e a pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. In. ADDOR, Felipe;

HENRIQUES, Flávio Chedid. (Org.) *Tecnologia, Participação e Território: Reflexões a partir da prática extensionista*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 309–330, 2015.

DURAFFOURG, J.; SCHWARTZ, Y. & DAVEZIES, P. (1991). Ergonomy: practice of activity knowledge in actual working situation. In: Queinnec & Daniellou (eds). *Design for everyone*. London, Taylor & Francis, 1991.

HARVEY, David. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Londres: Verso, 2012.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. *A Hipótese otimista: Dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul*. 2016. (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* TRADUÇÃO COLETIVO SYCORAX, EDITORA ELEFANTE 2017

FONSECA, Tatiana P. F.; TOFANELLI, Vivian F.; LUZ, Bruno D. P. *Izidora: por uma cidade ecológica, produtiva e inclusiva*. HABITAR Belo Horizonte, de 20 a 22 de outubro de 2015

GERNET, Isabelle; DEJOURS, Christopher. *Avaliação do trabalho e reconhecimento*. In: BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLI, Lis Andrea P. (org) *Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Editora Atlas, p. 61–70, 2011.

GOULART, Fabiana. *Processo de Trabalho e Produção de Vínculos Sociais: Eficiência e Solidariedade na Triagem de Materiais Recicláveis*. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Minas Gerais.

GUÉRIM, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*, São Paulo: Editora Edgard Blucher LTDA, 2001.

HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1977 [1970].

INDISCIPLINAR. Grupo de Pesquisa CNPq. *Operações Urbanas Consorciadas Belo Horizonte*. Disponível em: <<http://oucuh.indisciplinar.com/>>. Acesso em 08 de maio de 2017.

KAPP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. (2008). *Na Cozinha dos Modernos*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.15, n.16, 1o sem. 2008.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991 [1974].

\_\_\_\_\_. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1999].

\_\_\_\_\_. *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 [1965].

LIMA, Francisco de Paula Antunes. *Ergonomia e projeto organizacional: a perspectiva do trabalho*. Produção – Associação Brasileira de Engenharia de Produção, Número Especial, p. 71 à 98, 2000.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. *Manual do Mestrando*, 2016, Belo Horizonte, PPGEP – UFMG Departamento de Engenharia de Produção

MARICATO, Ermínia. *Autoconstrução, a arquitetura do possível*. In: MARICATO, Ermínia. (Org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979, p.71-93.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: TRESPADINI, Roberta (Org.). Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973].

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011 [1858].

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MAYER, Joviano Gabriel Maia. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. *As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil*. In DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco A. (Ed.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006a, p. 61-85.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista*. Estudos Cebrap, n.2, 1972.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000 [1944].

RABELO, L.; BARROS, V; CUNHA, D. M. A metodologia de pesquisa entre o prescrito e o real. In: LIMA, F.; RABELO, L.; CASTRO, M. *Conectado Saberes – Dispositivos sociais de prevenção de acidentes e doenças no trabalho*. Belo Horizonte: Editora Fabrefactum, 2015, p. 379-401

SALGADO, Nayara. *O processo de ocupação territorial da cidade de Ribeirão das Neves (RMBH) – Notas sobre o impacto socioambiental*. Disponível em: [portaleventosacademicos.pucminas.br/index.php/simposioics/VSICS/paper/128](http://portaleventosacademicos.pucminas.br/index.php/simposioics/VSICS/paper/128). 2016. Acesso em 23 de junho de 2018.

SANTOS, Milton. Entrevista concedida do programa “*Roda Viva*”. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPfkIR34law>. 1997. Acesso em 23 de junho de 2018.

SCHWARTZ, Yves. *Manifesto por um ergoengajamento*. In: BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLI, Lis Andrea P. (org) *Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Editora Atlas, p. 132–166, 2011.

SILVA, Cláudia Osório da; BARROS, Maria Elizabeth Barros de ; LOUZADA, Ana Paula Figueiredo. *Clínica da atividade: dos conceitos às apropriações no Brasil*. In:

BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLI, Lis Andrea P. (org) *Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Editora Atlas, p. 188-207

TAROZZI, Massimiliano. *O que é a Grounded Theory? Metodologia de pesquisa e de teoria fundamentada nos dados*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

THEUREAU, J. O Curso da Ação: Método Elementar. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014.

TONUCCI FILHO, João Bosco; MAGALHÃES, Felipe. *A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço*. Cadernos Metrôpoles, v.19, n.39, p.433-454, 2017.

VALLE, William Azalim do. *Produção colaborativa de valores de uso em ocupações urbanas: concepção técnica e política do espaço*. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Minas Gerais.

VASCONCELOS DE FREITAS, Luiz Fernando. *Do Profavela à Izidora – a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais.

VILLAR, Ana. *Caça de mulheres / mulheres em casa*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/10/115339>. Acesso em 12 de Junho de 2018.

ZERLOTONI DA SILVA, Viviane. *Espaços coletivos de trabalho: entre a produção e a reprodução*. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais.

ZIBECHI, Raul. *Comunidades em resistência*. São Paulo: Consequência, 2015.

## ENTREVISTADOS

A. - *Fala de morador da ocupação Tomás Balduino e integrante da horta comunitária agrupada.* 2017. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

A. - *Entrevista de morador da ocupação Tomás Balduino e integrante da horta comunitária agrupada.* 2018. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli.

Ad. - *Aula de morador da ocupação Vitória à alunos do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Minas Gerais.* 2018. Fala consta em áudio de acervo próprio de Vivian Franchi Tofanelli.

Ad. - *Fala do morador da ocupação Vitória no 1º Encontro de Agricultore(a)s da Ocupação Vitória.* 2014. Fala consta no caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli

An. - *Fala de morador da ocupação Tomás Balduino e integrante da horta comunitária agrupada.* 2017. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

An. - *Entrevista de morador da ocupação Tomás Balduino e integrante da horta comunitária agrupada.* 2018. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli.

An. e L. - *Entrevista conjunta de moradores da ocupação Tomás Balduino e integrantes da horta comunitária agrupada.* 2018. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli.

AP – *Reunião do coletivo Agroecologia na Periferia.* 2017. Áudio de acervo próprio.

B. – *Fala de integrante do Agroecologia na Periferia em reunião.* 2018. Fala consta em áudio de acervo próprio de Vivian Franchi Tofanelli.

C. – *Fala de integrante do Agroecologia na Periferia em reunião.* 2018. Fala consta em áudio de acervo próprio de Vivian Franchi Tofanelli.

Ci. - *Fala de moradora da ocupação Tomás Balduino.* 2017. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

E. – *Fala de moradora da ocupação Tomás Balduino e integrante do grupo da horta comunitária agrupada.* 2017. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

Ge. - *Fala de técnico da REDE na ocupação Tomás Balduino.* 2017. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

Ge. - *Entrevista de técnico em agricultura da REDE.* 2018. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli, 2018.

Jo. – *Fala de integrante do Agroecologia na Periferia em reunião*. 2018. Fala consta em áudio de acervo próprio de Vivian Franchi Tofanelli.

L. - *Fala de moradora da ocupação Tomás Balduino e integrante da horta comunitária agrupada*. 2017. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

L. – *Entrevista de moradora da ocupação Tomás Balduino e integrante da horta comunitária agrupada*. 2018. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli.

Mag. - *Fala de moradora da ocupação Tomás Balduino e integrante da horta comunitária agrupada*. 2017. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

Mag. - *Entrevista de moradora da ocupação Tomás Balduino e integrante da horta comunitária agrupada*. 2018. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli..

Mar. - *Entrevista de moradora da ocupação Tomás Balduino*. 2016. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli.

Mi. - *Fala de moradora da ocupação Tomás Balduino*. 2016. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

N. - *Fala de integrante do coletivo Agroecologia na Periferia em Encontro de Sistematização de Experiências*. 2017. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

P. – *Fala morador e agricultor da ocupação Tomás Balduino*. 2018. Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

R. - *Entrevista de morador de ocupação*. 2016. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli.

S. - *Fala de integrante do Agroecologia na Periferia em Encontro de Sistematização de Experiências*. 2017. Fala consta no caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

T. - *Fala de integrante do Agroecologia na Periferia em Encontro de Sistematização de Experiências*. 2017. Fala consta no caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

T. - *Entrevista de integrante do Agroecologia na Periferia*. 2018. Entrevista concedida à Vivian Franchi Tofanelli.



T. - *Fala de integrante do Agroecologia na Periferia no 1º Encontro de Agricultore(a)s da Ocupação Vitória*. 2014. Fala consta no caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

Tu. – *Fala de integrante do Agroecologia na Periferia em reunião*. 2018. Fala consta em áudio de acervo próprio de Vivian Franchi Tofanelli.

Vir. - *Fala do morador da ocupação Vitória no 1º Encontro de Agricultore(a)s da Ocupação Vitória*. 2014. Fala consta no caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

W. - *Fala de integrante do coletivo Agricultura na Periferia em Encontro de Sistematização de Experiências*. 2017 Fala consta do caderno de campo de Vivian Franchi Tofanelli.

## ANEXO A

### Mapeamento dos quintais produtivos

#### Perfil predominante dos(as) agricultores(as)

*Sistematização de 16 experiências através de questionário (pequena amostragem em amplo território)*

homens (14)

faixa etária entre 40 e 50 anos (7)

baixa escolaridade (10 apresentam ensino fundamental incompleto e 3 são analfabetos, não tendo frequentado a escola)

renda inferior a 1600,00 reais

se mudaram para a ocupação para sair do aluguel (11) ou por de morar de favor (3)

metade dos entrevistados/as (8) são filhos/as de agricultores/as.

*Fonte: Acervo Agroecologia na Periferia*

## ANEXO B

<b>Cronograma oficinas</b>			
<i>Data</i>	<i>Tema</i>	<i>Assunto</i>	<i>Prática</i>
<i>12/4/2015 e 26/4/2015</i>	<i>GESTÃO COMUNITÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O solo como organismo vivo</li> <li>- Processo de compostagem</li> </ul>	- Compostagem (no chão)
<i>17/5/2015</i>	<i>MANEJO AGROECOLÓGICO DOS SOLOS</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manejo e conservação solos</li> <li>- Importância da matéria orgânica</li> <li>- Cobertura Morta</li> <li>- Processos de formação do solo</li> <li>- Ciclagem de MO e nutrientes</li> <li>- Fertilidade</li> <li>- Intemperismo (relação com o ciclo da água)</li> </ul>	- Construção de canteiro alto
<i>31/5/2015</i>	<i>ADUBAÇÃO DO SOLO</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vivificação do solo</li> <li>- Adubação verde e biofertilizante</li> <li>- Uso de microorganismos eficientes (EM) na agricultura</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Preparo de Biofertilizante</li> <li>- Preparo da isca para produção do EM</li> </ul>
<i>14/6/2015</i>	<i>PROPAGAÇÃO DE PLANTAS</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uso do calendário biodinâmico</li> <li>- Métodos de propagação de hortaliças</li> <li>- Plantas companheiras e antagônicas</li> <li>- Rotação de culturas (adubação verde)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preparo de sementeiras em bandejas e canteiros</li> <li>- Preparo do EM</li> <li>- Plantios</li> </ul>
<i>5/7/2015</i>	<i>CONTROLE DE PRAGAS E DOENÇAS DE PLANTAS</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manejo Agroecológico de Pragas e Doenças</li> <li>- Identificação de pragas e de inimigos naturais</li> </ul>	-Preparo de caldas e nosódios

*Fonte: Acervo Agroecologia na Periferia*



## ANEXO D

### ÁGUA RESIDUAL

<b>Fonte/uso</b>	Pia cozinha	Pia banheiro	Máq de lavar roupa	<b>Vaso</b>	Chuva	Tanque	Chuveiro
<b>Forma de escoamento</b>	<b>Solta</b>	Encanada	<b>Direcionada</b>	Canaleta			
<b>Destino</b>	Fossa	Horta	Córrego	Quintal/terreiro	Círculo de bananeira	<b>Vala</b>	
		Recipiente	Galinheiro	<b>Rua</b>	Quintal do vizinho		

Fonte: Acervo próprio

### RESÍDUOS SÓLIDOS

<b>Tipo de resíduo</b>	Papelão	Plástico	Lixo de banheiro	<b>Óleo</b>	Orgânico	<b>Vidro</b>
	<b>PET</b>	Entulho	Latinha	Papel		
<b>Armazenamento</b>	Lixeira comunitária	<b>Lixeira residencial</b>	Sacolinha	Tambor		
<b>Destino</b>	Coleta comunitária	Horta	Enterra	<b>Bota fora</b>	Caçambas bairro vizinho	Chão entrada ocupa
	<b>Vala</b>	Minhocário	Córrego	Reutiliza/Reciclagem	Lixeiras bairro vizinho	Galinheiro
						<b>Vizinho</b>

Fonte: Acervo próprio